

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**REINVENTANDO HORIZONTES: UMA ANÁLISE
SOCIOANTROPOLÓGICA DO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DO
PROJETO DE VIDA DE JOVENS NEGRAS DE SANTA MARIA/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Fernanda Nunes da Silva Arispe

Santa Maria, RS, Brasil

2016

**REINVENTANDO HORIZONTES: UMA ANÁLISE
SOCIOANTROPOLÓGICA DO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DO
PROJETO DE VIDA DE JOVENS NEGRAS DE SANTA MARIA/RS**

Fernanda Nunes da Silva Arispe

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Catarina Chitolina Zanini

Santa Maria, RS, Brasil

2016

Arispe, Fernanda Nunes da Silva

REINVENTANDO HORIZONTES: UMA ANÁLISE
SOCIOANTROPOLÓGICA DO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DO PROJETO
DE VIDA DE JOVENS NEGRAS DE SANTA MARIA/RS / Fernanda

Nunes da Silva Arispe.-2016.

152 p.; 30cm

Orientador: Maria Catarina Chitolina Zanini

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2016

1. Projeto 2. Habitus 3. Jovens Negras 4.
Interseccionalidade 5. Raça I. Zanini, Maria Catarina
Chitolina II. Título.

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da
Biblioteca Central da UFSM, com dados fornecidos pelo(a) autor(a)

© 2016

Todos os direitos autorais reservados a Fernanda Nunes da Silva Arispe. A reprodução de partes
ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito da autora.

Endereço: Rua Mal. Gomes Carneiro, n. 415, Bairro Nossa Senhora das Dores, Santa Maria,
RS. CEP: 97050-470

Fone (0xx)55 9122-8435; E-mail:fnarispe@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação de Mestrado

**REINVENTANDO HORIZONTES:
UMA ANÁLISE SÓCIO ANTROPOLÓGICA DO
PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DO PROJETO DE VIDA
DE JOVENS NEGRAS DE SANTA MARIA/RS**

elaborada por
Fernanda Nunes da Silva Arispe

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais

* Defesa realizada por meio de videoconferência

COMISSÃO EXAMINADORA:


Professora Dr.^a Maria Catarina Chitolina Zanini (UFSM)
(Presidente/Orientadora)


Professora Dr.^a Miriam de Oliveira Santos (UFRRJ)


Professora Dra. Jurema Gorski Brites (UFSM)

Santa Maria, 23 de março de 2016.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mulheres negras que me antecederam na luta por uma vida mais justa para todas nós; às companheiras que nesse momento, assim como eu, lutam pelos seus sonhos, plantando e cultivando sementes; e às meninas negras, para quem desejo um futuro doce, mas, acima de tudo, justo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Oxalá e a todos os orixás, em especial à Xangô, que não me desamparou em nenhum momento ao longo desta árdua caminhada.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Catarina Chitolina Zanini, que me permitiu experimentar a sensação de liberdade e exercitar minha intelectualidade e meu senso crítico sem imposições nem cobranças exageradas.

À amiga e sempre companheira Maria Rita Py Dutra, que segurou na minha mão durante a docência orientada, em mais um de seus infinitos atos de generosidade.

A cada um dos professores deste programa de pós-graduação, especialmente Ceres Brum, Maria Clara Moccelin, Jurema Brites e André Soares, que colaboraram imensuravelmente para a elaboração desta dissertação.

Aos colegas Samara, Leandro, Ticiane e Jefferson, que escolheram se tornar grandes amigos, fazendo esta etapa de nossa vida acadêmica menos solitária.

À banca avaliadora, pela disposição em colaborar com o aprimoramento desta pesquisa, com reflexões sempre pertinentes e necessárias.

A cada uma das integrantes da JuNF, que tornaram esse trabalho realidade, confiando a mim suas histórias de vida tão preciosas.

Ao meu falecido avô José, que sempre me incentivou a estudar e me tornar doutora. Estamos no caminho, vô!

Aos meus pais, companheiros orgulhosos, que apoiam e respeitam minhas escolhas.

Aos meus irmãos, que nunca deixaram a tristeza e o cansaço me vencerem.

A minha avó, minha cunhada, meu sobrinho, meus tios e tias e primos e primas, que fazem preces por mim e torcem efusivamente para que meus sonhos se realizem.

Aos queridos alunos das turmas 2/2014 e 3/2015 do Pré-Universitário Popular Alternativa e da EBE Érico Veríssimo, pelo tempo de alegria e reflexão compartilhado.

Aos amigos que compreenderam as faltas, a exaustão e até o mau humor. Entretanto, não posso deixar de citar nominalmente Julia, Franciele, Romano e João Paulo, que foram imprescindíveis nesse trajeto. Muito obrigada!

“Ao tornar-me, à força, intrinsecamente consciente da minha mortalidade, e do que desejava para minha vida, ainda que esta pudesse ser curta, prioridades e omissões vieram à tona sob uma luz impiedosa, e o que eu mais me arrependia era dos meus silêncios. Do que eu tive tanto medo? Questionar ou falar, como eu acreditava, poderiam significar sofrimento ou morte. Mas todos nós sofremos de tantas diferentes maneiras todo o tempo, e essa dor iria passar ou acabar. [...] Eu iria morrer, cedo ou tarde, tendo dito isto à mim mesma ou não. Meu silêncio não tinha me protegido. Seu silêncio não irá te proteger. Mas para cada palavra falada, para cada tentativa que já tinha feito de falar essas verdades que eu ainda estou procurando, eu tinha entrado em contato com outra mulher enquanto nós examinávamos as palavras que caberiam em um mundo que todas nós acreditávamos, construindo pontes entre nossas diferenças. E foi a preocupação e o cuidado dessas mulheres que deram força e me possibilitaram investigar minuciosamente os fundamentos da minha vida”

-- Audre Lorde

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Universidade Federal de Santa Maria

REINVENTANDO HORIZONTES: UMA ANÁLISE SÓCIO ANTROPOLÓGICA DO PROCESSO DE PROPOSIÇÃO DO PROJETO DE VIDA DE JOVENS NEGRAS DE SANTA MARIA/RS

AUTORA: FERNANDA NUNES DA SILVA ARISPE

ORIENTADORA: MARIA CATARINA CHITOLINA ZANINI

Data e local da Defesa: Santa Maria, 23 de março de 2016.

Este trabalho tem como temática o projeto de vida de jovens negras integrantes do coletivo denominado Juventude Negra Feminina de Santa Maria. A fim de investigar quais são e como se articulam alguns aspectos da vida destas jovens levados em consideração na construção de seus projetos, buscamos compreender como o seu pertencimento de classe social, racial e de gênero operam conjuntamente nesse processo. Para tanto, metodologicamente mobilizamos autores como Geertz, Cardoso de Oliveira e Da Matta. Na discussão conceitual, destacam-se Gilberto Velho e o seu conceito de projeto; Dumont e seus estudos sobre o individualismo; Bourdieu e a fusão da individualidade e a exterioridade; e Kimberlé Crenshaw e Sueli Carneiro em sua discussão acerca da tríade opressiva estrato social-gênero-raça. Observamos, assim, que os projetos das integrantes do coletivo observado são determinadamente atravessados por questões ligadas à classe social em que estão inseridas suas famílias, à estrutura e organização das mesmas, bem como à afirmação de sua identidade enquanto mulheres negras e à implementação de políticas públicas voltadas à população negra.

Palavras-chaves: Projeto; *Habitus*; Jovens Negras; Interseccionalidade; Raça.

ABSTRACT

Master of Science Degree Dissertation
Program of Master Degree in Social Science
Federal University of Santa Maria

REINVENTING HORIZONS : AN ANALYSIS OF SOCIAL ANTHROPOLOGICAL PROCESS OF YOUNG LIFE PROJECT PROPOSAL BLACK SANTA MARIA/RS-BRAZIL

AUTHOR: FERNANDA NUNES DA SILVA ARISPE
ADVISOR: MARIA CATARINA CHITOLINA ZANINI
Date and place of the Defense: Santa Maria, 23 march, 2016.

This work has as theme the life project of black youth collective members named Youth Black Women Santa Maria. In order to investigate what and how to articulate some aspects of the lives of these young people taken into account in the construction of their projects, we seek to understand how their belonging to social class, racial and gender operate together in this process. Therefore, methodologically mobilized authors such as Geertz, Cardoso de Oliveira and Da Matta. In conceptual discussion, highlight Gilberto Velho and its design project; Dumont and his studies of individualismo; Bourdieu and the fusion of individuality and externality; and Kimberle Crenshaw and Sueli Carneiro in his discussion about the depressive triad social stratum-gender-race. We note, therefore, that the projects of the collective members observed are strictly crossed by issues of social class in which they operate their families, the structure and organization of the same, as well as the affirmation of their identity as black women and the implementation of public policies for the black population.

Keywords: Project; *Habitus*; Young Black ; Intersectionality; Race.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – O perfil das jovens da JuNF.....	p. 47
TABELA 2 – As jovens da JuNF e os seus projetos.....	p. 48

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Roteiro de entrevista.....	p. 137
Anexo B – Ata de reunião da JuNF.....	p. 138
Anexo C – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: eventos acadêmicos.....	p. 139
Anexo D – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: material de formação acadêmica.....	p. 140
Anexo E – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: discussões sobre racismo.....	p. 141
Anexo F – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: feminismo negro.....	p. 142
Anexo G – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: empoderamento.....	p. 143
Anexo H – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: oportunidades profissionais/acadêmicas.....	p. 144
Anexo I – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: relações pessoais.....	p. 145
Anexo J – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: entretenimento.....	p. 146

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 IMERGIR E EMERGIR: OS (DES) CAMINHOS DE UMA ANÁLISE SÓCIOANTROPOLÓGICA.....	27
1.1 O eu-pesquisador: da necessidade de desconstrução.....	28
1.2 A etnografia e o fazer antropológico: caminhos percorridos.....	31
1.3 Das técnicas e métodos: a busca pela compreensão do objeto e de seus múltiplos elementos.....	36
1.4 Definindo conceitos-balizas: ser jovem e ser negra.....	37
1.4.1 Ser jovem.....	38
1.4.2 Ser negra.....	40
1.5 Sobre a JuNF.....	41
1.5.1 Sobre a proteção da identidade das investigadas.....	44
2 A HIBRIDIZAÇÃO DA COLETIVIDADE E DA INDIVIDUALIDADE: COMO SE CONSTITUI UM PROJETO DE VIDA.....	49
2.1 O <i>habitus</i> como princípio ativo de todas as escolhas.....	49
2.2 O projeto como resultado da análise do campo de possibilidades.....	52
2.3 Individualismo: a personalização do ser social.....	54
2.4 A existência do projeto como afirmação da existência do indivíduo.....	57
2.5 Os projetos das integrantes da JuNF.....	58
2.5.1 Constrangimento e conforto: quando opera a classe social.....	64
2.5.2 Escola e universidade: a reprodução no ambiente de ensino e a JuNF como refúgio.....	70
3 OPRESSÃO E RESISTÊNCIA: QUANDO ESTRATO SOCIAL, RAÇA E GÊNERO SE ENCONTRAM.....	80
3.1 Sobre como e porquê falamos de raça.....	81
3.1.1 A raça como orgulho.....	83
3.1.1.1 A JuNF como espaço de pertencimento racial e de gênero.....	86
3.2 Raça e mestiçagem: as doutrinas raciais brasileiras a partir do século XIX.....	88
3.2.1 Miscigenação às avessas, democracia racial e racismo velado: o Brasil e seu festejo ao mulato.....	92

3.3 A integração do negro na sociedade de classes e as relações raciais brasileiras: marcas nacionais do racismo.....	94
3.3.1 O passado no presente: a rigidez do privilégio branco.....	97
3.3.2 Preconceito de marca e preconceito de origem: a alteridade que esclarece o racismo que praticamos.....	101
3.3.3 Integração e ascensão social: o progresso das famílias negras e as diferenças geracionais.....	107
3.4 Interseccionalidade: quando o gênero interfere na vivência dos projetos.....	116
3.4.1 Por que integrar-se à JuNF? Feminismo negro e interseccionalidade.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS.....	132
ANEXOS.....	137

INTRODUÇÃO

O trabalho que aqui apresento nasceu de algumas das minhas mais profundas inquietações pessoais. Ciente de que minha trajetória profissional e acadêmica transcendeu minhas expectativas e também as expectativas sociais em torno dos grupos aos quais pertencço – aos 26 anos, sou uma jovem mulher negra e pobre de acordo com os indicadores sociais brasileiros, graduada em Comunicação Social/Jornalismo que caminha para a finalização de um curso de pós-graduação em Ciências Sociais em uma instituição pública de ensino superior –, não foram poucas as oportunidades em que me propus alguns dos seguintes questionamentos: “minha trajetória foi planejada?”, “quais foram os elementos externos à minha vontade que permitiram a realização de alguns objetivos e impediram a concretização de tantos outros?”, “até que ponto minha trajetória é resultado de escolhas puramente individuais?”. Diante da reflexão constante acerca de minha própria história, pareceu-me “natural” buscar compreender por que eu, enquanto mulher negra, pude realizar-me profissional e academicamente de maneira tão distinta da absoluta maioria das mulheres negras brasileiras¹.

Assim, ao ingressar neste programa de pós-graduação essa inquietação pessoal, até então considerada de foro íntimo, foi lapidada até tomar a forma de uma questão social e, acima de tudo, um problema de pesquisa científica. Os desafios e as inseguranças teóricas, conceituais e metodológicas enfrentadas até aqui não foram poucas. A inserção em uma nova área de conhecimento – a migração dos estudos sobre comunicação para as ciências sociais e a Antropologia em especial – trouxe consigo algumas dificuldades até então desconhecidas.

À adaptação a uma nova forma de constituir o raciocínio científico somaram-se os riscos e os dilemas éticos que envolvem o estudo de grupos ou comunidades com os quais se tenha grande identificação ideológica e/ou proximidade afetiva. Os últimos meses foram de exaustiva busca por fundamentação teórica e refinamento de técnicas. Este esforço – e também o relato dele – demonstra nosso empenho em conferir a este estudo um caráter plenamente científico.

¹ Diversas pesquisas acerca da ocupação do mercado de trabalho revelam uma distribuição de cargos em que as mulheres negras têm rendimentos menores e desempenham funções de maior vulnerabilidade. Ver em http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq14112005_mulhernegra.pdf

Ainda que minhas convicções políticas e ideológicas possam estar, por vezes, alinhadas às convicções do grupo sobre o qual debruço meu olhar, pretendo estabelecer claramente meu posicionamento em campo como um agente observador, que busca compreender e dar amplitude aos sentidos atribuídos pelas jovens consideradas os sujeitos protagonistas desta pesquisa às suas próprias vivências. As jovens às quais me refiro compõem o coletivo Juventude Negra Feminina de Santa Maria (JuNF/SM).

Inspirada em outros grupos do mesmo tipo – Mulheres Negras, Meninas Black Power, Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras RS –, a JuNF nasceu com o intuito de reunir em um ambiente virtual jovens negras residentes na cidade de Santa Maria/RS. Em seu princípio, no mês de abril de 2013, a JuNF utilizou-se da ferramenta grupo fechado da rede social *Facebook*, para o compartilhamento de notícias das mais diversas naturezas, além de vídeos, músicas, textos, ensaios fotográficos, ilustrações, tutoriais de beleza, entre outros materiais voltados à discussão e à positivação da identidade da mulher negra.

O grupo contava com aproximadamente 120 membros, mas diante da participação ativa (virtual e presencial) limitada a alguns poucos membros, recorreu-se à utilização da ferramenta grupo secreto (que impossibilita a localização e a possibilidade de solicitar participação). A partir deste momento todas as jovens que compuseram o coletivo o fizeram por meio de um convite enviado pelas fundadoras.

Além do grupo secreto, a JuNF conta com uma página aberta ao acompanhamento do público geral. Neste espaço, que conta com 2090 assinantes, são publicados conteúdos de teor bastante semelhantes àqueles constantes no grupo fechado, mas as discussões em torno das publicações costumam ter uma repercussão distinta². Nesta página, anteriormente à decisão de migrar para a opção de grupo secreto, as decisões em torno das publicações se restringiam às administradoras.

A interação virtual deu origem a laços afetivos e cerca de dois meses depois da criação do grupo secreto, em julho de 2013, a JuNF tornou-se um coletivo com encontros e reuniões presenciais. Através destas reuniões, que tinham, em um primeiro momento, apenas o intuito de integrar de maneira mais efetiva essas jovens, foi possível perceber as diversas semelhanças entre elas, por mais distintas que fossem suas estruturas familiares, seu nível de

² As publicações no grupo secreto costumam resultar em discussões de cunho mais pessoal e íntimo, contando muitas vezes com relatos de situações enfrentadas pelas integrantes da JuNF na esfera privada. O mesmo não se verifica na página aberta ao público.

instrução, sua realidade socioeconômica, pertencimento religioso ou outras clivagens sociais. Moradoras de bairros mais ou menos periféricos da cidade, trabalhadoras, estudantes de diversas modalidades e níveis de ensino, integrantes de diferentes movimentos sociais, de grupos artísticos; jovens mães negras, outras mães nem tão jovens assim: a heterogeneidade se mostrou como uma das características da JuNF.

Independentemente de suas experiências pessoais, as integrantes da JuNF identificam-se por meio da compreensão de que a sociedade lhes impõe barreiras baseada na tríade cor/gênero/estrato social. Elas, em sua maioria, reconhecem a JuNF como um espaço de identificação e uma rede de integração.

Partindo da percepção deste reconhecimento entre as integrantes do coletivo e da diversidade de vivências possíveis de serem apreendidas, passei a considerar esse o grupo ideal para a análise que me proponho a fazer. A partir da definição dos sujeitos protagonistas da pesquisa, a próxima etapa foi a adequação do questionamento central deste trabalho. Depois de diversas versões, de profundas e variadas reflexões, individuais e coletivas, cheguei à conclusão de que a indagação que proponho pode ser colocada na forma da seguinte pergunta: quais são e como se articulam os aspectos da vida de jovens negras moradoras da cidade de Santa Maria/RS levados em consideração na construção de seus projetos de vida?

A resposta para essa questão tem como objetivo, primeiramente, a identificação do processo de sistematização desses aspectos no momento em que as integrantes da JuNF prospectam suas carreiras profissionais e também o planejamento de sua vida familiar e afetiva. Assim, acredito que por meio deste estudo seja possível investigar como são manejados os aspectos da vida familiar, social, financeira e escolar das mesmas na proposição de seus projetos de vida. Inevitavelmente, proponho-me a observar se a inserção em grupos e/ou coletivos, virtuais ou presenciais, que positivam a identidade da mulher negra influencia a proposição do projeto. Por fim, ainda que reconhecendo as limitações impostas pelo recorte espaço-temporal deste trabalho, intenciono conhecer se é possível traçar uma relação entre o projeto de vida das jovens negras moradoras de Santa Maria e os indicadores sociais referentes à média da mulher negra brasileira.

A partir do estabelecimento da questão central e norteadora desta pesquisa, do grupo a ser observado e dos objetivos que se pretende alcançar através dela, voltei meus esforços para a definição dos métodos, teorias e conceitos que tornaram a execução deste trabalho possível. O caminho percorrido até estas definições teórico-conceituais e teórico-metodológicas foi

árduo e exigiu, desde o primeiro momento, uma espécie de mergulho, de imersão nos estudos antropológicos clássicos e contemporâneos, na busca pela transformação de minhas inquietações pessoais mais íntimas em problemas científicos de caráter social e antropológico.

Neste sentido, tornou-se necessário voltar meu olhar para o âmago do questionamento que proponho. Afinal, se pretendia conhecer quais são os elementos das vivências das jovens negras levados em consideração no momento em que as mesmas prospectam as suas carreiras profissionais e sua vida familiar e afetiva, era indispensável, primeiramente, que ficasse claro como, ou seja, por meio de quais estratégias, técnicas e ferramentas, eu pretendia fornecer uma resposta para essa questão; na sequência foi preciso explicitar sob quais teorias abriguei as discussões geradas pela coleta dos dados; e, por fim, foi imperioso, como o é em qualquer estudo que se proponha científico, realizar a historicização e a contextualização dos aspectos mais particulares do objeto de pesquisa.

Antes disso, porém, é indispensável que sejam apresentadas as ideias abalizadoras deste trabalho. A que me refiro, afinal, quando me proponho a analisar o processo de construção de um suposto projeto de vida? Qual é a fundamentação teórica que permite que eu busque no grupo escolhido as respostas para minhas indagações?

Em Projeto e Metamorfose – Antropologia das Sociedade Complexas, Gilberto Velho, baseado em Alfred Schutz, define projeto como "a conduta organizada para atingir finalidades específicas" (2003, p. 40). Essa capacidade de propor projetos eleva os indivíduos à condição de indivíduos-sujeitos, já que esta atividade, ainda que esteja fortemente ligada à vivência coletiva, exige autonomia de seus executores.

A trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial como elemento não mais contido, mas constituidor da sociedade. [...] Suas experiências pessoais, seus amores, desejos, sofrimentos, decepções, frustrações, traumas, triunfos, etc. são as marcas que indicam o sentido de sua singularidade enquanto indivíduo [...]. (VELHO, 2003, p. 100)

Ainda que o planejamento que os indivíduos façam para suas vidas possua um vínculo fundamental com o meio social em que se constitui, é inegável o papel desempenhado pela individualidade no decorrer deste processo. Por mais que elementos externos exerçam influência sobre as jovens abordadas por este estudo no momento em que as mesmas projetam suas vidas, elas, enquanto indivíduos, desempenham papéis fundamentais – por meio de suas escolhas – na construção de seus planos e na definição de suas metas. Velho corrobora essa

concepção quando afirma que "a própria crença na existência do projeto é a afirmação de uma crença no indivíduo-sujeito" (2003, p. 104).

O autor enfatiza que a proposição do projeto tem origem a partir do reconhecimento de um campo de possibilidades. Segundo ele, esse campo de possibilidades pode ser compreendido como "dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos" (VELHO, 2003, p. 40). Inseridos dentro desta dimensão, os indivíduos manejam informações sobre o passado e o presente, estabelecendo metas e limites para sua vida.

Em um exercício constante de integrar-se e isolar-se dos grupos aos quais pertencem, os indivíduos negociam suas identidades, ora agindo guiados preponderantemente pela individualidade, ora pela coletividade. Por meio da interpretação de sinais externos, ou seja, não advindos necessariamente de suas reflexões íntimas e pessoais – como dados sobre a ocupação de cargos relevantes no mercado de trabalho, sobre o acesso a oportunidades de formação profissional e acadêmica por parte do grupo do qual fazem parte ou como as percepções acerca do seu histórico familiar no que tange à ocupação, por exemplo –, mas também levando em conta aquilo que elas acreditam poder realizar exclusivamente por meio de suas ações individuais, as integrantes da JuNF jogam, constantemente, com sua vontade e com aquilo que, por meio da análise do ambiente em que vivem, acreditam ser exequível. Loïc Wacquant, ao comentar o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, afirma que

o habitus é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente. (2007, p. 6)

Em busca da obtenção dos resultados pretendidos, os indivíduos agem dentro da estrutura social de acordo com as condições que se lhes apresentam. Em uma fusão do coletivo com o individual, estabelece-se metas e define-se estratégias para alcançá-las. "O *habitus* opera como o “princípio não escolhido de todas as escolhas” (BOURDIEU 1980/1990: 256 in WACQUANT, 2007, p. 7).

Durante os processos que dão origem ao projeto, os indivíduos mobilizam a historicidade dos fatos, dos grupos aos quais pertencem, evidenciando a conexão contínua entre individualidade e sociabilidade, ideia implícita no conceito de *habitus* de Bourdieu. Sobre esse elo, Wacquant apresenta a ideia de que

o *habitus* fornece ao mesmo tempo um princípio de sociação e de individuação: sociação porque as nossas categorias de juízo e de ação, vindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares (assim podemos falar de um *habitus* masculino, de um *habitus* nacional, de um *habitus* burguês, etc.); individuação porque cada pessoa, ao ter uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas. (2007, p. 8)

Em minha busca por compreender de que maneira essa associação entre o que se origina estritamente da individualidade e o que se origina estritamente da coletividade na proposição dos projetos de vida das integrantes da JuNF, e também a forma como esses produtos se articulam, procurei cercar-me metodologicamente de estratégias e ferramentas que me permitissem não imergir superficialmente no universo do questionamento que proponho. Assim, a abordagem qualitativa se mostrou como o recurso mais adequado a ser utilizado.

Em "A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa", Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln colocam que "a pesquisa qualitativa na sociologia e na Antropologia nasceu da preocupação de entender o 'outro'" (2006, p. 15). Preocupação com a qual me identifico plenamente, já que um de meus objetivos é tentar atribuir sentido sociológico à organização que as jovens negras que observo fazem quando definem prioridades e estabelecem metas para si mesmas e/ou para seu grupo familiar. O que lhes é mais caro? O ganho imediato e seguro de um salário no final do mês ou o investimento em um futuro mais rentável? Para estas jovens, vale mais à pena ajudar nas despesas da casa e sustentar seus desejos de consumo ou suportar "apertos" financeiros vislumbrando um futuro mais confortável e rentável?

Sem procurar compreender a realidade em que elas estão inseridas, torna-se praticamente impossível identificar os sentidos atribuídos pelas mesmas aos mais diversos aspectos de sua existência. Assim, a prática da pesquisa qualitativa é também um exercício de interpretação daquilo que o outro diz. Essa interpretação pode ser efetivada através de uma variada gama de instrumentos e técnicas. Denzin e Lincoln alertam para o fato de que a abordagem qualitativa "não possui uma teoria ou um paradigma nitidamente próprio" e

ênfatizam que ela "não privilegia nenhuma única prática metodológica em rela o a outra" (2006, p. 20). Justifico, assim, a utiliza o, no trabalho de campo, de mais de um instrumento de coleta de informa es.³

  necessário estar atento também para o fato de que o campo de pesquisa ele "nunca   apenas uma coisa" (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 21), estando sujeito a constantes ajustes e transforma es. Reside na inconstância do campo um dos mais fortes obstáculos   abordagem qualitativa em pesquisas científicas. Os críticos da pesquisa qualitativa alegam que o pesquisador, de alguma maneira, torna-se refém de um período de tempo e de um grupo de indivíduos muitas vezes estritamente limitados. Além disso, há uma ampla discussão sobre "a política implantada nesse campo do discurso" (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 22).

A respeito do projeto de pesquisa desenvolvo, essa   uma discussão fortemente presente. Este trabalho possui um recorte bastante significativo ao passo em que ele limita com clareza quem são e onde estão localizados os indivíduos pesquisados. Não será possível, através dos resultados colhidos, traçar uma espécie de mapa no qual se identifique quais são os elementos essenciais considerados na proje o de vida das jovens negras brasileiras, por exemplo, j  que este estudo demonstra como as peculiaridades do grupo observado agem dentro desse processo. Acredito, contudo, que o próprio fazer antropológico não se propõe a tal generaliza o e, isto posto, reconheço essa suposta "fragilidade" como mais uma das tantas características deste trabalho.

Sobre a tensão gerada pela presença da política, como questões de poder, no discurso dos sujeitos abordados por uma pesquisa qualitativa, creio que ela   parte fundamental da pesquisa em Ciências Sociais e que lidar com ela   o desafio imposto aos pesquisadores da  rea. Grande parte, senão a totalidade, das jovens que colaboraram com este estudo tem consciência da relevância política de sua participa o e dos depoimentos fornecidos a este trabalho. No entanto, refletir constantemente sobre essa tensão, sobre esse encontro de interesses, sempre observando questões ligadas às intera es objetividade-subjetividade e cientificidade-ideologia, integra os atributos do profissional que se dispõe a observar

³ Neste trabalho optamos pela utiliza o de entrevistas semiestruturadas (VER ANEXO A) e pela análise da intera o das jovens no ambiente do grupo secreto na rede social *Facebook*. Minha participa o no grupo foi permitida depois de uma consulta realizada previamente com todas as integrantes do coletivo. Inicialmente, havia a pretensão de participa o observante nas reuniões presenciais do coletivo. No entanto, uma série de eventos de ordem ótima impossibilitou a execu o desse planejamento.

cientificamente e a tentar sistematizar o raciocínio dos indivíduos e as formas de organização de grupos de indivíduos.

A busca de estratégias para enfrentar a interação objetividade-subjetividade foi, inclusive, uma das maiores preocupações que enfrentei no processo de construção deste trabalho. Quando o mesmo ainda se encontrava no estágio de projeto e eu nitidamente me aproximava da definição de aspectos fundamentais como problema de pesquisa, objetivos e metodologia, senti um grande temor em relação à objetividade que seria possível fornecer a ele. Houve uma insegurança constante em não conseguir realizar a separação da minha individualidade da individualidade dos sujeitos de pesquisa e da identidade coletiva do grupo pesquisado. Estava eu, uma jovem mulher negra moradora de Santa Maria a observar a Juventude Negra Feminina de Santa Maria.

Autores como Roberto Da Matta (1978), Teresa Caldeira (1988) e Claudia Fonseca (1999), no entanto, foram fundamentais para minimizar meus temores. Esta última autora, em seu artigo "Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação" (FONSECA, 1999), destaca a importância de o pesquisador situar a si mesmo e aos seus sujeitos pesquisados em contextos históricos e culturais. Esse seria um primeiro passo fundamental para a pesquisa etnográfica e eu procurei segui-lo já no primeiro capítulo dessa dissertação.

Para aquele que pesquisa, a localização de si mesmo se dá a partir da fixação. Com os pés firmes no solo em que habita, o pesquisador adentra a fase teórico-intelectual, onde se perscruta o universo pesquisado com os olhos de um estrangeiro: aquele que pode até possuir muitas informações e conhecimentos acerca de uma dada realidade, mas pouco sabe sobre a aplicabilidade e a veracidade destas informações e conhecimentos. Consciente das diferenças existentes entre o universo pesquisado e o universo do qual faz parte, o pesquisador se organiza para imergir em um universo sobre o qual possui algumas poucas certezas (DA MATTA, 1978).

Ainda que em meus primeiros contatos com as jovens entrevistadas eu já dispusesse de algumas informações prévias sobre as mesmas (como local de moradia, tipo de inserção no movimento negro e/ou feminista, tipo de participação na plataforma virtual de compartilhamento de conteúdo, preferências políticas e até mesmo musicais, algumas informações sobre estrutura familiar, nível de instrução ou emprego), eu estava consciente de que as imagens preestabelecidas que eu possuía destas jovens não me seriam muito úteis caso eu não conseguisse, de maneira nenhuma, me desprender delas em algum momento. As

informações prévias poderiam se tornar uma grande bomba plantada por mim contra mim mesma. Foi preciso reeducar-me para poder analisar um universo não estranho com curiosidade, como alguém que visita uma cidade não muito distante mais de uma vez. Precisei desenvolver a habilidade de “confrontar intelectualmente e emocionalmente diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fato, situações” (DA MATTA, 1978, p. 45)

Deparar-me com um uma proximidade tão grande de trajetórias e vivências gerou grandes inseguranças. Sentia, o tempo todo, uma necessidade de encontrar diferenças, lacunas, particularidades que me distanciassem de minhas pesquisadas. Foi a experiência da leitura atenta de grandes antropólogos que trouxe a tranquilidade necessária para tentar transformar essa aproximação em um trunfo de minha pesquisa.

Diante da minha missão de tentar organizar e fornecer sentido à trajetória e ao planejamento de cada uma das jovens integrantes da JuNF (que ainda que possuam histórias de vida similares são, sim, muito diversas entre si), deparei-me com a seguinte sentença de Geertz a respeito da tendência da Antropologia de estudar grupos geográfica, cultural e moralmente próximos – especialmente a partir dos processos de industrialização e de urbanização das nações⁴:

o fato de que o pensamento é espetacularmente múltiplo como um produto, e maravilhosamente singular como um processo, tornou-se um paradoxo vivo e cada vez mais poderoso nas ciências sociais, conduzindo a teoria nas direções mais inesperadas (...). Mas isso não é tudo. A natureza desse paradoxo foi sendo cada vez mais associada aos enigmas da tradução, ou seja, à forma pela qual um determinado significado em um sistema de expressão é expresso em outro sistema (...). Nesse novo invólucro, o problema não é necessariamente mais maleável do que era antes; mas pelo menos torna-se mais fácil defendê-lo, pois o enigma de como um seguidor

⁴ Em “Pesquisas Urbanas” (2003), Roberto Da Matta aponta que “desde Simmel, pelo menos, discute-se e analisa-se a natureza complexa e diversificada da vida na metrópole. O crescimento das cidades, as mudanças e a produção de novos valores marcam fronteiras em relação a uma sociedade tradicional. [...] Não só a complexidade e a diferenciação sociológicas, mas multidimensionalidade do mundo real, expressa em diferentes níveis e províncias de significado, nos termos de Alfred Schütz, apontam para processos de construção de identidades em que o fenômeno básico a ser investigado e compreendido na sociedade moderno-contemporânea. Deriva daí a importância do estudo de projetos individuais e coletivos nos quais as possíveis contradições e ambiguidades, provindas dos multipertencimentos, apresentam-se, pelo menos em parte, subordinadas a uma ação racional. Ao mesmo tempo, é esse multipertencimento que permite ao antropólogo pesquisar sua própria sociedade e, dentro dela, situações com as quais ele tem algum tipo de envolvimento e das quais participa. O fato de não ser englobado por nenhum grupo exclusivo - somado às próprias características e à formação do antropólogo, que, em princípio, produz e valoriza uma certa distância - permite o movimento de estranhamento crítico diante do próximo. As possibilidades desse empreendimento ser bem-sucedido dependem, sem dúvida, das peculiaridades das próprias trajetórias dos pesquisadores, que poderão estar mais inclinados ou aptos a trabalhar com maior ou menor grau de proximidade de seu objeto. Logo, para variar, não há fórmulas nem receitas, e sim tentativas de armar estratégias e planos de investigação que evitem esquematismos empobrecedores. Assim, cada pesquisador deve buscar suas trilhas próprias a partir do repertório de mapas possíveis” (p. 17-18)

de Copérnico entende um seguidor de Ptolomeu, ou um francês da Quinta República, outro francês do ancien regime, ou um poeta, um pintor, passa a ser idêntico ao enigma de como um cristão entende um muçulmano, um europeu, um asiático, um antropólogo, um aborígine, ou vice-versa. Agora somos todos nativos, e os que não estejam por perto são exóticos. Aquilo que antes parecia ser uma questão de descobrir se selvagens eram capazes de distinguir fatos de fantasias, hoje parece ser uma questão de descobrir como é que os outros, além-mar ou do outro lado do corredor, organizam seu universo de significados” (GEERTZ, 2012, p. 226).

A proximidade e identificação extremas tornam impossível que eu tente me transformar em uma espécie de tradutora das integrantes do coletivo. Ao observá-las eu não possuo nenhum recurso que me permita exotificá-las. Nosso diálogo é claro, aberto e franco. Inclusive meus pares acadêmicos dominam de maneira satisfatória os códigos de comunicação e de significação que integram o universo ao qual pertencem as pesquisadas. Assim, a proximidade deixa de ser uma problemática e se converte em uma possibilidade efetiva de estabelecimento de relações de confiança e de colaboração entre elas e eu. Da Matta (1978, p.45) aponta também as “vantagens em termos de possibilidades de rever e enriquecer os resultados da pesquisa”.

Em mais de uma oportunidade eu pude recorrer às jovens – especialmente por meio das redes sociais (onde estabeleci relações com todas as meninas, inclusive as que conheci apenas depois do início da pesquisa) – para tirar dúvidas que haviam ficado pendentes depois das entrevistas. Em conversas informais eu pude colocar em cheque e encontrar determinadas contradições entre as informações disponibilizadas pelas entrevistadas. Essa possibilidade trouxe à tona a ideia de Da Matta (1978) de que estranhar o familiar não significa tentar exotificá-lo e sim percebê-lo “como uma realidade bem mais complexa do que aquela representada pelos mapas e códigos básicos nacionais e de classe através dos quais fomos socializados” (DA MATTA, 1978).

Voltando aos passos iniciais da pesquisa etnográfica sugeridos por Cláudia Fonseca, busquei, depois da minha própria localização e da busca por formas teórica e metodologicamente éticas de manter ou estabelecer relações com as pesquisadas, realizar a localização destes sujeitos da pesquisa. Esta acontece no momento em que se tenta estabelecer conexões lógicas entre os sistemas que atuam dentro deste e daquele universo (FONSECA, 1999). Eu visito o universo observado e, inevitavelmente imbuída da lógica do senso comum, procuro encontrar pontos de encontro entre os sistemas que operam nos universos das jovens observadas e os sistemas que operam em meus universos.

Esse fluxo se mostra mais complexo à medida em que é necessário que eu encontre estratégias para preservar as identidades das jovens que colaboram para que esse estudo se efetive. Algumas delas frequentam espaços demasiadamente próximos daquele onde esse trabalho será publicado e apresentado. A revelação de informações precisas como os nomes verdadeiros, poderia causar constrangimentos tanto no ambiente acadêmico, quanto profissional das jovens. Bem como embaraços desnecessários relativos a relatos envolvendo suas famílias. Imergir no universo das pesquisadas consiste também nesse exercício de empatia, nessa tentativa de identificar e compreender essas possíveis situações.

O trabalho etnográfico estaria situado justamente aí, neste movimento de vai-e-vem do pesquisador entre os diversos universos frequentados por cada uma de nós. "[...] A Antropologia é aquela onde necessariamente se estabelece uma ponte entre dois universos (ou sub-universos) de significação e tal ponte ou mediação é realizada com um mínimo de aparato institucional ou de instrumentos de mediação" (DA MATTA, 1978, p.3).

Como mencionado anteriormente, o alto grau de identificação que possuo com as jovens pesquisadas foi, ao longo de todo o desenvolvimento desta pesquisa um aspecto analisado com atenção. Táticas como a identificação de dessemelhanças e discordâncias entre mim elas foram utilizadas sempre que meus julgamentos e juízos de valores insistiram em invadir meu trabalho de análise das entrevistas.

Além disso, sempre quando eu percebia a influência das informações prévias no processo, recorria à ideia de que as suposições que eu já dispunha em relação integrantes da JuNF eram fruto de uma observação que, por mais aproximada que possa ter sido, não tinha como finalidade a exploração científica. Também por isso, todas estas "certezas" que eu pensava possuir se demonstravam vez ou outra frágeis e suscetíveis. "[...] A familiaridade do costume não foi obtida via intelecto, mas via coerção socializadora [...]", diz Da Matta (1978, p 6). É preciso teorizar a respeito desse conhecimento prévio, dessas imagens preestabelecidas, para que elas possam ser utilizadas no trabalho etnográfico como resultado da observação do trabalho de campo. Reforça-se, dessa maneira, a ideia de que

embora a familiaridade não seja igual a conhecimento científico, é fora de dúvida que representa também um certo tipo de apreensão da realidade, fazendo com que as opiniões, vivências, percepções de pessoas sem formação acadêmica ou sem pretensões científicas possam dar valiosas contribuições para o conhecimento da vida social, de uma época, de um grupo (DA MATTA, 1978, p. 44).

Organizar as informações obtidas em campo de maneira clara e científica é minha responsabilidade enquanto pesquisadora. Nesse momento, a trajetória percorrida por mim não apenas como profissional, mas agora também enquanto militante do Movimento Negro, é extremamente importante, pois traz ao trabalho reconhecimento da comunidade científica e também entre os integrantes do universo pesquisado: "[...] a legitimação da autoridade depende também da exposição da experiência do antropólogo" (CALDEIRA, 1988, p.138). Contudo, ao mesmo tempo em que "a experiência pessoal é evocada para legitimar os dados, (ela é) afastada para legitimar a análise". (CALDEIRA, 1988, p.139). Ou seja, o histórico do pesquisador é positivo para que os resultados de sua pesquisa sejam reconhecidos como válidos, mas sua proximidade extremada com a temática pode, à medida em que não se procurar controlá-lo, render pontos negativos, no sentido em que pode representar determinada tendência argumentativa.

Veio desta discussão de Teresa Caldeira (1988) outro temor que me acompanhou ao longo de todo este trabalho: o medo de transformar este estudo em um panfleto do Movimento Negro ou do Movimento de Mulheres Negras e não em um instrumento de análise da realidade social. Controlar a subjetividade, sem jamais deixar de dar vazão a ela, é um dos grandes desafios do trabalho etnográfico.

Seria possível dizer que o elemento que se insinua no trabalho de campo é o sentimento e a emoção. Estes seriam, para parafrasear Lévi-Strauss, os hóspedes não convidados da situação etnográfica. E tudo indica que tal a intrusão da subjetividade e da carga afetiva que vem com ela, dentro da rotina intelectualizada da pesquisa antropológica, é um dado sistemático da situação (DA MATTA, 1978, p.7).

A permissão para que a subjetividade do autor esteja presente ao longo do desenvolvimento de sua pesquisa constitui-se como um dos grandes diferenciais, uma das grandes contribuições das Ciências Sociais enquanto conhecimento científico. Essa ideia é fortemente reforçada por Amurabi Oliveira quando ele afirma que

certamente o antropólogo é também autor da realidade que ele descreve (GEERTZ, 2004), ele não apenas reproduz a realidade, pois descreve o que vê, e o que vê é uma construção social, pois como nos aponta Bourdieu (1996), a sensibilidade e a faculdade do sentir supõem condições históricas e sociais de possibilidade inteiramente particulares. Isso significa que a etnografia é resultado do encontro do pesquisador, impregnado com toda a sua trajetória biográfica, com o "outro". (2013, p.73)

É impossível para o antropólogo evitar sensações e emoções quando do contato com seus pesquisados. A própria ideia de que a relação entre pesquisador e pesquisados se constitui primeiramente como uma relação entre dois ou mais seres humanos impossibilita que ele mantenha controle absoluto sobre suas impressões, seus desejos, seus julgamentos em relação aos fatos e situações apreendidas.

Escrever sobre a história social da imaginação moral, ou ensiná-las [...] é tentar penetrar de alguma maneira neste emaranhado de implicações hermenêuticas, localizar com alguma precisão as instabilidades de pensamento e de sentimento que ele produz, e colocá-las em uma moldura social. Tais esforços não serão suficientes para desfazer os nós do emaranhado, nem para remover as instabilidades. Ao contrário [...] farão com que estes fiquem mais visíveis, e causem maior inquietação. O que fazem, no entanto, ou podem (os pesquisadores) fazer é colocá-los em um contexto inteligível (GEERTZ, 2012, p. 51).

Essa inteligibilidade se torna exequível quando da localização mais precisa possível do autor dentro de seu texto. Teresa Caldeira (1988) atribui à posição que o autor se coloca dentro de seu texto a capacidade de manter-se mais ou menos subjetivo quando da produção de uma etnografia. "A proposta é, então, escrever etnografias tendo como modelo o diálogo ou, melhor ainda, a polifonia. [...] A ideia é representar muitas vozes, muitas perspectivas, produzir no texto uma plurivocalidade." (CALDEIRA, 1988, p.141). Esta multiplicidade de vozes dentro do texto poderia sugerir que o autor é apenas mais uma delas.

Perdendo o status de sujeito cognoscente privilegiado, o antropólogo é igualado ao nativo e tem que falar sobre o que os iguala: suas experiências cotidianas. É por isso que se requer que o etnógrafo reproduza o mais possível em seus textos a sua experiência tal qual vivida no campo, e não tal qual foi reelaborada depois dele. (CALDEIRA, 1988, p.142).

O pesquisador não deve se posicionar dentro do texto como alguém que interpreta o que o nativo diz. Ele não precisa atribuir sentido a necessariamente tudo o que lhe foi dito, a tudo aquilo que observou. Ele precisa apenas deixar que a voz dos sujeitos tenha autonomia. Essa permissão, no entanto, se complexifica diante da análise de sujeitos e grupos muito próximos: atribuímos de maneira natural às palavras e atitudes dos indivíduos os sentidos que nós mesmos atribuiríamos. E o fazemos baseados nos laços que nos aproximam ou que nos distanciam. "[...] O processo de entender um outro que faz parte da nossa própria cultura conduz quase que inevitavelmente a pensar criticamente sobre a nossa relação com ele e sobre o seu lugar na nossa sociedade" (CALDEIRA, 1988, p.145).

O etnólogo precisa, o tempo inteiro, buscar identificar qual é o seu lugar no mundo, para então partir para a identificação do lugar do outro. Se a Antropologia se faz no movimento de vai-e-vem, é preciso reconhecer que sem a plena ciência dos limites entre esses dois universos não será possível estabelecer nenhuma relação entre eles. "[...] O homem não se enxerga sozinho. Ele precisa do outro como seu espelho e seu guia" (DA MATTA, 1978, p.11). O fazer etnográfico só se concretiza para aquele que reconhece e valoriza a diversidade.

Foi a partir deste reconhecimento da necessidade de uma relação com as jovens que pesquisei, mas uma relação que ultrapasse a formalidade do preenchimento de relatórios e a coleta de dados e informações, que cheguei à definição da metodologia ideal para o trabalho que aqui apresento.

No primeiro capítulo deste trabalho, denominado “Imergir e emergir: os (des) caminhos de uma análise socioantropológica”, partindo do princípio de Pierre Bourdieu (2001), de que a relação de pesquisa deve ser uma relação não-violenta, realizo uma discussão mais aprofundada em torno do fazer antropológico e etnográfico. Além de Da Matta (1978), Fonseca (1999) e Caldeira (1988), são acrescentadas à discussão ideias de autores como Clifford Geertz (2008) – no que tange a importância da imersão profunda do pesquisador em seu campo de pesquisa – e Roberto Cardoso de Oliveira (2000), que traz importantes contribuições acerca das etapas da constituição do trabalho etnográfico.

No segundo capítulo, intitulado “A hibridização da coletividade e da individualidade: como se constitui um projeto de vida” trago à tona o entrelaçamento dos conceitos que dão vida à questão que me proponho a responder. Pierre Bourdieu (2011a, 2011b), Louis Dumont (1985) e Gilberto Velho (2003) dialogam evidenciando o constante enlace de valores individuais e coletivos na constituição dos projetos de vidas das jovens colaboradoras dessa pesquisa.

Discute-se também questões relacionadas à classe e a influência desta categoria na definição do projeto das jovens pesquisadas. O impacto do pertencimento de classe das famílias das jovens nesta definição é analisado a fim de que possamos compreender de maneira mais clara como e porque foram tomadas decisões “x” em detrimento de decisões “y”.

O terceiro capítulo, batizado de “Estrato social, raça e gênero: compreendendo o espaço social e o espaço simbólico das integrantes da JuNF” traz uma breve abordagem do conceito de raça de Franz Boas (2004) e grupos étnicos (para Fredrick Barth (1998)). Além disso, faz-se uma historicização das doutrinas raciais que acompanham a história brasileira a partir do século XIX, especialmente pelo viés da antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (1993, 2012);

Faz-se também uma reconstrução daquilo que compreendo como o processo de integração do negro na sociedade brasileira através de estudos desenvolvidos por autores como Florestan Fernandes (1965), Aracy Nogueira (1985), Roberto Da Matta (1984), Livio Sansone (2004) e Denise Fagundes Jardim (2013)⁵. Por fim, em uma tentativa de evidenciar as peculiaridades da vivência da mulher negra na sociedade brasileira apresento as autoras Kimberlé Crenshaw (2012) e Sueli Carneiro (2003) em um debate sobre a influência da tríade classe social-grupo racial-gênero nos mais diversos aspectos da vida das jovens integrantes da JuNF.

⁵ Discutiremos aqui questões como a diferenças geracionais na inserção no mercado de trabalho, relações raciais, tipificação de preconceitos e políticas de ação afirmativa.

1 EMERGIR E IMERGIR: OS (DES) CAMINHOS DE UMA ANÁLISE SOCIOANTROPOLÓGICA

Aos 17 anos, Fernanda mal podia conter sua vontade de tornar-se uma mulher independente. Cursando o segundo ano do ensino médio na escola pública na qual estudou desde a pré-escola, Fernanda já tinha trabalhado como auxiliar de transporte escolar. De segunda à sexta-feira, ao chegar na escola às 7h50 (sempre contando com os cinco minutos de tolerância), Fernanda já tinha quase três horas de trabalho. Além disso, sempre era preciso estar pronta para escapar quinze ou dez minutinhos antes do final das aulas para encarar mais duas horas de trânsito e correria, com a barriga vazia da hora do almoço, até que se entregasse todos os estudantes do turno da manhã em suas casas e todos os alunos da tarde em suas escolas. Das cinco às oito da manhã e das onze e trinta e cinco às duas e quarenta e cinco, Fernanda se convertia em tia. Com um medo inexplicável de automóveis de grande porte, a menina magrela, agarrava de três a seis crianças pelas mãos e atravessava as ruas da cidade às pressas, assegurando que todos chegassem sãos e salvos a seus destinos. Porém, a disposição para encarar as aulas já não era a mesma e logo a mãe chiou. Inconformada em não poder ganhar nem mesmo seus míseros R\$150 mensais, não demorou a ir atrás de outra oportunidade. E a oportunidade também não tardou em aparecer. Poucas semanas depois de despedir-se de suas crianças (que tinham praticamente a mesma idade que ela), Fernanda foi chamada para a seleção de uma vaga de estágio no único shopping do centro da cidade. Eufórica pela filha, a mãe de Fernanda agradeceu emocionada à funcionária da agência de empregos. “Fernanda, acorda! Tem uma oportunidade no shopping pra ti!”, disse a mãe. Feliz por si mesma e ainda mais feliz pela felicidade da mãe, Fernanda foi à entrevista de seleção. Ao chegar lá soube da notícia: quatro vagas e quatro candidatas. “Tô dentro!”, pensou Fernanda. E estava mesmo. Fernanda, assim como outra menina negra e uma colega branca com sobrepeso, foi selecionada para cuidar do banheiro do shopping. Para ganhar incríveis R\$180 mais R\$23 de vale-transporte, Fernanda e as colegas passavam seis turnos semanais de quatro horas sentadas na porta do banheiro do *Shopping*, cobrando pelo acesso de não clientes e cuidando para que não houvesse depredações, furtos nem nenhum tipo de confusão no ambiente. A menina branca e magra, com a mesma idade e nível de ensino, só que com botas sofisticadas, que também fora entrevistada, assumiu um cargo de assistente administrativo no Departamento de *Marketing* do *Shopping*. Desde aquele dia Fernanda nunca deixou de se perguntar: “será que existem trabalhos para negras?”.

Toda vez que alguém utiliza expressões como *pesquisa etnográfica*, *análise antropológica* ou *trabalho de campo*, o senso comum sugere ao interlocutor a imagem de um desbravador encarando pela primeira vez um grupo social distinto e isolado, com o qual se propõe contato pela primeira vez. A Antropologia nasceu dessa curiosidade, dessa vontade de atribuir a outros grupos sistemas lógicos e de representação semelhantes aos das sociedades das quais faziam parte os primeiros antropólogos (DENZIN e LICOLN, 2006). A disciplina, até mesmo pela valorização de seus trabalhos pioneiros, valeu-se por décadas do etnocentrismo como valor primordial: partindo de seus próprios valores, os pesquisadores mergulhavam em novos universos e buscavam traçar semelhanças. Não pretendendo aqui lançar um julgamento sobre esse comportamento, utilizo essa passagem da história da Antropologia para elucidar como desde seus primórdios, e, como mesmo entre os mais

diferentes grupos e sociedades, a análise antropológica necessitou do estabelecimento de relações para poder efetivar-se.

E aquele que adentra um espaço tomando-o como campo de pesquisa deve compreender a multiplicidade de questões que atravessam essa relação. Em “A Miséria do Mundo”, Pierre Bourdieu (2011a) argumenta que a relação de pesquisa é uma relação social que traz impactos para os resultados da pesquisa. De acordo com o autor, esta é uma relação que, obrigatoriamente, deve eliminar qualquer tipo de violência simbólica que venha a interferir nas respostas colhidas e, conseqüentemente, nos resultados obtidos. O pesquisador precisa adotar condutas teóricas e metodológicas que garantam que ele não esteja, no desenvolvimento de suas atividades, violando, de qualquer maneira, a segurança ou a dignidade dos sujeitos participantes de sua pesquisa. Não basta ao pesquisador não ter a intenção de violentar, é necessário armar-se de estratégias que garantam a não-violência.

Neste sentido, o sociólogo francês é enfático ao afirmar que um conhecimento profundo de técnicas de pesquisa social ajuda o pesquisador a “controlar os efeitos da própria pesquisa” (BOURDIEU, 2011a, p. 694). É necessário, ainda de acordo com o francês, que o pesquisador compreenda que toda ciência realiza construções, efeitos, sobre os seus sujeitos observados. A diferença se dá entre aquelas que são conscientes desta interferência e as que não o são. Aquelas que reconhecem a interferência devem se cercar de mecanismos e estratégias metodológicas de minimização desses impactos e de embasamento teórico que justifiquem a adoção de determinadas condutas (BOURDIEU, 2011a). Isto posto, volto meu olhar para o espaço que se constitui enquanto campo da pesquisa que aqui desenvolvo.

1.1 O eu-pesquisador: da necessidade de desconstrução

Filha de um policial militar negro do baixo escalão, de família miscigenada entre brancos, indígenas e negros, e de uma dona-de-casa – com longo histórico de atuação no mercado de trabalho na área de higienização –, fui criada no bairro Nossa Senhora das Dores na cidade Santa Maria. Segunda dos três filhos do casal, estudei, assim como meus irmãos, ao longo de toda a vida na mesma escola: o Colégio Estadual Coronel Pilar, que atendia, principalmente, aos filhos dos policiais militares – por estar localizado em frente ao quartel da PM em Santa Maria.

Considerado uma instituição com forte cunho comunitário, o Colégio se constituiu para mim, desde sempre, como um grande espaço de socialização. Ali fiz meus primeiros amigos de maneira independente. Construí meus primeiros laços, criei minhas primeiras alianças. Vanessa e Elizandra foram minhas duas primeiras amigas. As duas, inclusive, seguem fazendo parte de meu ciclo de amizades e nos encontramos com frequência, mesmo já passados 20 anos de nosso primeiro encontro.

Ao longo do ensino fundamental foram surgindo novas amizades: agregaram-se Liara, Paola, Jaqueline e Denise, entre tantas outras que permaneceram menos tempo no círculo que se poderia considerar de amigos. Já no ensino médio os laços foram se fortalecendo, mas, ao mesmo tempo, diminuindo. Éramos cada vez menos meninas, cada vez menos amigas. Éramos, cada vez, menos meninas negras. A necessidade ou a opção de trabalhar e levar o prosseguimento da vida escolar para o turno noturno, a necessidade ou a opção de deixar a escola para dedicar-se a outros afazeres. Infinitos eram os motivos que distanciavam aquelas meninas dos bancos escolares, do ensino regular, de oportunidades de acesso a cargos com maior exigência de qualificação no mercado de trabalho.

Conforme eu dava continuidade aos meus estudos, sempre contando com o apoio (financeiro e emocional) irrestrito de minha família, percebia que meninas parecidas fenotipicamente comigo eram cada vez mais raras. Trabalhando durante o dia como atendente de uma papelaria, para ajudar meu avô com as despesas do curso preparatório para o vestibular – não ingressei no ensino superior em meu primeiro processo seletivo –, percebia que mesmo no turno noturno eram poucas as jovens negras que conseguiam se preparar adequadamente para prestar o concurso.

Quando de minha inserção no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (considero importante frisar que meu ingresso se deu com benefício da política de cotas raciais), em 2009, deparei-me pela primeira vez com uma sala de aula em que eu era a única estudante mulher e negra. Os primeiros meses foram de adequação e de ambientação: grande parte de meus colegas dispunha de uma bagagem cultural muito distante da minha. Pertencentes à classe média ou à classe média alta, boa parte de meus colegas passava as férias de inverno no nordeste brasileiro e as férias de verão em países europeus. Meus colegas, ainda que mais jovens do que eu, tinham conhecimento sobre filosofia, música clássica, sobre artes, sobre cinema.

Minha busca em um primeiro momento foi por referências mais próximas no ambiente imediatamente disponível. Desta forma, Julia – filha de pais divorciados, mantida pelos esforços de uma mãe trabalhadora doméstica – e Camila – filha de pequenos agricultores familiares do interior da Quarta Colônia –, ambas mulheres brancas, foram as pessoas que me ofereceram mais segurança. E foi a partir das relações que estabeleci com elas que me senti à vontade para expandir meus laços no interior da Universidade e buscar espaços, grupos e indivíduos ainda mais semelhantes a mim, com trajetórias ainda mais parecidas com a minha.

Nesse sentido, passei a participar de eventos que tinham como temática quaisquer assuntos ligados à população negra e universitária. Foi em um desses eventos que tive contato, pela primeira vez, com membros de um coletivo denominado *Afronta – Coletivo de Estudantes Afro da UFSM*. A partir de meu contato com esse coletivo e com seus membros, minha atuação política e acadêmica, na universidade e também fora dela, passaram a ser norteadas pelo objetivo de dar visibilidade às questões da população negra.

Assim que concluí o curso de graduação em Jornalismo e me inseri no mercado de trabalho, atuando como repórter de um jornal empresarial local, pude visualizar com maior clareza a ocorrência cada vez mais frequente de situações em que eu, enquanto mulher negra, era subjugada e tinha, mesmo com formação profissional e acadêmica comprovada, questionamentos constantes a minha capacidade intelectual e, por vezes, ao meu comprometimento e conduta ética. Concomitantemente a essas situações, fui inserida em grupo fechado do *Facebook* denominado Juventude Negra Feminina de Santa Maria.

Composto por muitas meninas com as quais tive contato em algum momento da minha vivência enquanto militante, o grupo representou, desde o princípio, para mim, um espaço de socialização das dificuldades enfrentadas no dia-a-dia relacionadas a questões raciais e de gênero. Minha atuação como monitora de Educomunicação do Programa Mais Educação em uma escola da periferia de Santa Maria e como educadora de Redação do Pré-Vestibular Popular Alternativa, projeto de extensão da UFSM, também forneceram narrativas minhas para este grupo, sempre na busca por conforto e incentivo para superar as tantas barreiras encontradas.

Nota-se, por meio deste relato, que minha relação primordial com a JuNF foi uma relação de membro, de participante. A partir do meu ingresso na pós-graduação e da definição do meu problema de pesquisa, foi preciso rever esta minha postura em relação ao grupo.

Minhas intervenções se tornaram cada vez menos frequentes e sempre ditadas por uma intenção de observar mais do sugerir ou opinar sobre quaisquer que fossem as pautas do dia.

Ao tornarem-se também sujeitos da minha pesquisa, as integrantes da JuNF já tinham, em alguma medida, sido observadas por mim. Eu já dispunha de informações prévias sobre elas: sabia sobre a formação familiar de algumas, sobre o grau de instrução e profissão de tantas outras; detinha informações sobre seus locais de residência, sobre se tinham filhos ou não; sobre suas preferências político-partidárias, sobre sua orientação sexual; e também sobre a forma como se relacionavam no interior do grupo.

O grande desafio estava em tornar essas informações úteis, mas ao mesmo tempo me permitir olhar para todos esses aspectos de suas vivências como se nunca os tivesse observado, conferindo-lhes uma nova importância, um novo prisma. Afinal, desenvolver toda esta pesquisa, realizar entrevistas, fazer levantamentos, carregando o tempo todo comigo os pré-conceitos que eu possuía em relação às integrantes da JuNF não seria uma forma de violentá-las? Permitir que minhas simpatias e minhas antipatias, minhas opiniões concordantes e as também as discordantes exercessem uma grande influência no meu processo de interpretação dos depoimentos configuraria, certamente, um atentado à dignidade destas jovens perscrutadas em seus universos mais íntimos de compartilhamento de ideias e de convicções.

Ciente dos ensinamentos de Pierre Bourdieu ao mencionar a importância do estabelecimento de relações não-violentas com meus sujeitos pesquisados (2011a), dei início a uma busca constante e profunda por amparo teórico-metodológico. Afinal, era preciso estar bem munida de argumentos também para todas as vezes em que eu seria – e fui – confrontada por alguém que questionasse: “E então? No fim, este estudo não é sobre você mesma?”.

1.2 A etnografia e o fazer antropológico: caminhos percorridos

Após as tantas reflexões sobre as relações que estabeleci com meus sujeitos de pesquisa, o desafio, agora, era evidenciar o caráter antropológico da análise que me propus a realizar. O primeiro passo dado depois de me despir, na medida do possível, das imagens preestabelecidas que possuía das integrantes da JuNF, foi mergulhar no universo de socialização das pesquisadas e tentar captar o máximo de informações sobre suas vivências – agora com um olhar mais apurado, não tão influenciado pelas relações interpessoais.

Assim, acompanhar suas postagens nas redes sociais – tanto na página do grupo quanto em sua página pessoal –, observar o tipo de participação das mesmas nas reuniões presenciais e outros eventos promovidos ou apoiados pela JuNF e também analisar as relações estabelecidas entre esses sujeitos tornou-se parte de minha rotina. Minha intenção com essa observação, com essa introdução, era imergir nos diversos universos de significação nos quais essas jovens pudessem estar inseridas.

Suas vivências enquanto jovens negras, contudo, não poderiam ser resumidas a sua participação no grupo virtual do coletivo, tampouco em sua frequência em ações ligadas ao Movimento Negro ou Feminista. As jovens integrantes da JuNF têm suas novelas, filmes e seriados favoritos; gostam ou não de assistir ou praticar determinados esportes; têm relações mais ou menos harmoniosas com seus familiares, amigos e colegas de trabalho ou de estudo; as meninas que observo podem ir ao salão de cabeleireiro alisar ou relaxar seus cabelos; saem à noite; frequentam escolas de samba, terreiros de umbanda, igrejas neopentecostais; elas têm animais de estimação, praticam o veganismo, dividem o quarto com outros três irmãos ou moram sozinhas em apartamentos alugados para que possam estudar na cidade de Santa Maria.

Não seria possível captar a complexidade do processo de formação de seu projeto de vida baseando-me apenas em sua participação em um coletivo que não tem calendário de ações definido, nem mesmo um espaço físico que concentre todos os seus encontros. Foi a partir desta constatação que notei a necessidade de utilizar-me de instrumentos de coletas de informações e depoimentos que nos permitissem uma maior aproximação e o estabelecimento de um elo entre mim e elas.

A decisão de recorrer a entrevistas abertas ou semiestruturadas e à observação de sua atuação no grupo secreto do *Facebook*, a fim de mergulhar em suas vivências e conseguir traçar um perfil claro sobre o pertencimento social de nossos sujeitos de pesquisa, respectivamente, fez parte de um momento fundamental deste trabalho. Aquele em que se demonstra a preocupação em comprovar à comunidade acadêmica e a todo indivíduo interessado que ele, de fato, se concretizou por meio do estabelecimento dessas relações. Eu preciso encontrar estratégias para comprovar que estive entre estas jovens, que as conheço, que elas confiaram a mim informações sobre a sua vida pessoal, que permitiram que eu observasse sua vivência e a transformasse na pesquisa que aqui apresento.

Ao buscar demonstrar isso, damos vida ao método etnográfico, que “não se confunde nem se reduz a uma técnica; [podendo] usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; [sendo] antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos” (MAGNANI. 2002, p. 17). Conforme salienta José Magnani,

a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente. (2009, p. 135).

No presente estudo, os contatos iniciais foram efetivados por meio das redes sociais. Primeiramente deixei mensagens privadas para cada uma das integrantes, e, diante da falta de resposta delas – provavelmente por não me conhecerem anteriormente – solicitei inserção no grupo secreto à integrante que conhecia há mais tempo.

Depois de algumas semanas de negociação interna, elas me inseriram no grupo, onde passei a postar mensagens explicando sobre o que tratava minha pesquisa, sobre os motivos que me levaram a optar pela JuNF como grupo ideal para realizá-la e solicitando a colaboração de todas.

As respostas tornaram-se mais rápidas e mais positivas à medida em que fui ajudada por essa integrante intermediadora e que ofereci informações consistentes sobre o trabalho. A garantia do resguardo de suas identidades também foi fator determinante para a colaboração de todas as jovens.

Clifford Geertz (2008), em *A Interpretação das Culturas*, consagra a etnografia como instrumento de comprovação desta relação, de comprovação de que eu estive lá. De acordo com o antropólogo estadunidense, a imersão se realiza a partir da disposição do pesquisador em observar as mais detalhadas particularidades de um fenômeno ocorrido no campo de pesquisa. Já a imersão só se concretiza por meio de uma descrição detalhada deste fenômeno. É necessário que aquele que observa se ponha a interpretar este fenômeno – e aqui, invariável e inevitavelmente, ele o fará partindo de seus próprios códigos e normas valorativas. Esta interpretação, no entanto, deverá ser realizada na forma daquilo que Geertz (2008) denomina de uma *descrição densa*.

[...] A etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. [...] Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 2008, p. 7).

A execução de uma *descrição densa* pode ser entendida como a utilização de uma linguagem preocupada em satisfazer às expectativas de localização, ambientação e compreensão da comunidade científica aliada à sistematização lógica das conexões realizadas neste processo de interpretação que o pesquisador se aproximará o máximo possível de uma descrição densa do seu campo de pesquisa (GEERTZ, 2008).

Em uma tentativa de elucidar as etapas que levam à descrição densa assentada por Geertz (2008), o antropólogo brasileiro Roberto Cardoso de Oliveira (2000) apresenta aqueles que ele considera os três momentos essenciais do trabalho do antropólogo: o olhar, o ouvir e o escrever. Oliveira (2000) destaca que essas ações, para o profissional da Antropologia, não são, nem jamais poderão ser, proporcionais ao olhar, o ouvir e o escrever de qualquer outro indivíduo.

Sobre o olhar, Oliveira (2000) menciona que este “funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração” (2000, p. 19). Etnocentrado e mediado quase que exclusivamente por meio das impressões do senso comum, o olhar do antropólogo deve ser, de acordo com o autor, um olhar *domesticado*, pois, “a personalidade do investigador e sua experiência pessoal não podem ser eliminadas do trabalho etnográfico. Na verdade, elas estão engastadas, plantadas nos fatos etnográficos que são selecionados e interpretados” (PEIRANO, 2008, p. 3-4).

Primeira etapa da análise antropológica, o olhar normalmente se efetiva em um momento de imaturidade do conhecimento do pesquisador acerca de seu campo de pesquisa e de seus sujeitos pesquisados. Desta forma, torna-se imperativo que o antropólogo “treine” seu olhar para o entendimento, para a compreensão do diverso. A subjetividade do pesquisador entra em cena e ele precisa evidenciar uma postura de abertura para a diversidade. Vem daí a relevância conferida à relativização na Antropologia. Analisar fenômenos de acordo com essa disciplina exige essa postura por parte do investigador. “Relativizar é constituinte do próprio conhecimento antropológico” (OLIVEIRA, 2000, p. 33).

A segunda etapa do trabalho do antropólogo consistiria no ouvir. Este ouvir configuraria um encontro entre pesquisados e pesquisadores (OLIVEIRA, 2000). Neste encontro entre os dois polos da pesquisa, cabe ao pesquisador encontrar os pontos em comum entre ambos e traçar um mapa em que seus horizontes estejam alinhados. O ouvir antropológico não poderá ser um ouvir desatento, e ele não poderá jamais estar desconectado do olhar. O pesquisador tem como desafio encontrar os elos camuflados entre a ação e fala dos sujeitos pesquisados, estejam eles camuflados intencionalmente ou não. Ouvir e olhar são, assim, etapas sequentes e concomitantes do fazer antropológico e “constituem a nossa percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica” (OLIVEIRA, 2000, p. 31).

O escrever, então, concretiza a última e mais complexa parte do trabalho do antropólogo. Essa etapa se torna ainda mais problemática a medida em que a ela está associado todo o processo de organização do trabalho do pesquisador. Roberto Cardoso de Oliveira afirma que “escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar”. (2000, p. 32).

É por meio da escrita que o pesquisador disponibiliza à comunidade e aos grupos e indivíduos interessados nos resultados da pesquisa o conhecimento que foi possível produzir por meio da análise antropológica. Seria “no ato de escrever, portanto na configuração final do produto desse trabalho, que a questão do conhecimento se torna tanto ou mais crítica” (ibidem, p. 25). Essa complicação cresce impulsionada pela já mencionada preocupação em oferecer a outros pesquisadores um texto confiável e consistente: “há de se permitir sempre ao controle dos dados pela comunidade de pares, isto é, pela comunidade profissional” (ibidem, p. 27).

Essas consistência e confiabilidade, no entanto, só podem ser conquistadas diante dos enquadramentos textuais, do empobrecimento praticamente inerente ao processo de transcrição e de tradução dos depoimentos e de descrição dos ambientes e dos indivíduos. Pierre Bourdieu propõe que “a passagem do oral ao escrito impõe, com mudança de base, infidelidades que são sem dúvida a condição de uma verdadeira fidelidade” (2011a, p.710). Enriquecedoras da narrativa e reveladoras sobre os sentidos atribuídos por quem lhes pratica, “as demoras, as frases interrompidas e prolongadas por gestos, olhares, suspiros ou exclamações (...), as ambiguidades”, (BOURDIEU, 2011a, p. 710), são desfeitas pela linguagem escrita. “Transcrever é necessariamente escrever, no sentido de reescrever” (idem). O antropólogo, assim, precisa buscar recursos para manter os sentidos originais dos depoimentos colhidos.

1.3 Das técnicas e métodos: a busca pela compreensão do objeto e de seus múltiplos elementos

O respeito e o comprometimento para com a complexidade dos depoimentos, dados e informações coletados se têm efetivado, ao longo da história da Antropologia, pela adoção de uma abordagem qualitativa nas pesquisas realizadas. Esta abordagem privilegia a utilização das descrições detalhadas, ricas, ou densas, conforme indicado por Geertz (2008) e Bourdieu (2011a). Para tanto, recorre-se à “prosa etnográfica, as imagens congeladas, as histórias de vida, os “fatos” transformados em ficção e os materiais biográficos e autobiográficos” (DENZIN e LINCOLN, 2006, P. 25).

A abordagem qualitativa oferece ao pesquisador uma gama variada de técnicas e métodos para a captação de informações, possibilitando o “levantamento de todos os dados possíveis de uma determinada comunidade com a finalidade de conhecer o estilo de vida ou a cultura específica da mesma” (CAVEDON, 2003, p. 143).

Sem dispor de um aparato técnico exclusivamente seu, aqueles que optam por essa abordagem têm a sua disposição um universo de possibilidades que tem como característica fundamental a multi e a transdisciplinaridade. “Os pesquisadores qualitativos utilizam a análise semiótica, a análise da narrativa, do conteúdo, do discurso, de arquivos e a fonêmica e até mesmo as estatísticas, as tabelas, os gráficos e os números” (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 20). E foi justamente este o atributo que me inclinou para a utilização da abordagem qualitativa.

Nas entrevistas abertas e semiestruturadas, pretendi coletar informações relevantes sobre o pertencimento socioeconômico das jovens pesquisadas. Creio que a localização de meus sujeitos no espectro socioeconômico só pode ser realizada com exatidão a partir de informações sobre seus bens e hábitos de consumo, por exemplo. Saber de minhas entrevistadas a quantidade de aparelhos televisores e telefones celulares disponíveis em suas casas, sobre quantos cômodos possuem suas residências, sobre o impacto dos custos do transporte coletivo em sua vida financeira, por exemplo, poderá me trazer informações importantes.

Concomitantemente, a forma como a sociabilidade das jovens entrevistadas é afetada pela questão étnico-racial, histórias sobre sua trajetória escolar, traumas, medos, arrependimentos e conflitos jamais seriam mensuráveis por meio da aplicação de um questionário ou do preenchimento de um formulário.

Através do entrelaçamento e da interpretação atenta das informações oferecidas, me distancio do risco de seguir indiscriminadamente à risca condutas metodológicas específicas que podem não garantir a apreensão correta dos sentidos veiculados nos processos de interação entre os sujeitos da pesquisa e também entre os sujeitos da pesquisa e eu.

É nessa tentativa de dar conta de um objeto complexo, que não está localizado nem no grupo virtual do *Facebook* nem nas reuniões presenciais da JuNF, tampouco na residência ou no local de trabalho destas jovens, que me muno de instrumentos para apreender ao máximo as infinitas idiosincrasias que podem ser observadas quando as mesmas, diante da análise de sua trajetória e daquele que consideram ser um terreno passível de ser conquistado, manejam essas informações e dão existência ao seu projeto de vida.

Sem dúvida, para que um trabalho etnográfico seja válido, é imprescindível que cubra a totalidade de todos os aspectos – social, cultural e psicológico – da comunidade; pois esses aspectos são de tal forma interdependentes que um não pode ser estudado e entendido a não ser levando-se em conta todos os demais (MALINOWSKI, 1978, p. 11-12)

O estabelecimento de relações superficiais com os sujeitos pesquisados compromete sobremaneira a execução do trabalho etnográfico. Uma imersão profunda, devidamente documentada, bem como reconhecida pelos indivíduos abordados pela pesquisa, foi imprescindível para que o trabalho que aqui apresentamos pudesse apresentar resultados significativos, respondendo aos questionamentos que nos propusemos e nos aproximando o máximo possível dos objetivos alvitados.

1.4 Definindo conceitos-balizas: ser jovem e ser negra

Durante o processo de elaboração deste trabalho fui tomada de assalto por um questionamento fundamental, mas que eu havia deixado sem resposta grande parte do tempo em que me dediquei a ele: afinal sobre o que exatamente estou falando quando afirmo que minhas pesquisadas são jovens negras?

Qual é minha compreensão acerca dessas duas categorias? O que elas representam no percurso teórico, conceitual e metodológico que percorro em direção às respostas que espero encontrar para os questionamentos já estabelecidos? Em um primeiro momento, me pareceu que falar em jovens negras constituísse uma obviedade tamanha que não era necessário explicitar qual é o eixo que norteia minha compreensão em torno das categorias “jovem” e

“negra”. Os questionamentos da banca avaliadora durante a etapa de qualificação do texto que aqui apresento em torno de tal questão, no entanto, apontaram para o imperativo de fazê-lo. Tratarei, a seguir, essas duas categorias separadamente

1.4.1 Ser jovem

Para a discussão em torno do que significa, no contexto em que estamos inseridos, ser jovem, utilizo-me das reflexões da antropóloga brasileira Regina Novaes (2007). Para esta pesquisadora, especialista em estudos ligados à juventude, é natural que busquemos, ainda que seja uma tarefa complexa, tentar definir o que significa juventude. Há uma variedade significativa de aspectos que incidem sobre tal definição.

Questionar a universalidade da categoria juventude significa reconhecer sua historicidade. Variam as idades cronológicas e as expectativas que as sociedades constroem sobre seus jovens. De fato, definições sobre infância, juventude e maturidade foram ganhando conteúdos, contornos sociais e jurídicos ao longo da história, no bojo de disputas econômicas e políticas. São arbitrários culturais e regras socialmente construídas que determinam quando, como e por meio de quais rituais as sociedades reconhecem as passagens entre estas fases da vida. (NOVAES, 2007, p. 17)

Mais do que uma demarcação etária, ao falar-se em juventude, tratamos da demarcação de um espectro, ao mesmo tempo, universal e particular de experiências.

Embora haja variação dos limites de idade, a juventude é compreendida como um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro. Por isto mesmo, de maneira geral, a juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências. Ser jovem é viver uma contraditória convivência entre a subordinação à família e à sociedade e ao mesmo tempo, grandes expectativas de emancipação (NOVAES, 2007, p. 18).

Tal definição se aplica perfeitamente sobre as jovens que observamos. Ainda que com idades relativamente distantes (há uma variação entre 18 e 26 anos entre as integrantes da JuNF), todas elas estão em fase de construção e projeção de suas carreiras profissionais. Apesar da distância de estágios acadêmicos e profissionais (enquanto algumas estão no primeiro ano de faculdade, já há outra que no ano de 2015 deu início ao doutorado), identificamos uma rede de compartilhamento de ideias íntimas como o desejo de morar em outra casa que não a da própria família, adquirir definitivamente uma casa própria ou de abrir seu próprio negócio.

As jovens integrantes da JuNF revelaram-se, sem exceção, passíveis de mudanças comportamentais. A descoberta recente de muitas pelo interesse na militância feminista e no Movimento Negro revela muito de sua inclinação juvenil em mudar rumos, em insubordinar-

se, em tornar os diversos espaços que ocupam (acadêmicos e familiares, em especial) espaços abertos e voltados a questionamentos e revisão de condutas e ideologias. Contudo, mesmo diante dessa suposta uniformidade relativa à disposição em engajar-se em causas sociais similares por meio de métodos semelhantes, salta aos olhos a diversidade de experiências que levou cada uma delas a assumir tal posição.

Enquanto algumas chegaram à militância movidas exclusivamente pela curiosidade, outras iniciaram a trajetória de ativismo por meio da influência de familiares ou amigos. Outras ainda foram empurradas para a JuNF depois de se sentirem totalmente deslocadas no ambiente acadêmico.⁶ Mesmo nos grupos aparentemente mais uniformes,

a condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social; dos níveis de renda; das disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, entre regiões do mesmo país, entre países, entre continentes, hemisférios.[...] A vivência da condição juvenil é também diferenciada em função de desigualdades de gênero, de preconceitos e discriminações que atingem diversas etnias. Mas isto ainda não é tudo. Os jovens de hoje também se diferenciam em termos de orientação sexual, gosto musical, pertencimentos associativos, religiosos, políticos, de galeras, de turmas, de grupos e de torcidas organizadas. Estes demarcadores de identidades podem aproximar jovens socialmente separados ou separar jovens socialmente próximos (NOVAES, 2007, p. 19).

Aqui, a fim de estabelecer qual a compreensão que temos da categoria juventude, é necessário que busquemos identificar quais são os traços que uniram as jovens pesquisadas em torno da ideia de que, entre si, formam um grupo jovem. Somos compelidos a reconhecer que

certamente a dimensão biológica (os hormônios, a adrenalina, o corpo jovem), favorece a predisposição para a aventura e as representações de força e vitalidade motivando a ousadia de arriscadas práticas juvenis. Mas, para além do aspecto biológico, e apesar dos abismos sociais existentes, ser jovem em um mesmo tempo histórico é viver uma experiência geracional comum. (NOVAES, 2007, p.17)

Identificar-se como e reconhecer um jovem é, também, colocar-se como e visualizar o vetor de transformações possíveis em uma determinada sociedade. Novaes nos apresenta a ideia de observar a juventude como um espelho retrovisor dos grupos histórico-sociais. Através da análise de suas condições estruturais e conjunturais torna-se possível identificar as “vulnerabilidades e as potencialidades das juventudes” (NOVAES, 2007, 17).

⁶Especialmente as integrantes da JuNF que estiveram inseridas, ao longo de grande parte de sua vida escolar, em instituições de ensino localizadas na periferia, perto de suas residências, onde havia muitos colegas com os quais se sentiam identificadas, relatam terem se sentido distante dos colegas e dos professores quando de sua inserção no ensino superior.

Ampliando essa problematização, Bourdieu afirma que “as relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas” (1983, p.2) e que por isso “as classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe...) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar” (BOURDIEU, 1983, p.1). Neste estudo não nos cabe delimitar quais das integrantes da JuNF podem ou não ser consideradas jovens. Tal delimitação poderia nos privar de informações importantes sobre dinâmicas do grupo observado.

1.4.2 Ser negra

Para balizar nossas discussões acerca da definição da ideia de ser negra (ou não), nos utilizaremos, em um primeiro momento⁷, das contribuições de Kabengele Munanga – em entrevista concedida pelo antropólogo congolês à revista *Estudos Avançados* no ano de 2004. Inicialmente, o pesquisador sinaliza a aparente facilidade de definir quem é ou não negro no contexto das relações raciais brasileiras. O senso comum aponta indiscriminadamente para a cor da pele dos indivíduos como fator determinante para reconhecer um negro.

Contudo, ele rechaça essa ideia com veemência quando afirma que

num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico (MUNANGA, 2004, p. 52).

A trajetória sociohistórica das relações entre negros e não negros no Brasil (que será revisitada com mais detalhes no terceiro capítulo deste trabalho), evidencia as tantas complicações que atravessam a definição de quem pode, aqui, ser perscrutado como negro e quem não pode sê-lo. De acordo com o pesquisador, especialmente para os movimentos sociais voltados à positivação da identidade negra, negro é aquele indivíduo que apresenta determinado perfil fenotípico.

Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizado qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. É uma qualificação política que se aproxima da definição norte-americana. Nos EUA não existe pardo, mulato ou mestiço e qualquer descendente de negro pode simplesmente se apresentar como negro. Portanto, por mais que tenha uma aparência de branco, a pessoa pode se declarar como negro.

⁷ No terceiro capítulo desse trabalho, aprofundaremos esta discussão por meio de uma revisão teórico-conceitual dos termos raça e etnia e de um entrelaçamento direto entre os projetos identificados com questões relacionadas ao pertencimento racial das entrevistadas.

No contexto atual, no Brasil a questão é problemática, porque, quando se colocam em foco políticas de ações afirmativas – cotas, por exemplo –, o conceito de negro torna-se complexo. Entra em jogo também o conceito de afrodescendente, forjado pelos próprios negros na busca da unidade com os mestiços (MUNANGA, 2004, p. 52).

Diante de nossa afinidade com esta compreensão de que nem somente a posse de determinados traços físicos, tampouco a simples presença de marcadores genéticos são evidências suficientes para identificar sujeitos como negros ou não, optamos por não utilizar neste trabalho o termo *afrodescendente*.

Acreditamos que mais do que pertencimento biológico, ser negra tem relação direta com a sensação de pertencimento identitário. Trata-se, portanto, de uma mistura entre os dois aspectos mencionados acima e, sobretudo, de uma ação política, que determina condutas específicas nos mais diversos aspectos da vida do indivíduo.

Explicitado por meio de quais balizas eu identifico as jovens observadas como jovens mulheres negras, início, a seguir, a apresentação coletiva e individual de cada uma das jovens abordadas.

1.5 Sobre a JuNF

Na introdução deste trabalho, falamos sobre as estratégias utilizadas pelas integrantes do coletivo, primeiramente para integrarem-se, e, posteriormente, para manter contato e os laços de afinidade e amizade que inevitavelmente se formaram – como consequência da sensação de amparo e solidariedade que caracteriza o grupo, relatada pela totalidade das jovens. A principal delas é a utilização do grupo secreto no *Facebook* para troca de mensagens pessoais, textos e informações relevantes, além da página gerenciada conjuntamente por cada uma das jovens.

Embora o contato inicial entre cada uma delas possa ter se dado em círculos de amizade presenciais (pela proximidade de suas residências, pela participação em grupos feministas, ou ainda no período escolar), foi o contato na rede social – por meio do compartilhamento de ideias e reflexões em comum que gerou a identificação tão grande mencionada por cada uma delas. O uso dessas plataformas possibilitou que as meninas visualizassem umas nas outras as vivências compartilhadas e trocassem entre si mensagens das mais diversas naturezas.



Figura 1 – Integrante da JuNF utiliza o grupo para compartilhar música de artista negro que trata de questões relacionadas à negritude



Figura 2 – Integrante da JuNF utiliza o grupo para compartilhar link de petição online em favor da proibição e a punição às execuções extrajudiciais exercidas pela PM

No interior dos espaços virtuais, as jovens integrantes da JuNF realizam trocas, oportunizando o reforço e a formação de suas identidades enquanto mulheres negras. A tecnologia da informação, aqui, e também os conteúdos que nela circulam, desempenham importante função no sentido em que

a informação no contexto das redes é uma ação de comunicação e compartilhamento de sentido, que pode mudar as estruturas (mental e social), pois cria novos *estados de conhecimento* ou de *identidade cultural*, isto é, contribui para sua atualização, mudança e re-criação nos indivíduos ou coletividade. (AGUILAR, 2012, p. 126)

As integrantes do coletivo fazem um uso conscientemente político de seus perfis, buscando dar a maior visibilidade possível às causas que julgam defender. Percebemos, ao longo de nossa observação, o intuito indisfarçado de promover a autoestima e a emancipação das mulheres negras, estimulando também naquelas que não se identificam com tal ideal, a sensação de pertencer a um mesmo grupo, de pertencer à comunidade das jovens negras.

Políticas públicas, lógicas institucionais, imagens veiculadas pela mídia, escolarização, mercado de trabalho, afetividades: são diversos e profundos os questionamentos levantados a respeito da existência das mulheres negras no Brasil. Identificamos nessas problematizações nas redes sociais o reforço do ideal de cativar cada vez mais mulheres negras em torno dessas discussões. O crescimento do número de mulheres negras interessadas no debate público

dessas temáticas levaria à elevação da atenção destinada pela sociedade em geral e dos poderes públicos em especial.

Pedindo perdão pela longa citação, fazemos uso das ideias da pesquisadora Alejandra Aguilar, quando aponta que:

A *identidade cultural* é um processo em constante câmbio, realizado por fatores subjetivos e sociais externos que influem na autoidentificação de um determinado indivíduo/grupo. Sua conformação implica interação de identidades individuais e coletivas, que imprimem várias características particulares (Ex.: valores, costumes, crenças, tradições, etc.) a esse princípio de identificação nacional, regional, local ou étnico.

Assim desde o surgimento do espaço eletrônico virtual representado pelas redes, como Internet, abalaram-se as tradicionais identidades, pois este novo ambiente comunicacional-informacional permitiu um diálogo interativo e o deslocamento/descentramento das identidades tradicionais “fixas”, reformulando-as e modificando-as através dos fluxos das redes eletrônicas.

O aspecto político surge no papel que têm assumido alguns grupos étnicos, os quais através de seus movimentos passaram a constituir um setor crítico ao Estado, apresentando alternativas de ação, constituindo-se assim, em polos de críticas/sugestões às ações estatais. Outro fato que fortalece a questão do aspecto político das suas práticas informacionais relaciona-se ao objetivo dessas entidades de fortalecer e estimular o movimento indígena nacional e transnacional, sobretudo da América Latina, o qual pode contribuir para uma aliança na luta por melhorias socioeconômicas, políticas e culturais.

Nesse contexto, as TIC adquirem um papel chave, pois fornecem a estrutura de comunicação a fim de que se efetuem as práticas de informação, as quais permitem a difusão e criação de novos conhecimentos entre os sujeitos.

Ao considerar a informação como elemento de ação que pode gerar transformações, ao criar novos estados de conhecimento no indivíduo ou grupo, pode-se ampliar essa colocação no sentido de inseri-la nas práticas informacionais como estimuladora e formadora de uma “nova” identidade/diversidade cultural étnica. Assim, a informação num contexto de práticas informacionais em rede é um recurso de ação de identidade/diversidade cultural que pode transformar as estruturas mentais e sociais, possibilitando aos sujeitos sociais a criação de novos estados de conhecimento (atualização da sua própria identidade étnica), nos quais se dá o estabelecimento de uma *consciência de si e do mundo* (surgimento de uma consciência étnica individual e/ou coletiva). A partir desses estados de conhecimento, a informação constitui-se num recurso para a formação e reprodução da identidade/diversidade cultural. (AGUILAR, 2012, p. 126)

Despertar mulheres negras para pautas diretamente relacionadas com sua própria existência seria o primeiro passo em direção à revisão da atenção pública e governamental a respeito dessas pautas. O grupo e a página do *Facebook* não são utilizados como meros instrumentos de relacionamento entre os membros da JuNF. Essas ferramentas têm papel fundamental na formação de suas identidades.

A seguir, apresentaremos, de forma resumida os dados mais básicos de nossas entrevistadas. Antes, porém, justificamos e explicamos o uso de nomes fictícios na identificação de nossas pesquisadas.

1.5.1 Sobre a proteção da identidade das investigadas

Os procedimentos metodológicos adotados por nós tornaram imperiosa a utilização de instrumentos de proteção da identidade das integrantes do coletivo. A publicização de determinadas informações fornecidas ao longo das entrevistas poderiam gerar danos e constrangimentos às jovens. Em função disso, oferecemos às entrevistadas a possibilidade de escolherem os nomes pelos quais gostariam de ser identificadas ao longo deste estudo. Pretendíamos, assim, fornecer às mesmas a possibilidade e a sensação de ação dentro do processo de construção do trabalho aqui apresentado. Muito mais do que meras informantes, as integrantes da JuNF, ao relatarem suas trajetórias e seus planejamentos, constituem-se como efetivas protagonistas desta pesquisa.

As denominações escolhidas tiveram as mais variadas naturezas. Contudo, a totalidade das entrevistadas optou por nomes que se revelaram de extrema importância na trajetória (acadêmica, pessoal ou militante) de cada uma delas.

A primeira colaboradora optou pelo nome “Dandara”, em homenagem à quilombola guerrilheira Dandara de Palmares. A segunda colaboradora solicitou ser identificada como “Silla”, em homenagem a uma mulher negra de sua família de extrema importância em sua trajetória, com a qual se identifica e na qual busca inspiração para tornar-se uma “mulher forte”, conforme mencionado pela própria entrevistada.

A terceira colaboradora será identificada como “Nina”, em homenagem à cantora e ativista negra norte-americana Nina Simone. “Preta” foi a denominação escolhida pela quarta colaboradora, numa menção direta e sintética à cor de sua pele e ao seu gênero. A quinta colaboradora optou por ser identificada como “Vívian”, mesmo nome de sua melhor amiga.

Já a sexta colaboradora será aqui tratada como “Lélia”. A escolha também se trata de uma homenagem, desta vez à intelectual negra Lélia Gonzalez, influência importante na formação militante da entrevistada. “Valentina” foi o nome escolhido pela sétima colaboradora. Para a mesma, o nome remete à ideia de valentia, de ser valente, característica que ela atribui a si. Por fim, a oitava entrevistada optou por ser denominada Alike, afirmando ser esse um nome do qual gosta bastante.

No total, contamos com a colaboração de oito entrevistadas. As entrevistas foram concedidas, em sua totalidade, presencialmente. A maioria dos encontros foi realizada em estabelecimento públicos como shoppings e cafés, com exceção da entrevistada Alike, que me recebeu em sua casa em uma noite de sexta-feira.

Apesar de minha preocupação, por vezes excessiva, em evidenciar o caráter científico de minha abordagem, não foram poucas as oportunidades em que me peguei rindo ou lamentando, comentando, concordando e me identificando com histórias e situações enfrentadas pelas jovens pesquisadas. O intuito era permitir que cada uma delas se sentisse à vontade comigo e não temesse revelar informações que, por vezes, poderiam ser consideradas constrangedoras. As entrevistas foram agendadas conforme a disponibilidade das integrantes do coletivo e gravadas com o seu consentimento.

Dilemas éticos desta natureza fazem parte do exercício antropológico. Víctora (et. al, 2004) afirmam que os antropólogos enfrentam autoquestionamentos e questionamentos públicos (especialmente por parte de seus pares e da população atingida ou interessada nos resultados da pesquisa) de forma mais árdua em dois momentos específicos: o primeiro seria a negociação da efetivação da pesquisa no campo e o segundo o momento de escrita.

Para os autores, a negociação da pesquisa no campo se caracteriza especialmente pela “negociação da identidade do pesquisador” (VÍCTORA et. al, 2004, p. 35), no estudo que aqui apresentamos o estabelecimento de uma postura que relativize laços ideológicos e até afetivos já consolidados pela identificação anterior com o coletivo pesquisado e suas integrantes constituiu esse que os autores acreditam ser um dos momentos mais dramáticos do trabalho do antropólogo. Comparável apenas aos conflitos internos gerados no momento de “divulgação dos resultados da pesquisa, quando o antropólogo não pode se abster da responsabilidade sobre o conteúdo do material publicado, assim como sobre as implicações previsíveis de sua divulgação” (VÍCTORA et. al, 2004, p. 35).

Consciente de que em algum momento eu receberia informações contraditórias ou embaraçosas, desenvolvi este trabalho sempre atenta aos seus desdobramentos. Atingir um ponto de equilíbrio entre a ocultação/publicação de informações importantes, mas constrangedoras para as jovens entrevistadas ou seus familiares e amigos, foi um dos maiores desafios encontrados no decorrer dessa trajetória.

A extensa discussão metodológica realizada neste primeiro capítulo, no entanto, trouxe consigo uma sensação de cumprimento dos princípios éticos que regem o trabalho antropológico. Isto feito, seguimos para o segundo capítulo. Antes, contudo, apresentamos de maneira esquematizada os dados básicos sobre cada uma delas e também – de maneira resumida – seus projetos afetivos, familiares e profissionais. Nos capítulos que seguem, conheceremos, por meio das palavras das próprias entrevistadas – e também por meio de minhas análises delas – quais foram os impactos desses dados em cada projeto e onde a individualidade de cada uma tornou-se um fator determinante em suas trajetórias.

Identificação	Idade	Escolaridade	Tipo de instituição ed. Básica	Tipo de instituição ens. Superior	Escolaridade dos pais	Número de irmãos	Tipo de residência	Família possui veículo automotor	Orientação Sexual
Dandara	19 anos	Superior em andamento	Pública	Privada	Pai ESC Mãe EMC	Três	Própria	Um	Bissexual
Silla	26 anos	Superior em andamento	Pública	Pública	Pai EMC/EP Mãe EMC	Um	Própria	Um	Heterossexual
Nina	21 anos	Superior em andamento	Privada	Privada	Pai ESC Mãe ESC	Dois	Própria	Dois	Heterossexual
Preta	19 anos	Superior em andamento	Pública	Pública	Pai EP/ EM MãeEP/EMC	Dois	Própria	Um	Heterossexual
Vívian	18 anos	Superior em andamento	Pública	Pública	Pai EFI Mãe ESI	Dois	Própria	Não possui	Bissexual
Léia	24 anos	Superior em andamento	Privada(EF) Pública(EM)	Pública	Pai ESC Mãe ESC	Dois	Própria	Dois	Heterossexual
Valentina	22 anos	Superior em andamento	Pública	Pública	Pai EFI Mãe EFI	Cinco	Própria	Não possui	Heterossexual
Alika	25 anos	Superior em andamento	Pública	Pública	Criada pelos avós – EFI	Três	Alugada	Não possui	Homossexual

Legenda: EFI (Ensino Fundamental Incompleto); EFC (Ensino Fundamental Completo); EMI (Ensino Médio Incompleto); EMC (Ensino Médio Completo); EP (Ensino Profissionalizante); ESI (Ensino Superior Incompleto); ESC (Ensino Superior Completo).

Identificação	Projeto afetivo	Projeto familiar	Projeto profissional
Dandara	Não considera casar uma prioridade. Não está em um relacionamento sério.	Não pretende ter filhos	Trabalhar como psicóloga com ênfase na questão comunitária e na psicologia hospitalar
Silla	Pretende casar, está em um relacionamento sério há seis anos	Pretende ter filhos (por influência do namorado)	Fundar a própria empresa
Nina	Não pretende casar, não está em um relacionamento sério.	Pretende ter filhos	Tornar-se defensora pública
Preta	Não considera casar uma prioridade, não está em um relacionamento.	Pretende ter filhos	Tornar-se pesquisadora e professora universitária na área de Farmácia
Vívian	Não considera casar uma prioridade, embora pretenda casar-se	Pretende ter filhos (adoção)	Ser professora de escola pública no ensino básico. Fazer mestrado
Léia	Pretende casar, embora não seja uma grande preocupação. Não está em um relacionamento.	Pretende ter filhos	Estar inserida no mercado de trabalho na área em que houver oportunidade e cursar pós-graduação.
Valentina	Pretende casar, está em seu primeiro relacionamento, que é recente.	Pretende ter filhos	Abrir a própria agência na área de Desenho Industrial
Alika	Pretende casar, a realização tem grande relevância em sua vida. Está em um relacionamento sério há pouco mais de dois anos.	Pretende ter filhos	Seguir carreira acadêmica na área das Ciências Sociais

2 A HIBRIDIZAÇÃO DA COLETIVIDADE E DA INDIVIDUALIDADE: COMO SE CONSTITUI UM PROJETO DE VIDA

Ao visitar a maior universidade de sua cidade com a escola, Fernanda estava empolgada com a gigantesca gama de possibilidades de profissões a seguir quando crescesse: na dúvida entre ser aeromoça, professora de português, geografia ou história, veterinária ou dançarina, optou por escutar atentamente todos os monitores para ver se decidia com mais agilidade o que faria de sua vida afinal. Ela não precisava ter pressa, Fernanda estava com apenas oito anos. No entanto, depois do horror que sentiu diante do laboratório do curso de Farmácia sabia: aquele cheiro de formol não era para ela. Sem saber o que queria ser, mas pelo sabendo algo que não queria fazer, Fernanda olhou com seus olhinhos atentos para cada canto de cada departamento. Viu animais empalhados, rochas milenares, cobras conservadas em vidros, obras de arte. Viu até as estrelas, na maior e mais divertida viagem que já tinha feito. Fernanda visitara o planetário da universidade e voltava para casa com duas dúvidas a mais. Uma era de foro profundamente íntimo: “será que agora quero ser astrônoma? Era só o que me faltava...”, pensava a menina no piquenique pós-visitadas. Mas a segunda dúvida, ah, essa Fernanda podia sanar com a “sôra” mesmo. Só precisava esperar o momento mais oportuno e terminaria com aquela sensação horrorosa de não entender. Por não ter visto ninguém parecido com ela, tampouco com seus parentes, nem dando nem recebendo aulas, já na hora de retornar para a escola, Fernanda interpelou a professora na porta do ônibus: “Sôra, eu posso fazer aulas aqui também?”. Cansada pelo dia longo e impaciente com alguns dos meninos que teimavam em não juntar seu material e embarcar no ônibus, a professora apenas disse, depois de um suspiro: “Pode, Fernanda, é mais difícil, mas pode. Agora senta lá no teu lugarzinho pra ajudar a profe”. Fernanda passou toda a infância tentando entender o que a professora disse, mas só descobriu no dia em que foi chamada para uma entrevista de estágio no shopping do centro da cidade.

2.1 O *habitus* como princípio ativo de todas as escolhas

Ao definir metas para serem alcançadas até a próxima semana ou até o final da próxima década, o que os indivíduos levam em conta? Ao decidir que profissão seguir, em qual escola estudar, em que bairro morar ou que sapato comprar, os indivíduos agem guiados apenas por suas próprias vontades e necessidades ou são totalmente coagidos por influências externas? Pierre Bourdieu (1996) aponta que em cada ação tomada por cada indivíduo, há um entrelaçamento dessas duas forças – a individualidade e a sociabilidade.

Influenciados por uma *estrutura*, que lhes é externa e, ao mesmo tempo, internalizada, os indivíduos assumem posições, nas mais diversas situações, fazendo um manejo constante e repleto de interesses dos capitais que têm à disposição.

A estrutura social é vista como um sistema hierarquizado de poder e privilégio, determinado tanto pelas relações materiais e/ou econômicas (salário, renda) como pelas relações simbólicas (status) e/ou culturais (escolarização) entre os indivíduos. Segundo esse ponto de vista, a diferente localização dos grupos nessa estrutura social deriva da desigual distribuição de recursos e poderes de cada um de nós. Por recursos ou poderes, Bourdieu entende mais especificamente o capital econômico (renda, salários, imóveis), o capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos

por diplomas e títulos), o capital social (relações sociais que podem ser revertidas em capital, relações que podem ser capitalizadas) e por fim, mas não por ordem de importância, o capital simbólico (o que vulgarmente chamamos prestígio e/ou honra). Assim, a posição de privilégio ou não-privilégio ocupada por um grupo ou indivíduo é definida de acordo com o volume e a composição de um ou mais capitais adquiridos e ou incorporados ao longo de suas trajetórias sociais. O conjunto desses capitais seria compreendido a partir de um sistema de disposições de cultura (nas suas dimensões material, simbólica e cultural, entre outras), denominado por ele *habitus* (SETTON, 2010, s/ pg).

O *habitus* se constituiria, assim, como princípio organizador de uma série de esquemas que servem para definir a localização dos indivíduos nos diversos espaços que eles ocupam, sejam eles espaços sociais ou simbólicos. Dando origem a gostos, condutas e práticas, o *habitus*, nas palavras de Bourdieu, dá “conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes” (1996, p. 21). Por meio do *habitus* são definidos padrões de comportamento, de consumo, de valores políticos e ideológicos.

Desta forma, ao interessar-se pela análise de uma determinada sociedade ou grupo de indivíduos, o pesquisador deve dedicar-se, primeiramente, a tentar identificar de que maneira se constitui o seu *habitus*.

O pesquisador (...) objetiva apreender estruturas e mecanismos que, ainda que por razões diferentes, escapam tanto ao olhar nativo quanto ao olhar estrangeiro, tais como os princípios de construção do espaço social ou os mecanismos de reprodução desse espaço e que ele acha que pode representar em um modelo que tem a pretensão de *validade universal*. Ele pode, assim, indicar as diferenças reais que separam tanto as estruturas quanto as disposições (os *habitus*) e cujo princípio é preciso procurar, não na singularidade das naturezas (...), mas nas particularidades de *histórias coletivas* diferentes. (BOURDIEU, 1996, p. 15)

Ao contatar e interpelar diretamente cada uma das integrantes do coletivo, preciso buscar identificar elementos de suas condutas que denunciem a adesão a um conjunto coletivo de normas e valores. O uso constante de turbantes, a manutenção do estado natural de seus cabelos, o uso de apetrechos que revelam a religiosidade de matriz africana, a playlist recheada de músicas da jovem cantora brasileira de rap Karol Conka: elementos que aparentemente parecem extremamente individuais dão origem a uma linguagem que, na verdade, se desvenda extremamente coletiva. Mesmo onde meus olhos procuram buscar o que há de mais subjetivo e pessoal, percebo traços de influências externas.

Bourdieu considera que o gosto e as práticas de cultura de cada um de nós são resultados de um feixe de condições específicas de socialização. É na história das experiências de vida dos grupos e dos indivíduos que podemos apreender a composição de gosto e compreender as vantagens e desvantagens materiais e simbólicas que assumem. [...] As práticas culturais são determinadas, em grande parte, pelas trajetórias educativas e socializadoras dos agentes. Dito com outras palavras, Bourdieu afirma [...] que o gosto cultural é produto e fruto de um processo educativo, ambientado na família e na escola e não fruto de uma sensibilidade inata dos agentes sociais. (SETTON, 2010, s/ pg)

Em um processo ao mesmo tempo retrospectivo e prospectivo, ou seja, de análise do passado e de possibilidades futuras, os indivíduos assumem suas posições no espaço social em um negociar constante de suas memórias e de suas identidades: aquilo que hoje fundamenta escolhas a partir de uma significação pode perder relevância ou passar a ter significado contrário. A jovem negra que outrora planejava seguir o histórico familiar de inserção no mercado de trabalho através de ocupações de cunho doméstico baseada na ideia de que este era um caminho seguro a ser seguido por uma mulher negra, após a inserção em um coletivo de posituação de sua identidade de gênero e étnico-racial pode mudar essa percepção e passar a considerar profissões de outra natureza possíveis de serem acessadas.

O projeto de vida, assim, se evidencia como um protótipo perfeito das sugestões de Bourdieu a respeito do imbricamento da coletividade e da individualidade, da memória social e da identidade personalizada, do passado e do futuro resultando na assunção de posições pré-determinadas no espaço social e no espaço simbólico.

É necessário, no entanto, que o pesquisador, ao voltar seu olhar e seu ouvir, conforme já foi indicado por Roberto Cardoso de Oliveira (2000), para um grupo de indivíduos esteja aberto para a realização da relativização. Mas no que consistiria, afinal, essa relativização? Em uma análise socioantropológica, a disposição à relativização pode ser evidenciada por meio de uma leitura *não-substancialista* do universo observado. Pierre Bourdieu afirma que

o modo de pensar substancialista, que é o do senso comum – e do racismo – e que leva a tratar atividades ou preferências próprias a certos indivíduos ou a certos grupos de uma certa sociedade, em um determinado momento, como propriedades substanciais, inscritas de uma vez por todas em uma espécie de *essência* biológica ou – o que não é melhor – cultural, leva aos mesmos erros de comparação – não mais entre sociedades diferentes, mas entre períodos sucessivos de uma mesma sociedade. (1996, p. 17)

Ainda que se busque identificar e sistematizar os componentes de natureza social da conduta individual, não se deve atribuir de forma automática, mecânica e indiscriminada nenhuma característica como inata a um indivíduo ou grupo de indivíduos. Contextualizar os fenômenos observados, sempre demonstrando a compreensão de que este é um cenário sujeito a alterações drásticas e repentinas, torna-se a materialização do ato de relativizar.

2.2 O projeto como resultado da análise do campo de possibilidades

Ao decidir pela trajetória que construí até o presente momento para minha vida, em diversos momentos precisei colocar em uma suposta balança elementos que não tinham, necessariamente, relação com aspectos estritamente ligados a mim: independentemente da minha vontade de cursar uma graduação, eu necessitava da articulação de um conjunto de condições para que isso pudesse ser realizado. A graduação em turno diurno e integral exigia dedicação exclusiva.

Entre o resultado do processo seletivo e o início das aulas, não foram poucas as vezes em que me questioneei sobre como me manteria financeiramente, sobre a profundidade do impacto da responsabilização total de meus pais pelo meu sustento – agora encarecido pelo uso diário de transporte coletivo, pelo almoços e lanches realizados de segunda a sexta-feira no campus, pela quantidade de livros a serem comprados ou copiografados, entre outros tantos gastos. Por ser a primeira da minha geração – pelo menos em minha família materna – a ingressar em uma universidade pública, essa conquista tinha um significado muito grandioso para meus pais, e eles estavam dispostos a fazer todos os sacrifícios que fossem necessários para que ela fosse vivenciada da maneira mais estável possível.

Minha decisão por frequentar o curso de Jornalismo se deu neste movimento de observar o passado (levando em consideração a situação financeira atual de grande parte de meus familiares que estiveram desde sempre distantes de oportunidades de formação profissional e acadêmica) e imaginar um futuro em que eu vivenciaria as benesses consequentes de um período recheado de privações – especialmente de consumo e de lazer. Verifica-se, assim, aquilo que Gilberto Velho sugere quando afirma que

a memória e o projeto, de alguma maneira, não só ordenam como dão significado a essa trajetória. Embora a coerência linear não seja um valor universal em nossa sociedade, algum tipo de consistência, dentro de valores e modelos particulares e variados, parece ser importante para a continuidade de trajetórias individuais e sociais (2003, p. 102).

Vê-se que a todo momento minhas decisões foram influenciadas por forças externas e independentes da minha vontade. Este fenômeno dá materialidade à “subordinação do indivíduo a unidades englobantes e hierarquizantes” (VELHO, 2003, p. 100).

Mas se na proposição do projeto de vida as influências da coletividade, mesmo nas sociedades mais complexas, ganham formas semelhantes, a vivência deste projeto se dá de maneira diferenciada por cada indivíduo. Um projeto, ainda que possa ser considerado coletivo, “não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido a particularidades de status, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração” (VELHO, 2003, p. 41).

A inserção das meninas negras em espaços como a JuNF, por exemplo, pode ter a mesma finalidade, a busca por empoderamento e a positivação de sua identidade étnico-racial, o que não significa, contudo, que todas viverão esse processo de modo igual ou semelhante. As condições financeiras, a apropriação intelectual acerca da negritude e do feminismo, a própria trajetória dentro dos círculos compostos por intelectuais interessados em outras temáticas, e até mesmo questões de ligadas à personalidade – como a extroversão ou a introspecção – são variáveis fundamentais para definir como se dará a circulação e a participação de cada uma das integrantes nas ações do coletivo.

Isso significa que mesmo constringidas pela coletividade, as jovens que observo precisam colocar a sua individualidade em pauta para definir o caráter de sua inserção na JuNF e em qualquer outro espaço que venham a ocupar. A participação no coletivo, ainda que constitua um projeto coletivo, é atravessada por cada um dos projetos individuais contidos na decisão de adesão ao movimento:

Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um *campo de possibilidades*. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de *projetos* diferentes, até contraditórios (VELHO, 2003, p. 46)

Essa possibilidade de contradição entre os projetos de um mesmo indivíduo justifica a mobilidade e a mutabilidade dos mesmos. Uma jovem negra que, mesmo inserida no coletivo – que problematiza questões ligadas à violência institucional cometida contra as mulheres negras, amparada por instituições educacionais, de saúde ou da segurança pública – deseja seguir carreira na polícia militar pode rever sua decisão de participar da JuNF por não concordar com a problematização levantada no grupo, ou ainda abolir esse projeto,

redirecionando sua preocupação e seu engajamento para com a segurança pública para estudos ligados à análise das causas e ao combate da criminalidade.

Este exemplo, que retrata a trajetória de uma prima minha que sonhava em se tornar policial militar, mas que depois de se inserir em grupos de discussão sobre a situação social da população negra brasileira optou por cursar Pedagogia, torna material a concepção de Velho que afirma que

os *projetos*, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam através de seus *projetos*. A transformação individual se dá ao longo do tempo e contextualmente. A heterogeneidade, a globalização e a fragmentação da sociedade moderna introduzem novas dimensões que põem em xeque todas as concepções de identidade social e consistência existencial, em termos amplos (VELHO, 2003, p.48)

Uma decisão, um plano, um projeto não reifica o indivíduo, não o paralisa, não o reduz às condutas necessárias para sua efetivação. Da mesma maneira o indivíduo não se torna dependente da realização do projeto para ter sua existência afirmada, para ter sua individualidade assegurada. Os projetos apenas trazem indícios sobre a forma como os indivíduos negociam suas identidades, jogam com as influências externas e suas características mais subjetivas. Neste contexto, o trabalho do antropólogo tem sublinhada a relativização como condição básica de sua execução. Em minha busca pela identificação do projeto de vida das jovens negras de Santa Maria, é indispensável que eu reconheça e afirme continuamente que o projeto, coletivo e individual, ganha a configuração atual sob determinadas circunstâncias, em um determinado período de tempo.

2.3 Individualismo: a personalização do ser social

Estando sujeito a esta variada gama de possibilidades – facilitadoras ou complicadoras de sua execução – o projeto tem como princípio normativo a ideia de que “os indivíduos escolhem ou podem escolher” (VELHO, 2004, p. 24). Nota-se, assim, que o conceito de projeto de vida parte do pressuposto de que os sujeitos atuam motivados por interesses privados, em posse de determinados direitos. A essa ideia generalista atrela-se o conceito de *individualismo*.

Contudo, o *individualismo* ao qual me refiro aqui não se relaciona, conforme mencionado por Machado (2008), com o *individualismo* conceituado por John Stuart Mill ainda no século XIX.

Em linhas gerais o que Mill propôs é que cada indivíduo tivesse liberdade de ação e pensamento sem restrições de quaisquer tipos, pessoais ou estatais, desde que esta não prejudicasse a liberdade e a vida de outros. Seu individualismo consiste em que cada pessoa reconheça a outra como igual em direitos e liberdades, mas sendo, ao mesmo tempo, seres distintos. Dessa forma, “os homens devem se ajudar uns aos outros para distinguir o melhor do pior e incentivar-se para escolher o primeiro e evitar o último”. (MACHADO, 2008, p. 2)

O *individualismo* do qual trato aqui é aquele proposto pelo antropólogo francês Louis Dumont. Apresentando-o como ideologia e elemento fundamental da modernidade, Dumont (1985) aponta em sua obra os processos históricos que deram origem ao *individualismo* tal qual o vivemos na atualidade. Considero importante frisar que como ideologia o autor define o “sistema de ideias e valores que tem curso num dado meio social” (DUMONT, 1985, p. 20).

Ao longo de sua explanação sobre esta característica dos tempos que vivemos, Dumont deixa claro que o *individualismo* que conhecemos não pode ser considerado um fenômeno repentino. Ele é fruto de um longo processo, permeado por acontecimentos mais ou menos determinantes. Para Dumont, o progresso do *individualismo* se dá “a partir do século XIII, através da emancipação de uma categoria – a *política* – e do nascimento de uma instituição – o Estado” (DUMONT, 1985, p. 26). O próximo passo desse progresso, de acordo com o francês, seria “a emancipação da categoria *econômica*” (DUMONT, 1985, p. 26), já no século XVII.

Traçando um paralelo entre o desenvolvimento do cristianismo e do *individualismo*, Dumont demonstra que ideologia individualista passa por diversos estágios e experiências transformadoras até atingir o contorno que hoje nos é familiar. Indicando a já mencionada emancipação *econômica* como a “expressão acabada do *individualismo*” (DUMONT, 1985, p. 24), o antropólogo evidencia a relação desta emancipação com as concepções de indivíduo enquanto agente biológico, de política e de moralidade. O manejo destas concepções por cada sujeito daria origem às posições assumidas diante dos eventos ocorridos na esfera pública, ou seja, na vida em sociedade (DUMONT, 1985).

Verifica-se, desta maneira, que seguindo a linha de raciocínio presente na obra de autores clássicos e contemporâneos como Durkheim, Weber e Bourdieu, Louis Dumont também analisa o individualismo da perspectiva de sua ligação com a coletividade, com o social, ou ainda, de acordo com o próprio antropólogo francês, com o holismo (1985). O isolamento dos sujeitos a fim de decidir quais rumos seguir ou que estratégias adotar a fim de

atingir seus objetivos só será possível se ele estiver inserido em um grupo, se houver outros sujeitos de quem se isolar.

Esta compreensão torna material a ideia de Dumont de que “o individualismo é, por uma parte, onipotente e, por outra, perpétua e irremediavelmente perseguido pelo holismo” (1985, p. 29). As relações entre os dois tipos de sociedades possíveis – as individualistas (aquelas em que o sujeito possui valor supremo) e as essencialmente holistas (aquelas em que a coletividade possui maior relevância do que a unidade dos sujeitos) – definiriam o *individualismo* que se vivencia na atualidade.

Dumont (1985) aponta ainda que é através do tipo de negociação das identidades e dos interesses dos sujeitos que se pode identificar o desenvolvimento da noção de individualismo. Ele

faz um itinerário que percorre a filosofia antiga, o cristianismo e sua história, até chegar ao ponto máximo da ruptura: Calvino. Dumont busca comprovar sua tese citando o caso da Índia e remontando a história do cristianismo, que, segundo ele, apresentam o ponto de partida do individualismo, pois demonstram o surgimento do renunciante, do indivíduo estranho ao mundo. Segundo Dumont, os ensinamentos de Cristo e de Paulo colocam em evidência a ideia de que o cristão é um “indivíduo-em-relação-com-Deus”. Trata-se de um individualismo extramundano, que manifestaria uma dicotomia entre as exigências do mundo e a revelação divina (BOSCO, s/ ano, s/ p).

O autor afirma que até a ascensão de Calvino, o cristianismo de Jesus Cristo e do apóstolo Paulo pregava o exercício da fé cristã enquanto uma ação deliberadamente isolada das relações estabelecidas com outros sujeitos. Encontrar Deus, seu amor e seus ensinamentos consistia em uma experiência extramundana, por isso o denominado *individualismo-fora-do-mundo*.

A partir da influência de Calvino, a misericórdia divina torna-se fruto única e exclusivamente da vontade de Deus. A avaliação teria como critério a obediência a determinadas regras exercida no curso da vida do sujeito, ou seja, em sua experiência mundana. Surge daí o *individualismo-no-mundo*. Para Dumont (1985), a partir desta concepção, os sujeitos passam a agir no seio das sociedades as quais integram guiados pelo objetivo de atingir o merecimento do amor e da bondade de Deus. Esta ideia torna livre o trânsito do comportamento individualista nas sociedades modernas.

2.4 A existência do projeto como afirmação da existência do indivíduo

Se conforme sugere Dumont (1985), o individualismo é característica da sociedade no tempo que vivemos, é possível que eu encontre nas ações das componentes da JuNF traços claros da ideologia individualista – ainda que as mesmas estejam reunidas em torno de objetivos socializantes. Preciso, assim, reafirmar que o trabalho que aqui apresento é constantemente atravessado pelas tensões geradas pela relação individualidade-coletividade.

Em *Individualismo e Cultura*, Gilberto Velho (2004) afirma que mesmo na proposição e na execução dos projetos de cunho mais individual há forte influência de elementos exteriores. Ainda que toda sociedade, mesmo as mais tradicionais, ofereça a possibilidade de individualização, este processo

não se dá fora de normas e padrões por mais que a liberdade individual possa ser valorizada. Quando vai de encontro às fronteiras simbólicas de determinado universo cultural – ou as ultrapassa – ter-se-á então, provavelmente, uma situação de *desvio* com acusações e, em certos casos estigmatização [...]. Ou seja, há regras para a individualização, mais ou menos explícitas (VELHO, 2004, p. 25)

Os grupos e os indivíduos utilizarão diversas táticas para tentar enquadrar os projetos e os meios de executá-los dentro das regras sociais vigentes. Velho menciona a tentativa de localização, via de reconhecimento de origem ou pertencimento étnico, familiar, ocupacional ou geracional como algumas expressões dessas táticas (2004).

Há, portanto, a reafirmação do projeto como resultado de análise do campo de possibilidades, mencionado anteriormente. O sujeito mobiliza sua trajetória e as trajetórias que exercem influência sobre a sua e as relaciona com circunstâncias ainda mais terceirizadas na tentativa de constituir um planejamento minimamente executável para a efetivação de seu projeto⁸.

Vê-se que o projeto – ainda que produto da individualidade – não poderá jamais ser considerado um exercício isolado. Além das condições mínimas para a sua existência (os fatores e circunstâncias integrantes do campo de possibilidades), a coincidência com os projetos de outros sujeitos demonstra que há uma clara influência da exterioridade nos padrões de sucesso, bem-estar, felicidade e realização.

⁸ O autor menciona também a verbalização, a possibilidade de comunicação, como condição básica para a existência de um projeto. O projeto só pode ser considerado totalmente constituído quando enunciado, quando anunciado, quando de conhecimento de outros que não seu próprio autor (VELHO, 2004)

Índice da tensão individualidade-coletividade, o manejo da emoção na constituição de um projeto, por mais que este seja resultado de uma série de cálculos e da análise de riscos e perdas (VELHO, 2004), denuncia a necessidade de buscar conhecer com o mínimo de profundidade a história de vida do autor. “Uma sociologia dos projetos tem de ser, em alguma medida, uma sociologia das emoções” (VELHO, 2004, p. 29).

Essas emoções devem ser, desta forma, perscrutadas de maneira relacional e contextual. A efetivação de projetos se torna praticamente impossível quando de sua proposição e execução isoladas. Mike Featherstone (1995), ao analisar o consumo como item constituinte das identidades no contexto da globalização, afirma que

o estudo do consumo e da cultura – temas até recentemente designados como secundários, periféricos e femininos em oposição a centralidade atribuída a esfera de produção e a economia, mais masculinas – conquistou um lugar mais importante na análise das relações sociais e das representações culturais (FEATHERSTONE, 1995; p.10).

É a partir desta perspectiva, de explorar os projetos das jovens entrevistadas sem perder de vista o contexto em que as mesmas estão inseridas que passamos, a seguir, a conhecer os projetos das integrantes do coletivo Juventude Negra Feminina de Santa Maria.

2.5 Os projetos das integrantes da JuNF

A entrevista estava marcada para a tarde da quinta-feira. Às 16 horas estava eu em frente à Casa de Cultura de Santa Maria, conforme combinado no dia anterior por meio de mensagens privadas no Facebook. Passaram-se dez minutos do horário combinado. Quinze. Vinte. Trinta. Preocupada com a eficiência do roteiro de entrevista escolhido e com a minha capacidade de manter um diálogo harmonioso com a entrevistada, às 16h45min não aguentava mais de ansiedade.

Tentei contato com Dandara de todas as formas. Enviei mensagem pelo celular, pelo Whatsapp, pelo Facebook, liguei. Em nenhum dos meus contatos obtive retorno. Às 17 horas decidi caminhar até o Calçadão e comer um churros para aliviar a sensação de frustração. A noite anterior havia sido inteiramente dedicada à definição de pontos fundamentais a serem abordados na entrevista. Um tanto quanto descrente da disposição de Dandara em colaborar com minha pesquisa, comecei, em um exercício insano de pessimismo, a questionar a disponibilidade – já afirmada – das integrantes da JuNF em tornar este trabalho possível.

Para minha surpresa, já no final da noite, Dandara respondeu a uma de minhas mensagens, relatando ter enfrentado imprevistos e ficado sem celular e, portanto, impedida de me avisar que não compareceria à entrevista naquela tarde de quinta-feira. Felizmente reagendamos a entrevista para tarde seguinte.

Na sexta-feira, pouco antes das 16 horas Dandara já me ligava para afirmar que estava chegando ao local combinado. Encontramo-nos pontualmente. Entramos na Casa de Cultura e nos alojamos na segunda mesa do hall do café hospedado no prédio. Sentamos frente a frente e, mesmo sem que tivéssemos feito qualquer pedido, demos início ao ritual da entrevista.

Dandara, com seu corpo esguio, vestia um blusão de lã preto e uma calça jeans. Apesar do vento frio que cortava a cidade na tarde daquela sexta, o ambiente dentro da Casa de Cultura era abafado. Parecia haver umidade em todos os lugares possíveis. Dandara, contudo, parecia não sentir o tal abafamento e esteve o tempo todo sorridente e bem-disposta.

O cabelo, preso em um coque, estava envolvido por um turbante amarelo. Nas mãos recheadas de anéis, me chamaram a atenção aqueles enfeitados com caveiras. Dandara não fazia uso de maquiagem pesada. Claramente havia investido em um batom em tom de ameixa e em um rímel que tornavam suas piscadelas um tanto quanto demoradas.

Depois de meses de discussão metodológica e conceitual, estava eu, finalmente, diante da oportunidade de tornar palpável meu problema de pesquisa. Passadas as formalidades de apresentação da pesquisa e dos trâmites que garantem a segurança e a confiabilidade das informações obtidas, começamos a entrevista pelo seu estágio embrionário.

F: Qual é a tua idade e data de nascimento?

D: 19 anos, nasci em 21 de dezembro de 1995.

F: Tu é natural de que cidade?

D: Daqui de Santa Maria mesmo.

F: Em que bairro tu mora?

D: Na T. Neves

F: Qual é a tua ocupação?

D: Hoje eu estudo. Tô no quarto semestre de Psicologia na U⁹.

⁹ U. será a denominação que utilizaremos para identificar a instituição de ensino frequentada pelas jovens Dandara e Nina.

Mesmo já possuindo determinadas informações sobre a entrevistada, fiquei surpresa com a pouca idade de Dandara. Seu posicionamento político bem embasado nas redes sociais e o depoimento fornecido pela estudante em um evento sobre o genocídio da juventude negra em que havíamos nos encontrado recentemente revelaram uma maturidade incompatível com seus apenas 19 anos.

Moradora de um dos maiores bairros periféricos da cidade de Santa Maria – a Cohab Tancredo Neves, na região oeste da cidade –, Dandara certamente enfrenta pelo menos 40 minutos de trânsito em seu deslocamento para o Centro da cidade. A jovem relata que sempre estudou em escolas desta região, em detrimento das escolas de seu bairro.

F: Me fala um pouco sobre o teu histórico na educação básica. Onde estudou no ensino fundamental e médio? Quais eram as disciplinas favoritas? Tu repetiu algum ano?

D: O ensino fundamental eu fiz no Marieta e o ensino médio no Cilon. No fundamental eu adorava português e no médio a minha matéria favorita era sociologia. Nunca repeti de ano. [...]

F: Por que tu nunca estudou nos colégios da Cohab?

D: Porque a minha mãe nunca quis assim, eu não sei muito bem porquê. E no Marieta eu estudei porque ela dava aula, né? E a gente conseguia vaga direto pro Cilon. No ensino médio eu até cogitei me transferir pro Ciep, que era lá e tal, não precisava pagar passagem, essas coisas, mas ela não quis igual.

Marieta D'Ambrósio e Cilon Rosa são escolas vizinhas, localizadas nas proximidades de uma das principais avenidas da cidade, a Presidente Vargas. Esta avenida integra o trajeto principal – cumprido, inclusive, pelo transporte coletivo – entre o Centro e a Cohab Tancredo Neves. Na Cohab, Dandara divide a residência com os pais e com a avó materna, que se mudou para junto da família depois de um acidente vascular-cerebral sofrido há cerca de dois anos. Apesar da atual companhia constante dos familiares, Dandara esteve, desde muito cedo, acostumada a passar longos períodos do dia sozinha em casa. Filha caçula de uma professora e de um farmacêutico que sempre trabalharam fora, ela relata ter sido cuidada primeiramente pelos irmãos e, posteriormente, pela prima. Assim que cresceu o mínimo necessário, Dandara recorda ter passado a ficar sozinha em casa, responsável pelo seu próprio cuidado. A independência gerou resultados e hoje Dandara afirma dividir igualmente com seus familiares os afazeres domésticos, mesmo diante da multiplicação das tarefas acadêmicas.

Dandara, aliás, estuda na maior instituição de ensino superior privada da cidade.

F: Tu entrou na U. com o auxílio de alguma política especial de ingresso? Tu tem algum tipo de bolsa?

D: Não

F: Tu paga integralmente?

D: Sim

F: Nossa, deve ser muito caro.

D: É, não tá fácil. (risos)

[...]

F: Até agora tu tem conseguido fazer todos os créditos todos os semestres?

D: Sim

F: E isso causa muito aperto financeiro pra tua família?

D: Não, por enquanto tá tranquilo assim porque de vez em quando a minha irmã nos ajuda também e enfim... A mãe falou também né? “Quando eu não puder assim, a gente vai ter que deixar uma pra trás, fazer disciplina nas férias e tal”. Mas tranquilo. Mas sem pressa e os créditos pelo menos por enquanto tão tudo certo.

Quarta filha do casal, Dandara é dez anos mais nova que seu irmão com idade mais próxima. Os filhos homens não cursaram ensino superior, apenas as mulheres – Dandara e sua irmã, formada em Ciências Contábeis e residente em uma cidade no norte do Rio Grande do Sul. O incentivo para a vivência dessa experiência, pelo menos na concepção de Dandara, parece vir quase que exclusivamente de sua mãe.

F: Como tu acha que o histórico funcional e escolar dos teus pais influenciou as possibilidades que tu tem de planejar a tua vida hoje?

D: Ah, eu acho que pelo fato de a minha mãe ser formada e trabalhar com essas questões ajuda muito toda a casa lá porque a minha mãe carrega bastante isso sozinha, sabe? Porque, enfim, é uma questão financeira mesmo, o fato de ela ter uma formação acadêmica maior influencia muito assim. E o fato dela ter formação acadêmica acho que influenciou muito as outras meninas da minha família porque antes da minha vó e tal ninguém tinha ido pra universidade. Daí foi a minha mãe que foi a primeira mulher a ir pra universidade assim e isso influenciou todo mundo também né, a querer estudar.

F: E os teus irmãos não tiveram interesse em dar continuidade nos estudos?

D: Eles terminaram o colégio e tudo o mais e o meu irmão ele tentou Educação Física, daí ele começou Educação Física, mas daí ele foi pra Porto Alegre pra começar a trabalhar lá assim, ter a vida dele. Ele não quis terminar. E agora o meu outro irmão, depois de um tempo, ele pretende voltar também, pra universidade. Mas ele vai ter que esperar um pouco mais e tal porque ele teve filho recentemente.

F: Então a influência maior do teu projeto é a tua mãe?

D: Sim

F: Mais do que teu pai?

D: Sim

F: Mesmo teu pai tendo concluído o ensino superior e tal?

D: Sim

F: Ele trabalha no que, o teu pai?

D: Ele trabalha numa farmácia mesmo, não sei exatamente o que ele faz lá.

[...]

F: Ainda sobre as tuas primas, tu falou da influência da tua mãe na vida delas. As tuas primas são mais velhas do que tu?

D: Sim.

F: Todas?

D: Todas.

F: Como tu percebeu essa influência da tua mãe?

D: Assim, a minha mãe foi pra universidade. Depois a minha tia foi também e todas as minhas primas foram daí.

F: Eu tô bem curiosa porque tu fala muito sobre a tua mãe e menciona poucas vezes o teu pai...

D: Sim... O meu pai a gente nem conversa muito assim, na verdade.

F: É uma relação mais afastada?

D: É... A gente não tem muita coisa em comum assim

Dandara tem claro para si que seu projeto de vida foi profundamente inspirado na trajetória de sua mãe, bem como possível somente em função dos bons resultados profissionais da carreira da genitora.

F: Até que ponto tu acha, Dandara, que a tua individualidade – que tem gente que chama de força de vontade – foi mais importante do que as influências externas?

D: Eu acho que... Eu não sei até que ponto foi mais importante, porque foi andando meio junto assim e às vezes eu não queria mais estudar, eu tava cansada já e a U. é um porre, aquele lugar é um porre. Então eu acho que tem que ter a força de vontade de continuar ali estudando, e também ter o apoio da minha mãe, acho que elas andaram meio juntas assim.

Aqui, Dandara faz uma menção clara ao manejo de possibilidades e habilidades, de elementos exteriores e interiores, citado por Gilberto Velho (2004) como item condicionante da realização de um projeto. Nesse trecho da entrevista, em especial, é possível identificar o esforço que a entrevistada enfatiza ser necessário para a realização de seus objetivos. Suportar as perceptíveis diferenças sociais e culturais – provenientes principalmente das gritantes dessemelhanças econômicas – que identifica em seus colegas (e na instituição em que estuda), parece ser um dos grandes desafios da estudante de psicologia no decorrer de sua trajetória.

Diante do incômodo percebido na execução dessa tarefa, ao menos na fala de Dandara, buscamos identificar nos depoimentos das demais integrantes do coletivo evidências que demonstrem uma possível sensação de pertencimento, constrangimento ou de isolamento gerada pela localização das mesmas no espectro socioeconômico.

Nesse sentido, somos compelidos a tentar identificar a que classe social, afinal, pertencem as jovens que abordamos. Perguntamo-nos: é possível afirmar que há uma uniformidade de pertencimento social dentro da JuNF quando se analisa seu padrão de vida, seus hábitos de consumo, sua situação econômica? De que maneira essa identificação nos permite compreender, por exemplo, por quais motivos Dandara considera a instituição de ensino que frequenta “um porre”?

Recorremos, assim, novamente, ao francês Pierre Bourdieu, em suas obras *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação* (1996), *A Distinção* (2007) e *A Reprodução* (1975) – sendo este último uma parceria com o sociólogo também francês Jean-Claude Passeron – para nos cercarmos de balizas teóricas e conceituais que nos orientem neste processo.

2.5.1 Constrangimento e conforto: quando opera a classe social

Partimos, neste estudo, da ideia de que classes sociais são formadas a partir da conformidade de posse de bens (ou capitais) materiais, culturais e simbólicos – estes bens adquirem valores distintos, de acordo com as circunstâncias em que são expostos e utilizados, contudo haveria, de acordo com Bourdieu (2007), uma tendência à supervalorização dos bens materiais e econômicos. Essa conformidade de posse dá origem a uma estrutura relacional que determina padrões de gostos e de conduta (BOURDIEU, 1996).

No interior desta estrutura, os indivíduos e os grupos se relacionariam em uma disputa ininterrupta pela dominação dos demais (e também por estratégias de legitimação desta dominação) (BOURDIEU, 1996). Carros de luxo, viagens ao exterior, possibilidades de acesso à instrução e aprimoramento intelectual e profissional, roupas de grife, música clássica: dispondo de recursos materiais, as elites econômicas entram nessa disputa ditando modelos de comportamento e de consumo.

O gosto encontra-se na origem dessas lutas simbólicas que opõem, em cada instante, as frações da classe dominante e que seriam menos absolutas, menos totais, se não estivessem baseadas nessa espécie de adesão primitiva, de crença elementar que une cada agente a seu estilo de vida: a redução materialista das preferências a suas condições econômicas e sociais de produção, assim como às funções sociais desempenhadas pelas práticas, na aparência, mais desinteressadas, não deve fazer esquecer que, em matéria de cultura, os investimentos não são somente econômicos, mas também psicológicos. (BOURDIEU, 2007, p. 291)

É necessário sempre atentar para a importância de relativizar o peso ou o valor de cada um desses capitais na determinação de pertencimento a uma classe social. Em algumas oportunidades possuir bens materiais e econômicos não gera tanto prestígio quanto possuir capital cultural ou simbólico. Nos círculos sociais que frequentamos, mesmo não pertencendo à classe dominante, algumas das jovens entrevistadas são consideradas referências influentes na discussão de temáticas ligadas à situação da população negra brasileira. Nos círculos em comum que frequentamos, notei que Dandara é mencionada assiduamente não apenas por jovens meninas negras, mas também por outras pessoas que em algum momento estiveram em contato com a jovem e seus posicionamentos.¹⁰

¹⁰ Além da JuNF, Dandara faz parte de um outro coletivo feminista interseccional da cidade de Santa Maria. Este segundo coletivo é composto majoritariamente por jovens mulheres brancas e universitárias que frequentemente recorrem à Dandara para discutir e problematizar questões específicas das mulheres negras.

O capital simbólico e cultural que ela possui em determinados círculos não parece, no entanto, ser suficiente para que a mesma se sinta plenamente confortável em espaços específicos como a sua universidade, por exemplo¹¹. Poder-se-ia, a partir disso, deduzir que este é um caso particular, ligado mais especificamente a uma suposta personalidade introspectiva da entrevistada. Essa suposição, no entanto, perde força quando se tem acesso ao processo de adaptação da jovem, oriunda de escolas públicas ao longo dos ensinos fundamental e médio e posteriormente inserida em uma instituição privada de ensino superior.

F: Tu achou uma mudança muito grande essa transição da escola pra faculdade?

D: É, foi uma mudança muito grande porque eu meio que saí da zona de conforto que eu já tava né? No Cilon eu fiquei por três anos ali, eu já conhecia as pessoas, os lugares, eu sabia pra onde eu tinha que ir, o que eu tinha que fazer, já sabia as matérias, essas coisas todas. Daí tu chega na faculdade e é bem diferente. Até pelo espaço também porque a U. é tudo muito desconfortável ali dentro e... Enfim, eu não conhecia ninguém, um espaço muito grande e são mais cobranças também né? Dos estudos que eu tinha que ter, o material e tudo o mais... Mas agora eu já tô bem mais tranquila em relação a isso, já me acostumei.

[...]

F: E tu te sente muito diferente dos teus colegas?

D: Sim, sim. Eu tenho um grupo bem pequeno de amigos, né? Eu considero bem pouco e é só isso.

F: E como que esse grupo se formou?

D: Foi nos primeiros dias assim, que a gente – eu e um outro colega – sentamos lá no cantinho, a gente não se conhecia e daí na hora do intervalo, uma amiga minha, que é minha colega, ela me chamou pra ir tomar café e daí a gente foi com ela e a gente começou a conversar assim, ficar mais próximos, criar mais afinidades. Penso que essa afinidade surgiu porque o meu colega ele já era formado em sociologia daí a gente já tinha bastante coisa pra conversar e tal. Essa minha colega também ela é lésbica, daí a gente já tinha mais algumas afinidades e mais por isso mesmo.

¹¹ É válido sublinhar que durante os ensinos fundamental e médio, cursados integralmente em escolas públicas, Dandara relata ter tido relações de mais proximidade tanto com os colegas quanto com os professores do que no ensino superior.

A inserção da jovem no grupo esteve, desde o princípio, condicionada por fatores de afinidade que iam além da simples entrada no curso. A maioria dos colegas não se conhecia anteriormente. Vinham de realidades, e, por vezes, até mesmo, cidades distintas. Ainda assim, isso não os impedia de interagirem entre si. Quais seriam os fatores que colaboravam para que Dandara se sentisse tão distante e diferente dos demais?

Ao expandirmos nossa análise também para o caso de Nina, que, aos 21 anos, frequenta o curso de Direito na mesma instituição que Dandara, percebemos que o processo de adaptação é bastante semelhante, mesmo diante dos contrastes gritantes nas trajetórias e estruturas familiares de ambas. Diferentemente de Dandara, que cursou a totalidade do ensino básico em escolas públicas e relata ter mantido tanto na escola de ensino fundamental quanto na de ensino médio relações de afinidade e proximidade com seus colegas e professores, Nina frequentou ao longo da educação básica apenas instituições privadas.

Filha de funcionários públicos graduados, Nina relata que seus pais vêm de famílias bastante pobres e sempre tiveram que fazer sacrifícios significativos para atingir seus objetivos profissionais – inclusive afastar-se de suas respectivas famílias. O pai, formado em Ciências Contábeis e pós-graduado, esteve sempre à mercê de transferências. Em seus 21 anos de vida, Nina conta ter mudado de cidade nove vezes e ter estudado em seis escolas privadas diferentes. As duas irmãs mais velhas foram submetidas ao mesmo esquema.

Segundo ela, as relações com os colegas e professores foram especialmente mais difíceis durante o ensino fundamental, quando além do fato de ser quase sempre a única aluna negra da sala de aula, tinha o status de forasteira, uma vez que era difícil manter-se mais de dois anos na mesma escola e estabelecer laços de lealdade e amizade profundos com os colegas. Quando questionada sobre quão pouco amistosas eram essas relações, Nina parece compreender que muitos dos seus colegas utilizavam a cor de sua pele – que é bastante parecida com a cor da pele de uma pessoa considerada branca no contexto brasileiro¹² – para tentar inferiorizá-la.

¹² No terceiro capítulo deste trabalho exploraremos, de acordo com as ideias de Nogueira (1985), os tipos de preconceito racial praticados no Brasil e as estratégias utilizadas para definir quem discriminar em um país miscigenado e dado à ideia da existência de relações raciais plenamente harmônicas.

F: Tem algum episódio que te marcou mais?

N: A primeira vez que eu acho que sofri racismo foi quando eu tinha uns oito anos no colégio, que meu colega me chamava de negrinha escrava. Daí foi assim que eu me dei conta que existe racismo e tal. E aquela coisa do cabelo sempre “cabelo ruim”. Me chamavam de medusa porque eu usava trancinhas e quando eu chegava todo mundo saía correndo porque eu ia transformar eles em pedra. No colégio, no Ensino Fundamental, foram os piores momentos. Eu era mesmo a única negra que tinha, então sempre “ah, porque é preto de alma branca”, “deve ser bolsista”.

F: Tu teve bolsa?

N: Não. Até hoje perguntam se eu estudo com bolsa. Aparentemente parece muito estranho que uma negra esteja em um ambiente onde só tenha brancos sem ter bolsa. Não que tenha problema...

[...]

F: E isso mexia com a tua autoestima quando tu era criança?

N: Sim. Eu era bem insegura. Até pouco tempo eu me sentia muito insegura “ah, porque o cabelo, o peso”, principalmente com o cabelo. Eu sempre fui bastante insegura com relação à aparência, a não querer aparecer muito e tal. Acho que foi muito por isso. Eu sempre estive em ambientes de pessoas brancas, apesar de eu saber que era negra, eu sempre estive em ambientes que eu me destoava. Tinha de referência minhas irmãs mais velhas que fizeram faculdade e tal, mas fora da família não muito.

O corpo, o cabelo e a aparência “destoantes” foram ao longo de praticamente toda a infância de Nina utilizados para discriminá-la. Opera nesta situação a ideia de Pierre Bourdieu de que “o julgamento estético produz e reproduz distinções entre indivíduos e classes sociais, legitimando e naturalizando o acesso privilegiado das classes dominantes a bens e recursos materiais e simbólicos escassos” (MATTOS, 2011, p. 304).

Essa distinção está de tal maneira incorporada nos indivíduos que já na infância, nos primeiros contatos socializadores distantes do aparato familiar, as crianças a reproduzem. No Brasil ser ou parecer ser negro indica ou sugere inferioridade econômica, dada a dificuldade de tal população em se inserir na sociedade de classes brasileira (FERNANDES, 1965) e desde o início de sua escolarização muitas crianças negras precisam aprender a lidar com situações de preterição, constrangimento e isolamento.

Pereira (2001) endossa essa afirmação, argumentando que a marca racial se sobrepõe incisivamente ao pertencimento de classe social no processo de integração de negros a grupos formados predominantemente por brancos inclusive na vida adulta.

[...] Os indivíduos de cor parecem entrar num círculo vicioso; eles buscam a profissão para categorizar-se socialmente, mas encontram dificuldades em conseguir a profissão que se presta para isto, que possa cumprir tal função integrativa, por falta de apoio em outros mecanismos que o todo social em geral dispõe para esse fim: riqueza, *status* de família, poder, nível de escolaridade, relações igualitárias com pessoas importantes etc. Por circunstâncias históricas, tais atributos sociais estão associados ao grupo racial dominante e o manejo dessas técnicas de infiltração social pode ser considerada privativa até os dias de hoje da camada branca da população brasileira. Com relação aos negros e mulatos, um passado de submissão legal e de confinamento do grupo dentro de uma sociedade estratificada em termos estamentais – e que alguns autores preferem interpretar em termos de casta – impediu o florescimento desses tradicionais esteios de sustentação social. Assim, o grupo de cor assiste aos históricos produtos de sua falta completa de participação nas esferas socioculturais se projetaram na atualidade, afetando seu processo de integração aos quadros sociais nascidos das novas condições ligadas à civilização urbano-industrial. Paralelamente à atrofia desses mecanismos tradicionais, as interferências e o peso da linha de cor impedem o acesso do negro às novas posições ocupacionais, acesso que, se concretizado, poderia lhe fornecer os elementos iniciais e indispensáveis para que ele pudesse pôr em execução esquema de infiltração na estrutura social ampla (PEREIRA, 2001, p. 134/135)

O ensino médio, pelo menos na opinião de Dandara e Nina – que cursaram toda a etapa matriculadas em apenas uma escola – foi o período com menos dificuldades nas relações. Nina chega a atribuir ao constrangimento que ser preconceituoso pode gerar durante a adolescência a convivência mais tranquila com os colegas. Neste período da vida, de acordo com a estudante de Direito, manifestações de racismo ou discriminações de qualquer outra natureza podem ser motivo para revanchismo. Por isso, caso tenha vivido alguma situação desse gênero ao longo do ensino médio, foi algo tão velado que não foi capaz de notar.

A sensação de ser diferente dos colegas, no entanto, retornou bastante enfaticamente quando de seu ingresso no ensino superior.

F: Tu saiu da escola e foi direto pra faculdade?

N: Direto.

F: Quais foram as principais mudanças que tu notou nessa mudança?

N: Mais a independência de buscar o conhecimento e fazer o que tu gosta. Não ser tanto por obrigação, mas pra uma coisa que vai ser pro teu futuro. De ambiente mesmo não, o colégio era inclusive melhor do que a faculdade, porque a estrutura era muito boa.

F: E tu sente que na faculdade existe essa mesma situação que tu sentiu que tu só podia ser bolsista.

N: Ah, sim. Bem pior.

F: Alguém chegou a verbalizar isso?

N: Já perguntaram “como é que tu usou o sistema de bolsas?”.

Para alguns de seus colegas, o fato de Nina, uma jovem negra, estar frequentando uma instituição de ensino privada sem o auxílio de subsídios governamentais ou de políticas de financiamento público parece se constituir como um fenômeno difícil de ser compreendido. A origem humilde de suas famílias materna e paterna parece condicioná-la para que viva outras experiências que não aquelas que a classe média e a burguesia predominantemente brancas que frequentam a U. vivem.

Ao discutir a dinâmica de reprodução do capital cultural, Bourdieu ressalta que a dominação social moderna está baseada na herança social. Em outras palavras, as sociedades modernas, assim como as pré-modernas, também hierarquizam pelo “sangue”, pela herança familiar, uma vez que o conhecimento e o saber são adquiridos, em medida significativa, por meio da socialização na família, reproduzindo, assim, uma cultura de classes nunca percebida enquanto tal. (MATTOS, 2011, p. 304)

Independentemente das distintas situações socioeconômicas de suas famílias, o fato de Dandara e Nina serem socialmente lidas como duas jovens mulheres negras as submete a um universo de hábitos, gostos e condutas uniforme, ou seja, são, coercivamente, alocadas dentro de uma mesma classe social.

Contudo, elas passam a ser lidas, nos espaços em que são consideradas “destoantes”, como jovens mulheres negras diferentes das demais. O estranhamento gerado pela sua simples presença abre espaço para uma concepção distinta sobre as mesmas. São agora jovens mulheres negras com características que as destacam – e conseqüentemente as afastam – da totalidade das jovens mulheres negras. Jovens mulheres negras que transitam livremente em espaços em que se discute Sociologia, Antropologia, Psicologia ou Direito. São jovens mulheres negras que podem estudar línguas estrangeiras e que têm a possibilidade um futuro profissional promissor. Têm-se nessa diferenciação a exaltação da individualidade e o intuito da *distinção*, brilhantemente elaborada por Bourdieu (2007). Concebendo as escolhas destas jovens

como uma qualidade inata dos indivíduos, apagam-se todas as condições econômicas e sociais que produzem e reproduzem, por meio de um *habitus* familiar, toda uma cultura de classes, criando clivagens entre as classes – as classes

privilegiadas e a classes desprivilegiadas – que é justificada pela familiaridade e naturalidade em relação à cultura legítima.

É nesse sentido que a disposição estética, que está na base do princípio de classificação social, não está ligada apenas a um julgamento estético, mas também a uma dimensão moral, a um estilo de vida. E como se sabe, todo estilo de vida é a manifestação de uma visão de mundo, e esta nunca é neutra, mas, ao contrário, é a expressão de uma normatividade que serve de base para julgar quem a pessoa é em todas as dimensões da vida, sendo pautada por distinções entre o que é inferior/superior; racional/emocional; vulgar/nobre; de bom gosto/brega, cafona etc. Por intermédio dessas distinções julga-se a personalidade em sua totalidade. (MATTOS, 2011, p. 305)

Notamos, portanto, que, ainda que submetidas ao já mencionado ideário universalizante de experiências socialmente esperadas para uma jovem mulher negra, as integrantes da JuNF cumprem suas trajetórias de vida de maneiras totalmente particulares, de acordo com, entre outros fatores, suas possibilidades financeiras, suas estruturas familiares, suas aspirações e seu tipo de personalidade.

2.5.2 Escola e universidade: a reprodução no ambiente de ensino e a JuNF como refúgio

No item anterior discutimos de que maneira se dá o enquadramento socioeconômico das jovens integrantes da JuNF por meio da análise de sua inserção naquele que é um espaço frequentado pela totalidade das entrevistadas: o ambiente acadêmico. Todas as jovens que integram o coletivo atualmente estão matriculadas em cursos superiores, tanto em instituições privadas quanto públicas.

Aqui, aproveitamo-nos da evidente alteridade entre jovens negras filhas da classe trabalhadora e seus colegas da rede privada de ensino (segundo elas majoritariamente oriundos das classes médias) para exemplificar de maneira mais enfática o quanto de estranheza pode causar o seu acesso e a sua permanência nos bancos escolares universitários. Frisamos, no entanto, que mesmo as jovens integrantes do coletivo que estudaram ao longo de toda a sua vida na rede pública – inclusive no ensino superior – apresentam relatos de isolamento ou de constrangimento gerados por sua condição socioeconômica ou pela sua cor de pele.

Vívian, estudante de 18 anos que cursa o terceiro semestre do curso de Biologia da Universidade Federal de Santa Maria, conta que, diferentemente do que ocorreu com Nina (que enfrentou mais dificuldades de interação com os colegas e professores ao longo do ensino fundamental), foi no ensino médio que começou a se sentir incomodada com situações de discriminação e preconceito.

V: No fundamental foi bem tranquilo, eu fui líder até. No médio também fui líder, mas no fundamental foi bem mais tranquilo acho que por questão de noção política também, eu não tinha uma noção, era uma criança ainda, eu não enxergava maldade nas coisas, tava ali super bem. Já no médio quando eu comecei a entrar na militância, eu comecei a ficar mais complicada, porque tu começa a ver como são as pessoas e as opiniões dela em relação a racismo, homofobia, etc. então já começou a ficar mais complicado. Os professores também, tinha um professor muito preconceituoso, aí a gente discutia bastante na sala de aula.

F: E tu tinha outros colegas negros na tua turma durante o Ensino Médio?

V: No primeiro ano eu não tive. No terceiro ano eu tinha mais uma colega negra e no segundo ano tinha mais dois.

F: E tu chegou a ter algum conflito direto com alguém?

V: Com esse professor e com alguns colegas.

F: E como que foi isso?

V: Esse meu professor era de Física e ele é muito preconceituoso, então a gente começava a discutir do nada com assuntos como cotas. Daí ele começava a dizer que a filha dele só porque conseguiu bolsa em particular não ia poder entrar por cotas e outros iam ter privilégio de entrar no lugar dela. E a gente discutia e ele falava “não, mas eu já sofri racismo, me chamaram de alemão batata”. Aí eu fui tentar explicar, mas como ele era um cara muito grosso e eu era a única a tomar posicionamento sobre o que ele falava na sala de aula, por mais que minhas amigas dissessem concordar comigo elas não discutiam com ele pra não ter atrito direto com professor, porque sabem que eles ferram a gente. Então ficava ele de pé apontando o dedo na minha cara, falando e eu ali acuada tentando responder alguma coisa e muitas vezes eu parava de discutir porque a turma ficava do lado dele e eu ficava sozinha, com um cara gritando em cima de mim e eu ficava assustada. Algumas vezes eu até chorei perto dele. Quando eu conto eu fico meio emocionada porque era complicado, sabe.

F: E qual era o impacto disso na tua relação com os colegas?

V: No terceiro ano que foi mais difícil. No primeiro e segundo anos foi a mesma turma que eu tive no ensino fundamental, então era um grupo de amigos muito fechado. Eles me entendiam, conversavam comigo. E no terceiro ano daí eles separaram. Alguns meninos foram pro exército e as meninas poucas ficaram na mesma turma, então chegou uns meninos que eram muito escrotos, playboys e umas meninas filhas de fazendeiros de São Sepé, então era uma galera bem rica assim e dava bastante conflito, tanto por feminismo, porque eles tinham muito preconceito com feminista que “ah, só queria mostrar os peitos na rua porque

todos os direitos já eram garantidos”, até mesmo pelas meninas era essa a opinião delas, então era muito atrito na sala de aula.

F: E como é que era o posicionamento da tua família? Chegaram a ir alguma vez na escola?

V: A minha mãe sempre foi muito tranquila, ela nunca interferiu muito na minha vida escolar, tanto no fundamental ela dizia “Vívian, tu tem um objetivo? Então estuda”. Ela nunca foi de cobrar, olhar coisa, mas ela sabia dos conflitos que eu tinha e ela, quando eu contava, sempre me apoiava.

Enquanto relata os desentendimentos com seu professor de Física do ensino médio, Vívian fica embargada e logo não consegue mais conter o choro. A escola, ambiente de socialização e que, ao menos no entendimento do senso comum, deveria ser um espaço sensível à diversidade, se revela na trajetória desta entrevistada como um lugar de coerção e silenciamento. Neste exemplo, encontramos a materialização da escola mencionada por Bourdieu e Passeron em “*A Reprodução*” (1975).

Para estes autores, a escola é uma das principais instituições responsáveis pela manutenção do *status quo* e dos privilégios adquiridos pelas classes médias e dominantes. Desde muito cedo as crianças são inseridas no ambiente escolar e submetidas a apreensão de um conhecimento supostamente neutro e formador, mas que não leva em conta a bagagem de experiências de cada um de seus estudantes (BOURDIEU e PASSERON, 1975).

Aulas de artes plásticas, de história, de geografia, de literatura, línguas, entre outras disciplinas, são idealizadas a partir de premissas de conhecimento ancoradas nas experiências possíveis aos filhos das elites, mas consideradas praticamente impossíveis aos filhos da classe trabalhadora.

Não é que os filhos de trabalhadores cheguem à escola desprovidos de quaisquer tipos de conhecimento. Como mencionam Bourdieu e Passeron, “cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um determinado capital cultural” (1975, p. 43). No entanto, a escola não reconhece tampouco válida esse conhecimento tradicional como um capital cultural.

Neste ponto da reflexão, recorro novamente à minha própria trajetória escolar e intelectual. Ainda é latente em minha memória a perplexidade que me causava estudar em uma escola pública que em suas aulas de ensino religioso trazia aos seus alunos apenas lições sobre o cristianismo pregado na Igreja Católica. Tenho vivos e decorados em minha memória

os quatorze atos da Via Sacra como se os tivesse vivido. A relação de atrito se estabelecia e se intensificava à medida em que eu percebia que na escola chamavam a disciplina de Ensino Religioso, mas em nenhum momento pude contar com lições sobre a Umbanda, religiosidade seguida pela minha família.

Mais de uma década depois disso, quando já cursava Jornalismo na UFSM, em uma palestra sobre jornalismo cultural, travei um debate intenso com a editora do caderno de cultura do jornal de maior circulação do estado do Rio Grande do Sul na época. Na ocasião levantou-se uma discussão sobre como definir o que era cultura ou não, sobre quais elementos pesam na hora de decidir se determinado artista ou expressão artística pode ser enquadrado como parte do panorama cultural de uma dada sociedade.

Lembro de a editora mencionar a preferência por pautas que atendessem ao interesse do leitor médio do jornal – que pode ser considerado popular pelo baixo custo e pela ampla circulação –, mas confessar que entre publicar notícias sobre o novo álbum de um cantor de música sertaneja e sobre o lançamento de um filme da cena underground do cinema italiano sempre optaria pela segunda alternativa.

A partir disso passei a refletir sobre quais são os critérios que definem quem é esse público ideal, sobre quais expectativas são geradas quando se fala em produção de conhecimento. Com quem se comunicam as instituições de ensino, afinal?

Para Stival e Fortunato (2008), a escola e suas ações pedagógicas têm como objetivo perpetuar um conhecimento que sustente e legitime a continuidade da exploração e da subjugação da classe trabalhadora, por meio do apagamento e do silenciamento da diversidade, constituindo, assim, uma ação violenta.

Toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição de um poder arbitrário. A arbitrariedade constitui-se na apresentação da cultura dominante como cultura geral. O “poder arbitrário” é baseado na divisão da sociedade em classes. A ação pedagógica tende à reprodução cultural e social simultaneamente.

Para os filhos das classes trabalhadoras, a escola representa uma ruptura no que refere aos valores e saberes de sua prática, que são desprezados, ignorados e desconstruídos na sua inserção cultural, ou seja, necessitam aprender novos padrões ou modelos de cultura. Dentro dessa lógica, é evidente que para os alunos filhos das classes dominantes alcançar o sucesso escolar torna-se bem mais fácil do que para aqueles que têm que desaprender uma cultura para aprender um novo jeito de pensar, falar, movimentar-se, enfim, enxergar o mundo, inserir neste processo para se tornar um sujeito ativo nesta sociedade. (STIVAL e FORTUNATO, 2008, p. 12003)

Não reconhecendo seus conhecimentos tradicionais como capitais culturais, os jovens filhos da classe trabalhadora precisam adaptar-se, entrando em evidente desvantagem na disputa pelo sucesso na vida escolar. Episódios de exclusão gerados pela condição socioeconômica se repetem continuamente entre as integrantes da JuNF, demonstrando o quanto a escola ou a universidade representaram para todas elas, em algum momento, espaços de não-pertencimento.

Alika, estudante de Ciências Sociais da UFSM de 25 anos, relata que eventos desse tipo permearam e permeiam até hoje sua existência. A memória aguçada permite que a jovem relembre detalhada e dolorosamente de diversos casos em que sentiu sua dignidade violada no ambiente escolar.

F: Tu considera que teve um histórico de relações difíceis ao longo da vida escolar em função de questões raciais? Teve algum episódio que te marcou mais?

A: Nossa, são muitos episódios que me marcaram muito, porque eu tenho uma memória muito longa, então eu lembro de coisas de quando eu era bem pequena, de muitos detalhes, embora faça muito tempo. Geralmente essas lembranças vêm quando acontece algo que se parece. Teve um episódio no colégio que eu saí do pré e o pré era uma turma isolada na época, então a gente não tinha contato com o restante da escola. A turma convivia só entre os alunos daquela turma, era uma única turma de pré-escola e o intervalo, recreio, era em um horário diferente. No ano seguinte, na primeira série, que eu passei a ter contato com as outras crianças. Teve um episódio em que todas as crianças começaram a me xingar de negra, isso e aquilo e foi chocante porque eu não conseguia compreender porque aquilo acontecia, mas acontecia. E teve uma situação positiva nesse contexto, que uma menina, no dia seguinte que todos xingaram, falaram aquelas coisas horríveis, ela veio me pedir desculpa porque disse que contou pra mãe dela, orgulhosa do que tinha feito, e a mãe dela explicou que aquilo era errado e que ela deveria se desculpar porque era muito feio. E aquilo foi bom, eu gostei.

F: Tu tinha um grande grupo de amigos na escola ou não?

A: Não, nunca tive grandes grupos de amigos.

F: Mas teve bons amigos?

A: Tive amigos importantes, mas pensando já no contexto da quinta série, que era outra escola, as recordações não são muito positivas não em relação aos grupos, refletindo hoje, claro, mas na época eram sim bons amigos.

F: Mas a relação na sala de aula, isso atrapalhava no teu rendimento?

A: Sim. Na escola menor, de pré a quinta série, as coisas eram mais evidentes, o racismo, os xingamentos eram fortes, pesados. Inclusive eu tive professores que eu ia reclamar que fulano me xingou de algo e ouvi como retorno “ah, mas tu deu razão, tu é mesmo”, coisas assim. Na outra escola era tudo muito subjetivo, não consegui perceber muito, mas eu tive um rendimento diferente do grupo de crianças que eu convivia, então... Hoje eu consigo perceber que atrapalhou bastante. Sei lá, coisas muito subjetivas como a professora ser a mais querida de todo mundo e só o aluno negro rodar com ela, só o aluno negro que ela não trata bem, mas tu não consegue justificar que está sendo mal tratado porque ela é muito querida por todos, essas coisas. Coisas que são muito subjetivas e tu não consegue explicar também porque que isso tá acontecendo e tu não consegue compreender isso como uma ação racista por conta dessa subjetividade.

A jovem, nascida e criada na cidade de Pelotas, na região sul do Rio Grande do Sul, relata que os casos não cessaram nesta etapa da vida escolar e seguiram acontecendo – e de uma maneira ainda mais visível – depois de seu ingresso no ensino superior, ainda em sua cidade natal da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

A: Acho que um outro ponto importante foi quando eu tive contato com a universidade, quando eu passei no curso de Ciências Sociais em Pelotas, na UFPel, e eu percebi que eu não era bem-vinda ali. Era subjetivo, mas eu percebia que aquele espaço não me pertencia. Eu demorei três anos pra entrar na universidade depois que eu terminei o meu Ensino Médio e eu percebia como as atenções eram voltadas pros alunos bem jovens, que tinham acabado de sair do Ensino Médio e, principalmente, vinham de escolas particulares e que tinham alguma relação familiar com professores, coordenadores, chefes de departamento, coisa assim. Então eu percebia que eles tinham um tipo de privilégio, regalias diferentes dos outros alunos e, principalmente, muito diferente dos alunos mais velhos e alunos que vinham de escolas públicas. E aí eu comecei a perceber muitas coisas assim e ficava com muita raiva de perceber que eu não conseguia inclusive acompanhar aquele pensamento, aquelas ideias que eram postas pelo professor e que aquele ensino da universidade, embora fosse uma disciplina e uma turma de primeiro semestre não era voltada pra esse aluno que estava vindo de uma escola pública, que tinha uma dificuldade de aprendizagem, era voltado para aqueles alunos que já tinham facilidade, contato com aquela leitura

Mesmo em uma instituição pública e em um curso socialmente considerado aberto a reflexões críticas sobre a história e o desenvolvimento das sociedades, Alike, por meio de seu relato, reitera a ideia de que os bancos escolares, em seus mais diversos níveis

ao apresentar as hierarquias sociais como produtos de dom ou mérito e converter hierarquias sociais em hierarquias escolares [...], cumpre sua função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da ordem social, uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir a imposição de uma hierarquia fundada na força (BOURDIEU e PASSERON, 1975, p.236).

A resistência declarada por meio de embates, desentendimentos e discussões com colegas e professores pareceu deixar de fazer sentido para algumas das entrevistadas ao longo de suas trajetórias. A possibilidade de “ser ferrada” – mencionada por mais de uma das jovens – e o desgaste emocional provocado por esses conflitos comprometia o rendimento escolar e também a possibilidade de se sentirem minimamente integradas aos grupos formados no interior das turmas das quais fazem parte.

A atenuação dessas situações fica bastante evidente no relato de Dandara sobre sua vivência na U.:

F: Tu já teve problemas com algum professor ou algum colega?

D: Ah, seguido eu tenho discordância e lá as pessoas são tipo bem homofóbicas. Rolam bastante discursos assim e eu acabo me incomodando na sala de aula principalmente. Eu tenho professor que fala muitas coisas bem machistas assim e eu me incomodava bastante. Esse tipo de coisa.

F: Tu entra em conflito nesse tipo de situação ou não?

D: Normalmente eu não entro muito porque eu acabo me desgastando assim e eu vejo que o pessoal não liga tanto pra essa questão lá, sabe? Daí acaba eu só me desgastando e às vezes eu tenho medo de o professor acabar me ferrando nas matérias e tal porque eles podem fazer isso. E daí, dependendo da situação eu até falo. Se eu me sinto confortável com algum professor assim e na aula dele algum colega fala alguma questão, daí eu já costumo levantar, falar, tal. Mas são raras as vezes que eu acabo falando.

Nina, que estuda na mesma instituição, menciona ainda que também os colegas e professores parecem, por vezes, dispostos a tréguas, especialmente em função do crescimento do alcance e da influência do discurso de alguns grupos historicamente excluídos. A maior circulação de um conhecimento mais crítico e menos conservador, com o acesso a produção

de intelectuais que se alinham às suas ideias sobre temas das mais diversas naturezas colaborou para que a jovem estudante de Direito se sentisse menos deslocada entre seus colegas e aceitasse com maior condescendência os posicionamentos divergentes.

N: Eu me sentia meio deslocada, meus colegas tipo “tem que prender todo mundo, tem que matar todos os favelados”, com um discurso totalmente de ódio e que hoje eu vejo que é muito racista também, mas aí eu comecei a ver a grade curricular, livros e artigos e “ah, tem outro lado”, as pessoas não são todas assim. Comecei a me identificar com o curso e hoje eu gosto.

F: Na faculdade tu lembra de algum caso de preconceito?

N: Direto assim... Alguns professores são sem noção e eles tentam consertar e aí piora. Eu tenho uma professora que eu detesto que ela diz: “Direitos humanos agora. Nem dá pra fazer uma piada com negro. Quem é que não fala ‘bem coisa de negro’ quando alguém faz uma coisa mal feita”. E eu falei “professora eu não falo, quer saber porquê?”. E ela: “Ai, não se sintam ofendidos, porque não é minha intenção, tava só brincando”. Daí ela tenta consertar e só falta me pegar no colo. Comigo eles tomam muito cuidado pra não fazer nada.

F: Mas tu já chegou a ter algum conflito direto?

N: Sim, até porque um professor meu disse que chamar de macaco não era racismo, porque macaco é animal e eu posso chamar de coelho, cachorro, que não é uma ofensa direta a cor da pessoa. Poxa vida, tá de brincadeira né? Eles fazem mais geral assim, não apontam nenhum aluno, até porque é o curso de Direito. Acho que eles têm muito medo de ser processados, não é muito por ter consciência.

Reforçando a ideia de que

a instituição escolar é a única a deter completamente em virtude de sua função própria, o poder de selecionar e de formar, por uma ação sob o período de aprendizagem, aqueles aos quais confia a tarefa de perpetuá-la e se encontra, portanto, na posição mais favorável para impor normas para sua autoperpetuação, na mínima, o fará usando seu poder de reinterpretar as normas externas (BOURDIEU e PASSERON, 1975, p.206),

os depoimentos das jovens integrantes da JuNF demonstram que ainda que o seu acesso e a sua permanência – com seus cabelos crespos, suas peles escuras, e seu dinheiro contado – em ambientes acadêmicos represente por si só a quebra de muitos paradigmas (especialmente aquele que sugere serem esses espaços privilegiados pertencentes aos homens brancos

burgueses), elas precisam encontrar estratégias para não desistir da realização de seus projetos pessoais e profissionais.

Fica evidente para todas as entrevistadas que as barreiras que lhes surgem no decorrer do ensino superior podem aparecer para qualquer estudante oriundo da classe trabalhadora, mas que existem outros fatores determinantes que lhes dificultam ainda mais a vivência plena das experiências proporcionadas pelo ensino superior. Não se trata apenas de classe social: seu gênero e sua raça executam funções decisivas neste processo. Vívian reforça esse entendimento com o relato abaixo:

F: Houve um momento da tua vida tu percebeu que é uma mulher negra e que isso ia exigir de ti que tu tivesse que agir e enfrentar coisas diferentes?

V: Acho que foi no segundo ano do ensino médio que eu comecei a perceber isso e no terceiro ano eu comecei a tomar mais posicionamento. No segundo ano eu tinha uma colega que fazia muita piadinha preconceituosa e machista e eu comecei a perceber isso. Do assédio nas ruas, do “e aí, morena bonita!”, esses preconceitos assim e eu comecei a ver que eu tenho que tomar um posicionamento.

A formação de um coletivo de jovens mulheres negras pode ser encarada, assim, como uma tomada de posição nesta disputa de poder travada mais claramente nas instituições de ensino, mas presente também em outras esferas da vida pública. Sobre seu interesse e sua participação na JuNF, Vívian diz:

“Eu quero estar em um grupo de mulheres no qual eu possa conversar, me fortalecer mais pra tomar uma atitude, porque não é toda mulher que reage, que tem uma resposta, diante de um assédio ou até mesmo uma agressão. Cada mulher age de uma forma diferente. Eu, por exemplo, sou o tipo de mulher que fica parada na hora e eu não queria ser esse tipo de mulher. Eu quero ser o tipo de mulher que tem uma atitude na hora e consegue fazer alguma coisa”.

Nina enfatiza o quanto os fatos constrangedores vividos na faculdade serviram de impulso para se integrar no coletivo:

“O interesse por política iniciou na faculdade mesmo e o movimento negro em si foi mais uma necessidade de me conhecer, porque eu tava muito indecisa, até naqueles formulários pra preencher etnia eu ficava meia hora olhando. Eu não sabia o que eu era”.

Alika resume com a seguinte colocação a motivação e a sensação de pertencer a um grupo de jovens mulheres negras:

“Eu acho que há uma necessidade de estar entre mulheres negras, de ter com quem se identificar e ter com quem identificar essas problemáticas raciais e as problemáticas que a gente não consegue discutir, por exemplo, num movimento feminista universal, onde tem mulheres feministas de várias etnias e de vários contextos. Coisas que às vezes não são percebidas e não se tem a abertura e não se sentem à vontade pra colocar em um grupo maior porque não vai ter o mesmo entendimento. Eu acho que essas necessidades acabam unindo todas as meninas num mesmo grupo, de se perceber, de se identificar, de ver que o teu problema não é só teu, mas que tá presente em várias outras vidas, em várias outras pessoas”.

Essas reflexões todas nos indicam que questões relacionadas à classe social certamente influenciam a definição das trajetórias acadêmicas, profissionais e afetivas possíveis para jovens negras no Brasil, mas que elas sozinhas não dão conta de esclarecer o percurso semelhante que se apresenta para grande parte das integrantes da Juventude Negra Feminina de Santa Maria na vivência de seus projetos. A partir desta constatação passamos, no próximo capítulo deste estudo, a ponderar a respeito da interferência da tríade estrato social-raça-gênero no processo de organização e prospecção dos projetos das jovens que compõem a JuNF.

3 OPRESSÃO E RESISTÊNCIA: QUANDO ESTRATO SOCIAL, RAÇA E GÊNERO SE ENCONTRAM

Depois de sua formatura no curso de Jornalismo, Fernanda tinha em mente a preocupação que todo e qualquer jovem recém-formado possui: inserir-se o mais rapidamente possível no mercado de trabalho e lutar para manter-se nele. Entre a formatura – celebrada no mês de março – e a primeira oportunidade no mercado de trabalho – alcançada em maio do mesmo ano – passaram-se 67 dias. Dias de muita incerteza e de algum arrependimento por não ter optado por qualquer curso com mais oportunidades de emprego em sua cidade. Esta primeira oportunidade, no entanto, não trazia, de maneira nenhuma, a estabilidade que Fernanda esperava. Não seriam cumpridas nenhuma das regras que regulamentavam a profissão de jornalista: sem carteira assinada e sem carga horária semanal previamente definida, a *foca* passava a trabalhar em um jornal empresarial da cidade apenas com o intuito de ter algum dinheiro no final do mês. Quinhentos reais. Quinhentos reais para produzir de doze a dezesseis reportagens por semana. A possibilidade de produzir boa parte dessas reportagens fora do ambiente da redação do jornal, contudo, tornou a oportunidade menos desinteressante. Com este acordo, Fernanda conseguia tempo suficiente para dedicar-se à preparação para a seleção do mestrado em Ciências Sociais, que decidiu cursar ainda no quinto semestre da graduação.

Contando com a tranquilidade e a cobrança menos pesada de um trabalho não regulamentado, Fernanda não esperava, de maneira nenhuma, deparar-se como um ambiente de trabalho tão hostil. Gritos, xingamentos, reclamações e ameaças faziam parte do trabalho diário na redação. O único homem que compunha a equipe era o proprietário do jornal. As colegas – todas mulheres pelo menos 20 anos mais velhas que Fernanda – pareciam ter-se habituado ao tratamento grosseiro e desrespeitoso. E pediam que Fernanda não chorasse diante dos gritos do editor (como fez em praticamente todos os seus primeiros 90 dias na empresa). E pediam que Fernanda ignorasse. E que fingisse não escutar quando era chamada de burra ou incompetente e questionada sobre sua conduta ética, sobre sua formação acadêmica, sobre sua postura enquanto mulher, sobre sua possibilidade de ser alguém sendo o que era e vindo de onde veio.

Conhecida por sua personalidade flexível, dócil e aparentemente frágil, Fernanda aprendeu da maneira mais dura a importância de saber se defender. Aprendeu a levantar a voz quando necessário e a não acreditar que o fato de ser uma mulher negra e pobre a tornava necessariamente alguém inferior. Nos 210 dias em que seguiu trabalhando naquela empresa – até que iniciasse o mestrado – Fernanda aprendeu que calar e afastar-se nunca serão meios eficazes de desestabilizar um opressor. E ela nunca mais chorou. Tornou-se insubordinável.

No ano de 2008, aos 19 anos, eu já havia concluído o ensino médio. Havia me classificado em primeiro lugar para o curso de Educação Física de uma instituição privada de ensino superior da cidade de Santa Maria, mas havia ficado dois pontos distante da nota de corte para o curso de Jornalismo da UFSM. Meus pais, tentando amenizar a minha frustração por não ter sido aprovada na universidade pública, insistiram que eu me matriculasse no curso de Educação Física – naquele período eu possuía um grande interesse pelo jornalismo esportivo.

Contudo, ciente das dificuldades que logo surgiriam para manter as mensalidades em dia, recusei a proposta e decidi estudar em casa no primeiro semestre e trabalhar durante o dia para pagar cursinho pré-vestibular noturno no segundo. Foi no primeiro semestre, em uma noite de estudo com a televisão ligada no volume mínimo, que desfoquei a atenção de um

exercício de química para o que estava sendo dito por Luisilinda Santos, a primeira juíza negra da história do Brasil, ao entrevistador Jô Soares.

Não posso afirmar com certeza absoluta se foram essas as palavras utilizadas pela juíza, mas a ideia que ela expressava tinha como base a premissa de que “no Brasil, a única coisa mais difícil do que ser negro e pobre é ser uma mulher negra e pobre”. Recordo com exatidão o quão impactada eu fiquei por essa declaração. Minha família é formada majoritariamente por mulheres negras e pobres. As amigas de minha mãe, as mães das minhas melhores amigas, as vizinhas, as médiuns do terreiro de umbanda de meu avô que eram como se fossem da família, as mulheres com quem eu passava boa parte dos meus dias nas férias, na quadra da escola de samba frequentada pela minha família: eu estive rodeada durante toda a minha vida predominantemente por mulheres negras e pobres.

O que haveria de tão difícil em sua existência? Diante da tal dificuldade de serem quem são, o fato de estarem trabalhando e vivendo suas vidas poderia ser considerado um ato de resistência? Por que, no contexto brasileiro, ser mulher pobre e negra é considerado um fardo tão pesado de ser carregado? Neste terceiro capítulo deste trabalho, problematizamos, inicialmente, o conceito de raça e justificamos o uso desta terminologia. Posteriormente discutimos as doutrinas e as relações raciais observadas ao longo da história do Brasil, bem como o reflexo das mesmas na organização da sociedade brasileira em geral e das populações negras em especial, enfatizando peculiaridades das vivências das mulheres negras nesse processo.

3.1 Sobre como e porquê falamos de raça

Quando ainda estava em seu estágio inicial, este trabalho foi apresentado aos docentes da disciplina *Projeto de Pesquisa* deste programa de pós-graduação. Entre as tantas sugestões de aprimoramento teórico, metodológico e conceitual feitas pelos professores, me senti especialmente inquieta quando questionada sobre os motivos pelos quais eu utilizava o termo *raça* para designar um grupo de jovens que tinham em comum sua identidade e pertencimento que poderiam ser considerados de cunho étnico.

A partir deste questionamento, busquei refletir sobre porque pareceu tão natural para mim determinar que a identificação e aglutinação destas meninas em um coletivo tinha, de fato, fundamentação de ordem racial. Passei a ponderar também a respeito das razões que poderiam causar estranheza nesta determinação.

Desta forma, recorreremos ao antropólogo alemão Franz Boas, expoente da matriz antropológica norte-americana, para demonstrar como o conceito de raça se mostra adequado para o desenvolvimento de minha pesquisa. Em um trabalho complexo, que tem como cenário o preconceito sofrido pelos negros norte-americanos na primeira metade do século XX, Boas é enfático ao afirmar que as diferenças sociais desencadeiam conflitos raciais (2004).

Ele pontua que, no senso comum, são as características físicas que abalizam as diferenças entre negros e brancos: "no linguajar comum, quando falamos de uma raça, queremos denotar um grupo de pessoas que têm em comum algumas características corporais e talvez também mentais" (BOAS, 2004, p. 68). Boas busca desfazer ideias como a degeneração racial a partir da miscigenação e a atribuição de características morais e/ou comportamentais derivadas da raça.

Boas rebateu argumentos evolucionistas que buscavam atrelar à biologia condutas que deveriam, em sua opinião, ser explicadas por fatores sociais e culturais.

O fator cultural é da maior importância e poderia bem ser responsável por todas as diferenças observadas, embora isso não exclua a possibilidade de existirem diferenças biologicamente determinadas. A variedade de respostas de grupos da mesma raça, porém culturalmente diferentes, é tão grande, que provavelmente qualquer diferença biológica existente tem importância menor (BOAS, 2004, p. 81).

Franz Boas reforça esse raciocínio afirmando que "os traços hereditários não são tão importantes quando comparados às condições culturais" (BOAS, 2004, p. 81). Fundamenta-se aí a ideia da negação da superioridade de uma raça em relação a outra. Boas (2004) evidencia a importância da diversidade colocando que é ela quem garante a identificação e a sobrevivência dos grupos raciais existentes.

Contudo, é a diversidade também que possibilita a efetivação dos conflitos sociais embasados nas diferenças raciais. Para o pesquisador, definir os grupos sociais em função de características raciais sempre levará à discriminação. Comete-se um equívoco ao procurar perscrutar o indivíduo por meio do grupo racial onde ele está inserido e não a partir de sua personalidade ou individualidade. Para Boas (2004), a solução dos conflitos raciais e sociais estaria no fortalecimento dos laços entre grupos heterogêneos.

Neste trabalho, o conceito de raça, de acordo com os princípios e ideias trabalhados por Franz Boas (2004), se mostrou fundamental à medida em que as jovens pesquisadas se identificam enquanto negras e demonstram reconhecer que determinados aspectos de sua vivência são influenciados pela cor de sua pele.

3.1.1 A raça como orgulho

Os depoimentos fornecidos pelas jovens entrevistadas revelam que a sua reunião enquanto membros de um mesmo coletivo tem como finalidade não apenas a criação ou a afirmação de uma identidade, mas também a sua positivação. As discussões realizadas até aqui a respeito de classe e poder indicam que no imaginário social a população negra tem lugares evidentemente demarcados para si.

Estes lugares estão simbolicamente muito distantes dos espaços de tomadas de decisão e de poder efetivo sobre a estrutura social (FERNANDES, 1965). Os militantes do movimento negro, no entanto, têm se apropriado dessa demarcação – que os relegaria cada vez mais à precariedade de posse de capitais econômicos, simbólicos e culturais – em seu sentido adverso.

Uma vez que o fato de ser negro poderia carregar consigo uma significação socialmente negativa, definir-se enquanto um indivíduo pertencente à raça negra corresponde agora a engrossar as fileiras em prol de uma representação não depreciativa de tão grande parcela da população brasileira.

Conforme sugere Jardim,

no contexto brasileiro, as noções de raça ressurgem como uma referência a uma trajetória de ancestralidade e de enfrentamento à discriminação racial e que converge às preocupações sobre a ampliação das noções de dignidade humana presentes nos *novos desenhos constitucionais dos Estados pós-coloniais*. Esses colocam em questão os processos de invisibilização que relegaram segmentos da sociedade a uma desvantagem histórica de não participação e representação social. Procuram sim reparar danos ocasionados pela negligência do Estado no acesso a direitos como justiça social, saúde, educação, territórios” (2013, p. 126-127).

Este entendimento de que reconhecer-se como negro nos dias atuais é uma atitude plenamente consciente e, principalmente, uma ação política deliberada, é corroborado pelo depoimento de Nina – jovem oriunda de uma família inter-racial e de pele visivelmente mais clara do que a todas as demais integrantes da JuNF –, que conta não saber como se identificar diante do preenchimento de formulários e documentos até ter se integrado ao coletivo e ter passado a compreender os sentidos embutidos em sua autodeclaração.

F: E hoje, quando vai preencher esses documentos, tu coloca o quê?

N: Hoje eu coloco negra. A primeira vez que eu fiz isso foi ano passado. Foi um momento de orgulho assim, porque antes eu achava que tinha que ser condizente com a certidão de nascimento porque depois – olha a minha paranoia – eles vão ver que na minha certidão não tá isso, tá branca, então eu botava branca, mas fui desconstruindo isso. Eu notei que era muito mais uma definição pra tentar apagar a identidade negra e ao longo do que eu fui começando a estudar e conversar mesmo com as gurias, eu fui começando a me descobrir e isso foi maravilhoso.

De acordo com o referido por Schwarcz (2012), a questão da raça está diretamente atrelada à questão identitária. Ao afirmar “pertencer à raça negra”, o indivíduo não está delimitando seu pertencimento a um grupo de indivíduos conformados meramente por aspectos estéticos, tampouco exclusivamente pela compreensão de possuírem uma origem comum, segundo colocado por Max Weber (1994). “As noções contemporâneas que evocam a “nossa raça” manejadas por afrodescendentes referem-se a um orgulho de uma trajetória de resistência, a um apego a um modo de vida, uma estética, uma poética e a uma singular maneira de “estar no mundo””. (JARDIM, 2013, p. 128)

As jovens mulheres que compõem a JuNF estão agregadas no espaço do coletivo – aqui não havendo distinção entre o significado de sua existência no ambiente virtual ou presencial – o estão fazendo por considerarem fazer parte de um mesmo universo, por acreditarem compartilhar experiências semelhantes, apesar das suas tão distintas trajetórias pessoais e estruturas familiares.

Diante dessa constatação, não nos constrangemos em utilizar o termo *raça* para tratar do pertencimento étnico-cultural das jovens entrevistadas. Desfazemo-nos do embaraço sentido quando fui indagada a respeito do uso deste termo sob o resguardo de Seyferth (2007), quando a autora aborda

“[...] a dificuldade da categorização por raça – daí o uso continuado da expressão “problema” ou “questão racial” – comuns naquela época de predominância da Eugenia e da Biometria [...]. A mesma dificuldade reaparece hoje, após o conceito ter sido desacreditado, na esteira das reivindicações de ações afirmativas. O que caracteriza o conceito de raça é sua imponderabilidade, o fato de ser, antes de tudo, uma construção social que interfere nas relações sociais, informa comportamentos individuais e coletivos, instrui determinadas práticas discriminatórias na medida em que fornece signos e símbolos de pertencimento – fatores que interferiram também nos sistemas classificatórios produzidos no campo científico”. (SEYFERTH, 2007, p. 106)

Destacamos neste estudo esta percepção da categoria *raça* como uma construção social, ou seja, como uma condição, construída e reconstruída cotidianamente, no seio da vida social, por meio das interações entre indivíduos e grupos de indivíduos. Diferentes gerações, diferentes territorialidades, diferentes nacionalidades, diferentes organizações sociais dão origem a diferentes entendimentos da categoria *raça*. Assim, reforçamos que aqui entendemos que

raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais – assim como o são fantasias, mitos e ideologias – como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e hierarquias sociais politicamente poderosas (SCHWARCZ, 2012, p. 34).

A concepção que uma sociedade possui da categoria *raça* condiciona determinados aspectos das dinâmicas e relações sociais, mas também essas dinâmicas e relações são diretamente afetadas pelo entendimento que se tem sobre *raça*. A seguir estudaremos com mais profundidade de que maneira a militância exercida pelas jovens integrantes da JuNF revela a conjuntura que estabelece a definição de seu pertencimento racial.

Concordamos com Denise Jardim quando ela afirma que

o conceito de *raça* não pode ser reduzido ao momento do debate meramente conceitual em que Franz Boas desafiava seus pares na demonstração das insuficiências científicas do conceito de *raça*. Franz Boas evidenciou os usos sociais da *raça* como formas de discriminação e Banton (1977) dá um importante passo a frente ao perceber o emprego do conceito de *raça* como uma denúncia ao racismo e uma evocação a uma trajetória de resistência histórica nos anos 1960 (2013, p. 125)

Os dois exemplos de usos distintos do conceito de *raça*, em contextos totalmente diferentes, evidenciam a importância de analisar quais são os demarcadores, as circunstâncias, que balizam o emprego do mesmo. “A *raça* é um signo que vem sendo ressemantizado dialogicamente em um embate entre diferentes protagonistas que alargam seus sentidos e o poder de intervenção que o debate sobre o racismo tem de alterar estruturas das relações raciais e discriminação” (SEGATO, 2005, p. 10).

Não basta olhar para o interior dos grupos para captar as significações que eles atribuem a si mesmos, tampouco para o exterior a fim entender as significações atribuídas a eles por terceiros. É preciso observar o meio-ambiente em que estão inseridos e que tipo de relações conseguem estabelecer com os demais grupos. É na chamada ecologia social (BARTH, 1998) da qual faz parte a JuNF que a sua função na vida de cada uma de suas jovens integrantes pode ser compreendida em sua totalidade.

3.1.1.1 A JuNF como espaço de pertencimento racial e de gênero

A noção de pertencimento a um determinado grupo étnico carrega consigo peso determinante sobre o projeto dos indivíduos. O pesquisador norueguês Fredrik Barth foi um dos intelectuais mais influentes no estudo dos grupos étnicos. Seus estudos forneceram balizas teóricas e conceituais a diversos pesquisadores ao demonstrarem que é a interação entre os grupos e a verificação das diferenças existentes entre eles que os mantêm, que garantem a sua sobrevivência (BARTH, 1998).

Barth sinaliza que as diferenças existentes entre os grupos étnicos, chamadas por ele de sinais adescritivos, originam as fronteiras que se estabelecem entre os grupos, definindo cada um deles (BARTH, 1998). Para o autor, existem quatro fatores que definem os grupos étnicos.

O primeiro seria a autoperpetuação do ponto de vista biológico; o segundo seria o compartilhamento de valores culturais fundamentais; o terceiro, a constituição de um grupo de comunicação e de interação; e o quarto, a "existência de um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias da mesma ordem" (BARTH, 1998, p. 27). Este último fator reforça a visão de Barth de que os grupos se definem através das dessemelhanças que existem em relação aos demais.

Barth sublinha que o meio-ambiente é um espaço importante de interação entre os grupos étnicos, e que o mesmo interfere diretamente na definição de seus sinais adescritivos. Ele diz que "as formas culturais aparentes que podem ser arroladas em séries de traços exibem os efeitos da ecologia" (BARTH, 1998, p. 30).

Por isso, as fronteiras existentes entre os grupos étnicos não são fixas. Elas são dinâmicas e se adaptam às condições atuais. Barth (1998) é enfático ao afirmar que a historicidade também desempenha papel fundamental na definição das relações entre esses

grupos e que seus efeitos se dão, essencialmente, sobre os sinais diacríticos da cultura de cada grupo, ou seja, sobre aqueles sinais culturais que se manifestam no domínio privado.

O autor evidencia reiteradamente que o contato com outros grupos é o que reforça a identificação dos membros. Ele afirma ainda que as relações internas dos grupos revelam muito a respeito das interações que serão possíveis com grupos distintos. Quanto mais estáticas e radicais forem as categorizações no interior do grupo, mais difícil será o estabelecimento de um diálogo ou de trocas com outros grupos (BARTH, 1998).

A JuNF, por exemplo, ao se caracterizar como um espaço de problematização e de ação voltado a questões específicas da população feminina negra, estabelece uma fronteira precisa com movimentos feministas que não creem na intersecção de opressões. Os depoimentos de algumas das jovens, com ênfase no de Alike, que afirma não se sentir à vontade para se autodeterminar feminista diante do apagamento que as opressões específicas das mulheres negras sofrem em determinadas vertentes do movimento, corroboram essa ideia. A identidade das jovens mulheres negras da JuNF é reforçada inclusive e principalmente na diferença e no conflito observados quando de sua relação com outros grupos e/ou coletivos de jovens mulheres.

Ainda que não crendo na possibilidade de hierarquização de uma opressão sobre as demais – falamos aqui em opressões fundamentadas em classe social, em questões raciais e questões de gênero (CRENSHAW, 2012) –, as jovens integrantes da Juventude Negra Feminina de Santa Maria revelam uma consciência aguçada sobre como cada uma dessas opressões afeta o desenvolvimento de suas atividades profissionais e intelectuais e as relações que estabelecem com seus pares no espaço público, bem como com seus entes no espaço privado.

Na sequência deste capítulo, analisamos, primeiramente, de que forma o fato de as jovens integrantes da JuNF serem negras exerce influência sobre os projetos das mesmas. Para tanto, recorreremos à historicização das doutrinas raciais praticadas no Brasil a partir do final do século XIX e durante o século XX e relacionamos essas doutrinas com a maneira com que a população negra foi inserida na sociedade de classes. Relações raciais, questões geracionais e ações afirmativas entram em cena a fim de explicar a ascensão social de famílias negras.

Ainda na esteira desta discussão sobre as famílias negras, enfocamos o protagonismo das mulheres negras em suas famílias, trazendo à tona nossa discussão sobre a opressão de gênero e o efeito característico que ela gera sobre jovens mulheres negras e seus projetos pessoais, afetivos e profissionais.

3.2 Raça e mestiçagem: as doutrinas raciais brasileiras a partir do século XIX

Neste estudo, abrimos mão de uma historicização complexa e detalhada do sistema escravocrata brasileiro, iniciado ainda no século XVI – primeiramente com a exploração das populações originárias e posteriormente com exploração de mão-de-obra africana (XAVIER, 2010). Optamos, assim, por uma problematização mais densa a respeito dos efeitos que os mais de 300 anos de escravidão dos povos indígenas e africanos geraram na organização da sociedade brasileira pós-escravidão, com ênfase em questões relacionadas à população afro-brasileira.

Contudo, para compreender os esquemas lógicos que fundamentavam e justificavam a exploração desumana de africanos e indígenas e o seu posterior abandono é preciso que tenhamos acesso ao aparato ideológico e científico em que se sustentavam a escravidão e o desamparo estatal a que essas populações foram submetidas depois de sua abolição. Em *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário* (2012), Lilia Moritz Schwarcz realizou um estudo minucioso sobre as relações raciais brasileiras, apresentando relatos sobre a estranheza gerada nos colonizadores quando de seus primeiros contatos com povos originários da América. Acredita-se, contudo, que o modelo de invasão etnocêntrico realizado pelos navegadores europeus tenha seguido um esquema similar de estabelecimento de relações tanto com os nativos americanos quanto com os asiáticos e os africanos¹³ (SCHWARCZ, 2012).

¹³ A forma como cada nação europeia que colonizou a América ou a África não foi uniforme e variou de acordo com os seguintes fatores: “1. do volume e densidade da população nativa; 2. do desenvolvimento técnico-econômico dessa população, que poderia ou não estar engajada em atividades produtivas; 3. da maior ou menor semelhança entre as condições naturais de cada região e as do próprio continente europeu, de que decorreria maior ou menor conveniência, para o europeu, de instalar, aí, uma réplica (modificada tanto intencional como inconscientemente) de sua sociedade de origem; 4. De oferecer ou não ao território condições favoráveis para o desenvolvimento de algum gênero de produção vegetal ou animal, de fácil absorção pelos mercados europeus, porém, cuja exploração comercial não poderia ser feita na própria Europa, por questões de solo e clima; 5. de características culturais – nacionalidade, língua, técnica, tradições, história, etc. – tanto dos grupos europeus como dos grupos nativos em contato” (NOGUEIRA, 1985, p. 67).

A organização dos grupos e famílias, o não-acúmulo de matéria-prima nem de alimentos, vestimentas e costumes cotidianos e corriqueiros – como a quantidade diária de banhos ou o consumo de alguns tipos de alimentos – serviram de base para que os exploradores julgassem os nativos como povos primitivos. Schwarcz (1993), em *O Espetáculo das Raças*, mobiliza uma densa bibliografia, demonstrando que a experiência da ocupação dos territórios americanos possibilitou as reflexões iniciais sobre uma suposta evolução cultural.

Apresentando as ideias do naturalista francês Buffon e do sacerdote e jurista alemão De Pauw, Schwarcz (1993) relata a trajetória percorrida entre a visão dos nativos americanos como carentes e imaturos do ponto de vista civilizatório do primeiro e a visão destes mesmos nativos como degenerados do segundo. O século XVIII teria se caracterizado por essa discussão a respeito dos povos recém contatados: na primeira metade destacaram-se as ideias de Rousseau sobre a bondade inata aos “selvagens” e na segunda reflexões sobre uma suposta decadência congênita destes povos (SCHWARCZ, 1993).

Já a partir do século XIX essas discussões foram cientificamente apuradas, sendo incluídas variáveis como diferenças genéticas, intelectuais e morais entre os povos ditos selvagens e os povos ditos civilizados. Foi nesse mesmo período que o termo *raça* ganhou destaque, tendo como definição a “existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” (STOCKING, 1968 *apud* SCHWARCZ, 1993, p. 47).

A evolução da ciência e da biologia em especial trouxe à tona questionamentos à compreensão até então vigente – por influência da Igreja Católica – de que a humanidade seria uma espécie una, possuidora da mesma origem e produto do Éden¹⁴. Os chamados poligenistas, que contestavam essa compreensão, acreditavam ser possível interpretar biologicamente os comportamentos humanos. Leis biológicas e naturais passaram a ser utilizadas como meio de fornecer sentido a determinados hábitos e organizações sociais de distintos grupos raciais. Não havia mais a crença no arbítrio dos indivíduos, o seu pertencimento étnico ou racial-cultural determinava seus comportamentos e possibilidades. A medição do cérebro e do crânio dos indivíduos era utilizada como metodologia da Antropologia Criminal e também de pesquisas relacionadas a doenças mentais. (SCHWARCZ, 1993).

¹⁴ De acordo com a concepção monogenista de origem da humanidade, a perfectibilidade dos seres humanos está diretamente atrelada à sua proximidade ou à sua distância do Éden.

Rompia-se, assim, com a ideia de que os povos teriam uma origem comum e que, em função disso, estavam fadados a estabelecer relações de comunicação e de troca. Não havendo mais igualdade, a Biologia partia para um processo de hierarquização das raças. Seu objetivo era determinar as mais puras e encontrar os chamados tipos ideais (SCHWARCZ, 1993).

Especialmente ao longo das décadas de 1830 e 1840, são realizados os estudos que darão base para o estabelecimento de um novo paradigma. A partir da publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1859, são amenizados os embates entre monogenistas e poligenistas. Chega-se, desta forma, a um consenso e incorpora-se um caráter político e cultural às discussões em torno das questões raciais. Pesquisadores das duas vertentes passam a compreender que diferenças na exterioridade dos corpos e também em comportamentos e nos códigos morais são resultados de estruturas raciais distintas (SCHWARCZ, 1993).

O darwinismo se populariza de tal forma que é utilizado inclusive para explicar processos complexos como o modelo de colonização imperial exercido pelas nações europeias nos continentes africano, asiático e americano, por exemplo.

Civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais. Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda a humanidade deveria passar por eles –, seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado (SCHWARCZ, 1993, p. 58).

Por estarem supostamente situados em estágios iniciais da escala evolutiva, os grupos encontrados nos territórios dos novos continentes eram considerados submissos e suscetíveis a intervenções no seu modo de vida. Schwarcz (1993) menciona a utilização política de outros termos introduzidos por Charles Darwin, tais como “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução” e “hereditariedade”¹⁵. No evolucionismo cultural, crê-se, além disso, que, com o escalonamento cultural, a evolução dos diferentes grupos independe de sua vontade. Seria esse um processo obrigatório¹⁶ (SCHWARCZ, 1993).

¹⁵ O uso político do evolucionismo cultural é conhecido como *Darwinismo Social* (SCHWARCZ, 1993)

¹⁶ Esta é a diferença crucial entre o evolucionismo cultural e o darwinismo social. Enquanto na primeira concepção a evolução é um processo obrigatório, na segunda a evolução é uma dádiva pertencente apenas aos grupos raciais puros.

De acordo com suas aptidões e também com as condições oferecidas pelo meio ambiente em que estão inseridos¹⁷, os grupos se deslocam ao longo da escala evolutiva em ritmos distintos. Um dos fatores mais insistentemente apontados como retardadores desse refinamento cultural dos povos é a miscigenação (SCHWARCZ, 1993).

As discussões em torno da pureza das raças são levantadas e sustentadas pelos darwinistas sociais. São suas insistentes teorias em torno da reprodução, da elevação e da purificação dos grupos raciais que dão origem ao termo *eugenia*. Casamentos inter-raciais passam a ser desencorajados. O cruzamento de indivíduos racialmente distintos resultaria na degradação dos grupos raciais de ambos, com prejuízo maior para aqueles que já se encontravam em estágios avançados da escala evolutiva.

Para E. Renan (1832-92) existiriam três grandes raças – branca, negra e amarela – específicas em sua origem e desenvolvimento. Segundo esse autor, os grupos negros, amarelos e miscigenados “seriam povos inferiores não por serem incivilizados, mas incivilizáveis, não perfectíveis e não suscetíveis ao progresso” (SCHWARCZ, 1993, p. 62)

Foi a atribuição inata de características depreciativas a esses grupos que deu origem ao racismo tal qual o conhecemos nos dias atuais. A pureza das raças seria hereditária e garantida somente a partir da reprodução realizada exclusivamente no interior dos grupos. Indivíduos miscigenados eram considerados degenerados e desequilibrados (SCHWARCZ, 1993).

Quando nos utilizamos de Franz Boas (2004) para legitimar nosso uso do termo *raça* para designar a identidade étnica e cultural das jovens que abordamos nesse estudo, demonstramos nosso completo desacordo tanto com as ideias dos evolucionistas culturais quanto dos darwinistas sociais. Consideramos, assim como o antropólogo alemão, que a cultura em que os indivíduos estão inseridos é o fator mais decisivo de sua diversidade. “Cada ser humano vê o mundo sob a perspectiva da cultura em que cresceu” (BOAS, 2004, p. 18).

Acreditamos ainda, além da existência de uma variedade infinita de culturas – que não poderão jamais ser consideradas hierarquizáveis –, no livre arbítrio dos indivíduos, que jamais poderão ser comportamental e moralmente conformados por “elementos puramente superficiais, como cor da pele, forma da cabeça ou textura dos cabelos” (BOAS, 2004, p. 19).

¹⁷ O evolucionismo cultural fomentou também o determinismo geográfico. O geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel e o historiador britânico Henry Thomas Buckle foram os mais influentes estudiosos desta escola de pensamento. Os dois “advogavam a tese de que o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio. [...] Era suficiente a análise das condições físicas de cada país [...] para uma avaliação objetiva do seu “potencial de civilização”” (SCHWARCZ, 1993, p. 58)

Veremos a seguir como, apesar disso, as relações raciais no Brasil foram estruturadas em torno das ideias com as quais discordamos, ora celebrando-as em sua plenitude, ora invertendo sua lógica.

3.2.1 Miscigenação às avessas, democracia racial e racismo velado: O Brasil e o seu festejo ao mulato

Diferentemente do ocorrido em diversas nações que investiram na eugenia em busca de uma pureza racial que lhes garantisse a ascensão na escala evolutiva cultural, no Brasil as ideias basilares do darwinismo social e do evolucionismo cultural foram apreendidas, porém ressignificadas. Da Matta (1984) explica que essa ressignificação é resultado da influência de características muito particulares da formação histórica, social, econômica e cultural do país.

“[...] O Brasil não é um país dual, onde se opera somente com uma lógica do dentro *ou* fora; do certo *ou* errado; do homem *ou* mulher; do casado *ou* separado; do Deus *ou* Diabo; do preto *ou* do branco. Ao contrário, no caso da nossa sociedade, a dificuldade parece ser justamente a de aplicar esse dualismo de caráter exclusivo; ou seja, uma oposição que determina a inclusão de um termo e a automática exclusão do outro, como é comum no racismo americano ou sul-africano, que nós brasileiros consideramos brutal porque no nosso caso tudo se passa conforme Antonil maravilhosamente intuiu. Isto é, entre o preto e o branco (que nos sistemas anglo-saxão e sul-africano são termos exclusivos), nós temos um conjunto infinito e variado de categorias intermediárias em que o *mulato* representa uma cristalização perfeita” (p. 40-41)

Esta não é uma nação em que se aplica o dualismo. As classificações são mais complexas porque normalmente são baseadas em triângulos. Há, portanto, uma dificuldade em compreender e até mesmo em aceitar manifestações de preconceitos deveras arbitrarias como as que se pode observar em países como os Estados Unidos ou a África do Sul, por exemplo.

Assim percebemos o fenômeno que o antropólogo brasileiro denomina de *mulatismo*. Enquanto outros países condenavam veementemente casamentos inter-raciais e desestimulavam a reprodução entre grupos raciais distintos, no Brasil as relações já aprofundadas especialmente entre brancos e negros levaram a uma reconfiguração da miscigenação, classificando os mulatos como a melhor das três raças. Essa reconfiguração demonstra a “capacidade brasileira de recuperar e trabalhar o ambíguo como dado positivo, na glorificação da *mulata* e do *mestiço* como sendo, no fundo, uma síntese perfeita do melhor que existe no negro, no branco e no índio” (DA MATTA, 1984, p. 40).

A possibilidade de entre o mais puro dos brancos, o mais puro dos índio e o mais puro dos negros existir um variado conjunto de combinações tornavam socialmente condenáveis demonstrações explícitas de racismo.

[...] As sociedades igualitárias engendraram formas de preconceito muito claras, porque sua ideologia negava o intermediário, a gradação e a relação entre grupos que deveriam permanecer separados, embora pudessem ser considerados teoricamente iguais. Tal fato não existiu na sociedade brasileira e até hoje tem débil aceitação social. Realmente estou convencido de que a sociedade brasileira ainda não se viu como sistema altamente hierarquizado, onde a posição de negros, índios e brancos está ainda tragicamente de acordo com a hierarquia das raças. Numa sociedade onde não há igualdade entre as pessoas, o preconceito velado é forma muito mais eficiente de discriminar pessoas de cor, desde que elas fiquem no seu lugar e “saibam” qual é ele” (DA MATTA, 1984, p. 46)

O racismo praticado no Brasil, assim, se torna ainda mais cruel – se comparado com aquele praticado em países abertamente segregacionistas –, à medida em que aquilo que não manifesta abertamente torna-se ainda mais complexo de ser combatido. É por não ser visível que o racismo brasileiro passa a ser concebido na forma de um mito: o mito da democracia racial.

A ilusão, a fantasia, de vivermos em um paraíso onde as diferenças raciais não são consideradas relevantes e não interferem diretamente nas relações de poder entre indivíduos e grupos de indivíduos, mesmo diante do histórico brasileiro de mais de 300 anos de escravidão das populações indígenas e africanas, tem como objetivo o estabelecimento de uma cortina de fumaça em torno da manutenção dos privilégios das elites brancas e aristocráticas diante da mudança do regime imperial para o regime republicano e do sistema de mão-de-obra escravocrata para o sistema de mão-de-obra assalariado. Acreditar e compactuar com o mito da democracia racial significa ignorar a quantidade de direitos que foram surrupiados das populações anteriormente escravizadas em prol da conservação das regalias das elites brasileiras (FERNANDES, 1965). Conforme menciona Da Matta,

“[...] quando acreditamos que o Brasil foi feitos de negros, brancos e índios, estamos aceitando sem muita crítica a ideia de que esses contingentes humanos se encontraram de modo espontâneo, numa espécie de carnaval social e biológico. Mas nada disso é verdade. O fato contundente de nossa história é que somos um país feito por portugueses brancos e aristocráticos, uma sociedade hierarquizada e que foi formada dentro de um quadro rígido de valores discriminatórios. Os portugueses já tinham uma legislação discriminatória contra judeus, mouros e negros, muito antes de terem chegado ao Brasil; e quando aqui chegaram apenas ampliaram essas formas de preconceito. A mistura de raças foi um modo de esconder uma profunda injustiça social contra negros, índios e mulatos, pois, situando no biológico uma questão profundamente social, econômica e política, deixava-se de lado a problemática mais básica da sociedade. De fato, é mais fácil dizer que o Brasil foi formado por um triângulo de raças, o que nos conduz ao mito da democracia racial, do que assumir que somos uma sociedade hierarquizada, que opera por meio de gradações e que, por

isso mesmo, pode admitir entre o branco superior e o negro pobre e inferior, uma série de critérios de classificação. Assim podemos situar pessoas pela cor da pele ou pelo dinheiro. Pelo poder que detêm ou pela feiura de seus rostos. Pelos seus pais e nome de família, ou por sua conta bancária. As possibilidades são ilimitadas, e isso apenas nos diz de um sistema com enorme e até agora inabalável confiança no credo segundo o qual, dentro dele, “cada um sabe muito bem o seu lugar””. (1984, p. 46)

Compreendermos quais foram os artifícios utilizados para acomodar as populações branca e negra, as elites e as camadas mais baixas da população nos lugares que lhes foram oferecidos na organização da sociedade de classes se torna, deste modo, exercício fundamental para o entendimento das relações raciais estabelecidas no Brasil ao longo do século XX.

3.3 Integração do negro na sociedade e relações raciais: as peculiaridades do racismo brasileiro

Como foi dito anteriormente, nos abstermos de um estudo completo a respeito dos fatores que colaboraram para que o sistema escravocrata tenha perdurado no Brasil por mais de três séculos. Focamos aqui nas implicações que as formas de ajuste à sociedade de classes possibilitadas aos ex-escravizados e seus descendentes tiveram sobre as gerações que os seguiram, incluindo a atual, da qual fazem parte as jovens integrantes da JuNF.

Buscamos, diante disso, compreender as razões pelas quais os negros encontraram tantas dificuldades para se inserirem no novo formato de sociedade estabelecido posteriormente à mudança de regime – da monarquia para a república – e à abolição da escravidão. Florestan Fernandes (1965) pontua que esses dois processos não foram concomitantes e que a manutenção de estruturas fundamentais do antigo regime – como a exploração da mão-de-obra escrava e uma série de privilégios da elite – foram elementos cruciais para o estabelecimento de inúmeros obstáculos para a população negra.

Negros e mulatos permaneceram, mesmo depois de libertos, presos aos papéis sociais até então historicamente atribuídos a eles. Essa submissão se tornava necessária para que as elites pudessem manter distâncias e padrões herdados pelo status quo do estado monárquico. Tal fenômeno, contudo, não foi observado apenas no Brasil. Nogueira (1985) enfatiza que mesmo diante da mudança de regime e da possibilidade de mobilidade social advinda da modernização econômica e política, outros estados da América Latina não mudaram substancialmente a composição dos polos da estratificação social.

Também para este autor, a permanência de estruturas elementares do regime monárquico foi determinante. Ele aponta a manutenção da exploração do latifúndio como ato inaugural da hierarquização social brasileira baseada em fatores raciais ou étnicos, com brancos (europeus ou descendentes) no topo e negros e indígenas na base (NOGUEIRA, 1985). A permanência do latifúndio como motor da economia deu continuidade à perpetuação da imagem negativada de negros, indígenas e mestiços.

O homem branco, por sua histórica posição dominante, tornou-se, desta maneira, o único responsável pela implantação do novo regime. Houve uma preocupação em manter determinados privilégios das elites brancas, mas não houve ações deliberadas que tenham restringido a ascensão dos negros. Por isso acreditamos que o ponto central da nova organização social não foi a falta de acesso a direitos básicos de humanidade à população liberta, mas sim a conservação dos privilégios das elites. Essa é a principal evidência da omissão da elite branca e aristocrática frente à situação da população negra, que permaneceu isolada de oportunidades de inserção e ascensão social.

Para Fernandes (1965), o isolamento da população negra tem como elementos, além da visível integração deficiente, a degradação gerada pela escravidão, a anomia social e a pauperização. O preconceito racial pode ter agravado a situação do negro, mas não foi ele que deu origem a ela.

As tendências históricas de diferenciação e de reintegração da ordem social não favoreciam, de per si, nenhum agrupamento étnico ou racial determinado. Todavia isso acabava acontecendo, por vias indiretas. O envolvimento imediato nos processos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural dependia de recursos materiais e morais. Ou, em outras palavras, de recursos econômicos, de meios técnicos e organizatórios; em suma, as aptidões para responder efetivamente às exigências da situação histórico-cultural. Como ex-agentes do trabalho escravo e do tipo de trabalho manual livre que se praticava na sociedade de castas, o negro e o mulato ingressaram nesse processo com desvantagens insuperáveis (FERNANDES, 1965, p. 192)

O negro vivia em uma sociedade de classes sem estar verdadeiramente inserido nela. Ele não era livremente aceito tampouco tinha possibilidade de acesso a direitos e de frequentar determinados ambientes, em um desencontro com os preceitos do novo regime, que trouxe consigo justamente a celebração da igualdade. Seu isolamento, contudo, não era abertamente justificado pelo seu pertencimento racial.

Isso levava a população negra a não reagir. Não havia consciência plena da segregação. Consequentemente, os libertos e seus descendentes não se sentiam aptos, motivados ou amparados para competir ou enfrentar as elites em um embate pela garantia de acesso a direitos básicos.

Essa falta de reação tornou possível que a população negra liberta não tenha sido considerada, durante o período de consolidação do regime republicano, uma ameaça para a paz social. Não havia, no entendimento tanto das elites – que não observavam movimentações em prol de reivindicações – quanto das classes intermediárias e baixas – que não se sentiam aptas ou estimuladas a questionar as estruturas que dispensavam tratamentos desiguais a diferentes camadas sociais¹⁸ – motivos para ódio racial.

As elites insistiam, por meio de suas ferramentas de demonstrações de poder – mídias, instituições e relações interpessoais (nas quais estavam sempre em evidente vantagem) –, que quaisquer problematizações em torno da questão racial poderiam ter consequências negativas para os negros. Havia uma preocupação em silenciar agitações em torno da situação em que se encontrava essa parcela da população (FERNANDES, 1965).

Cabia, assim, ao homem branco definir o que era positivo e o que era negativo para a população negra. Esta dinâmica certamente dificultou a sua mobilização coletiva. O temor das consequências de um possível estímulo a problematizações em torno das questões raciais, fazia ainda com que o Estado utilizasse violência para conter qualquer mínima organização com esse objetivo, mesmo as mais pacíficas. “Preferia-se, tacitamente, que a “população de cor” jamais saísse de sua apatia e passividade” (FERNANDES, 1965, p. 203).

A abolição da escravidão, juntamente com a implantação deste novo regime – que exaltava o tratamento igualitário entre todos os indivíduos – foi combustível suficiente para neutralizar insatisfações e trazer à tona, com a força de uma verdade inquestionável e absoluta, o já mencionado mito da democracia racial. A propagação da ideia de existência de uma igualdade claramente inexistente fomentou a ideia de que a ascensão social estava ao alcance todos.

¹⁸ Para Fernandes (1965), as camadas médias e os imigrantes europeus recém-chegados ao Brasil mantinham-se neutros frente à situação degradante da população negra por duas razões distintas. Para os primeiros, o poder político não estava em disputa, enquanto os últimos foram motivados a concentrarem-se em fazer fortuna, quando não tinham o retorno à Europa como objetivo principal de sua estadia no Brasil. Já as elites não estavam interessadas na integração dos negros para que não se sentissem culpadas ou, pelo menos, acusadas do cruel destino da população negra.

A meritocracia passava, assim, a integrar o imaginário social brasileiro. Por meio do próprio esforço e dedicação, qualquer pessoa poderia atingir qualquer objetivo, não importando os obstáculos que lhes fossem colocados por outros indivíduos nem mesmo pelo aparato estatal (FERNANDES, 1965).

Popularizou-se, a partir daí, a ideia de que os graves e diversos problemas sociais e econômicos enfrentados pelos negros seriam naturais e passageiros. A concepção da transitoriedade das dificuldades da população negra, tanto quanto a do desconhecimento de sua origem, fez com que, conseqüentemente, a responsabilidade de superação das mesmas recaísse exclusivamente sobre os negros. “Se “o negro não tinha problemas” e se suas dificuldades fossem, de fato, naturais e “transitórias”, cabia ao próprio “homem de cor” lutar pelo seu erguimento e integração à sociedade de classes” (FERNANDES, 1965, p. 205-206).

Sem uma política estatal de enfrentamento a essas dificuldades específicas dos negros, restava a eles a possibilidade inserção por meio do estabelecimento e fortalecimento de relações interpessoais com pessoas ligadas ou pertencentes às elites.

Só restava, ao negro e ao mulato, a via consagrada tradicionalmente, da infiltração pessoal e da ascensão social parcelada, que não tinha suficiente alcance coletivo (pois corrigia aqueles problemas na escala dos indivíduos em mobilidade vertical) e possuía o inconveniente gravíssimo, no momento histórico, de promover reiteradamente a acefalização das “massas negras”. Terceiro, concentrando nas mãos do “homem branco” das camadas sociais “altas” o poder de juiz supremo, de árbitro da situação, de quem decide o que “convinha” ou “não convinha” ao “homem de cor”, individualmente, e à “população de cor”, coletivamente. (FERNANDES, 1965, p. 206)

Neste modelo de seleção, adaptavam-se e eram integrados fundamentalmente os negros em acordo com a lógica e os valores dos grupos dominantes. O que, mais uma vez, ia contra a ordem do novo regime, que se propunha igualitário e democrático. Fundado justamente sobre sua existência, o mito da democracia racial – ao excluir significativa parcela da população de oportunidades de ascensão – se mostrava, dessa forma, fator decisivo de retenção do desenvolvimento da ordem social competitiva proposta pelo regime republicano.

3.3.1 O passado no presente: a rigidez do privilégio branco

A rigidez das estruturas que sustentaram os privilégios da elite branca em terras brasileiras desde o período colonial – e que se consolidou durante a vigência do regime aristocrático – se demonstrou tamanha que nem mesmo a mudança para um regime que tinha a igualdade como pré-requisito para o seu desenvolvimento pleno foi suficiente para diluí-la.

Os padrões de relações raciais estabelecidas no interior da sociedade também foram diretamente afetados por esse rigor. Tanto que essas relações permaneceram estáticas a ponto de nos dias atuais ser possível visualizar suas estruturas mais elementares. Tal perspectiva confirma a validade deste estudo, pois conforme afirma Florestan Fernandes, “[...] ainda hoje seria possível descrever *ao vivo* tais estruturas raciais persistentes. Elas se preservaram com tamanha tenacidade, que seria perfeitamente possível e logicamente legítimo estudar o *passado* através do *presente*” (1965, p. 210).

De acordo com o que mencionamos anteriormente, em presença da imutabilidade do novo regime no que dizia respeito à abertura para a inserção da população negra, foi necessária aos negros a busca por estratégias de introdução na dinâmica socioeconômica do país. O estabelecimento e o fortalecimento de vínculos com a elite, herdados ainda do período imperial, foram notadamente a tática mais comumente utilizada em busca da aceitação e da ascensão social.

Os negros, contudo, precisaram aprender a conviver constantemente com sentimentos de deslocamento e isolamento. Mesmo aqueles criados em ambientes predominantemente brancos e que possuíam relações de proximidade com as elites enfrentavam o preconceito. Brancos permaneceram se comportando como brancos, negros como negros e mulatos como mulatos, estando os dois últimos grupos continuamente suscetíveis a tratamentos desrespeitosos ou humilhantes. Florestan Fernandes (1965) afirma que as relações de afetividade também foram fortemente ultrapassadas por essas questões.

Apesar do esforço realizado por alguns brancos para não colocar seus amigos negros em posição de menosprezo ou piedade, não raro ocorrem situações de embaraço para ambos os lados, quase sempre seguidas da tentativa de encontrar uma justificativa minimamente plausível – ao menos para os brancos – para a atitude inadequada. A jovem estudante de jornalismo da JuNF, Lélia, apresenta o relato de um evento ocorrido em sua escola, durante o ensino fundamental, que demonstra que episódios desse tipo seguem sendo comuns até os dias de hoje.

L: *Eu lembro que na verdade tinha outra menina que era negra, só que ela era de um ano a mais que o meu e eu lembro que ela não era negra como eu. O tom de pele dela era bem mais escuro que o meu e eu lembro que as meninas com quem eu andava foram totalmente escrotas com ela. Começaram a chamar ela de várias coisas e ela usava o cabelo crespo e tudo mais. Aí quando eu tava com elas e elas fizeram isso, meio que me deu um tapa na cara.*

Porque tipo eu também era negra e também podia estar naquela situação. E aí eu lembro que elas viraram pra mim e me disseram: “não se preocupa, tu não é tão negra quanto ela”. Aquilo meio que me fez querer sair da escola particular e foi o que me fez afastar de muita gente da minha turma. Daí eu comecei a andar com outras pessoas que tinham um outro pensamento e essa questão de raça não era tipo um diferencial. Claro que a gente sempre sofre racismo quando anda com pessoas brancas, enfim, esse foi um evento que me marcou e me marca até hoje. Eu sempre lembro disso.

A afirmação de Lélia a respeito da obviedade do preconceito sofrido cotidianamente por pessoas negras quando de seu convívio com pessoas brancas revela uma inalteração quase absoluta no quadro das relações estabelecidas entre esses dois grupos raciais no Brasil, mesmo depois de passados 128 anos da abolição da escravidão.

A ideia de que o branco exerce superioridade absoluta e inquestionável sobre o negro está de tal maneira incorporada nos indivíduos que a possibilidade de ascensão social, econômica e cultural do negro é diretamente relacionada à sua capacidade de assimilar e reproduzir condutas e comportamentos originados e propagados pelas elites.

As expectativas sociais geradas em torno do comportamento dos negros, no entanto, indicam a apresentação de um posicionamento sempre submisso. Mesmo quando operando como meros reprodutores dos costumes das elites, os negros são depreciados. No período pós-abolição, esse não era um comportamento bem visto pelos brancos, que o consideravam uma espécie de insubordinação, comumente identificado como ingratitude. Os negros que ascendiam, ainda que minimamente (ou ainda que se atrevissem a adotar uma suposta “alma branca”), passavam, desta forma, a ser considerados gratuitamente revoltados e violentos (FERNANDES, 1965).

Havia uma etiqueta que regulava as relações entre brancos e negros, e essa etiqueta previa sanções e punições de acordo com o comportamento destes últimos, considerados naturalmente inferiores. Paulatinamente, eles deixaram de ocupar e de aceitar os “seus devidos lugares” – amparados especialmente pelo advento das leis trabalhistas já na década de 1940 (fortalecido pela restrição da imigração proposta por Getúlio Vargas a fim de favorecer a mão-de-obra já disponível (SANSONE, 2004)) e pelo fortalecimento de movimentos políticos organizados, como a Frente Negra Brasileira, que estimulou a população “de cor” a

romper com a imagem do bom negro, evidenciando reiteradamente o uso que as elites fizeram dos negros para beneficiar-se e mantê-los sempre dispostos à sujeição.

A partir daí tornou-se perceptível que a manutenção das relações paternalistas entre brancos e negros não possuía mais sentido. Elas deixaram de oferecer vantagens a qualquer um dos dois grupos, convertendo-se, assim, em “um ônus severo e gratuito para o “protetor”; algo insatisfatório e ainda por cima infamante para o “protegido”” (FERNANDES, 1965, p. 221).

A imagem negativada, formadora de estereótipos e estigmatizante ainda atrelada aos negros permaneceu – e permanece até a atualidade – sendo reproduzida por meio de diversos canais. Goffman (2008) afirma que o estigma é “um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, [é que ele] é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem” (p. 13). A estética de ascendência negra, é utilizada, assim, para normatizar a estética branca como a padrão, impondo parâmetros, constituindo a estética universal ou considerada normal.

Para o Goffman (2008), os estigmas podem ser disparados por gatilhos diversos, mas possuem, todos eles, características comuns: “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus” (GOFFMAN, 2008, p. 14). Negros e negras são, no contexto sociocultural brasileiro, antes de quaisquer outras coisas, negros e negras e, apenas por isso, supostamente possuem determinadas características.

Seja como preguiçosos, pouco afeitos à limpeza, malandros ou violentos, os negros foram inseridos na sociedade de classes marcados pela sombra de uma suposta inferioridade que lhes seria natural. Pelo menos três correntes de estudos foram fundadas no Brasil a fim de compreender a construção dessa mentalidade.

A corrente denominada como *afro-brasileira* teve como expoentes o médico e antropólogo Nina Rodrigues e o psicólogo e também antropólogo Arthur Ramos. Eles realizaram seus estudos da perspectiva da aculturação e visavam “determinar a contribuição das culturas africanas à formação da cultura brasileira” (NOGUEIRA, 1985, p.73). A corrente denominada *estudos históricos* teve como destaque a obra e as reflexões de Gilberto Freyre a respeito do processo de inserção do negro na sociedade. A última corrente seria a *sociológica*

atual, que tem como foco de suas produções uma análise precisa das relações entre brancos e negros no Brasil.

Desses estudos mais recentes destaca-se a tentativa de definir as principais características da mecânica da discriminação racial praticada no Brasil. Nogueira (1985) afirma que os intelectuais brasileiros tendem a negar ou subestimar os efeitos do preconceito, especialmente pelo fato de eles predominantemente serem brancos.

Se os pesquisadores brasileiros tendem a naturalizar as opressões sofridas pelos negros no país, estudiosos estadunidenses enfrentam a mesma dificuldade de visualizar os mecanismos por meio dos quais o racismo se manifesta no Brasil. Contudo, esse fenômeno se repete entre os pesquisadores de diferentes nacionalidades por motivos distintos (NOGUEIRA, 1985).

Enquanto a trajetória de privilégios nem sempre reconhecidos embaça a visão dos pesquisadores brasileiros, a falta de demonstrações abertas e declaradas de racismo não permite aos anglo-saxões reconhecer como a segregação se efetiva em terras tupiniquins. As evidentes disparidades observadas nas relações raciais estabelecidas no Brasil e nos Estados Unidos são utilizadas, deste modo, como protótipo de definição do chamado racismo à brasileira.

3.3.2 Preconceito de marca e preconceito de origem: a alteridade que esclarece que racismo praticamos

Diante da dificuldade que diferentes grupos de estudiosos encontram em estabelecer como opera o preconceito racial entre brancos e negros no Brasil, nos apoiamos nos estudos realizados por Oracy Nogueira (1985) para determinar o que pode ser definido como preconceito racial e quais são as suas tipologias.

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se tem como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 1985, p. 78-79).

Na sequência analisamos as dinâmicas de proposição e os diferentes efeitos do racismo brasileiro (reconhecidamente classificado como preconceito racial de marca) – em contraste com o racismo estadunidense – procurando atrelá-los, sempre que possível, às vivências relatadas pelas jovens integrantes da Juventude Negra Feminina de Santa Maria.

Nogueira (1985) afirma que o enquanto o racismo de marca pretere negros, comumente relegando-o a posições subalternas, o racismo de origem os excluiu de maneira definitiva e inegociável.

A mencionada preterição vem à tona diante do depoimento de Valentina, jovem de 22 anos, estudante de Desenho Industrial da UFSM:

V: Teve um caso que eu fui tentar uma bolsa na Prae¹⁹. Daí a moça disse que tinha eu e uma outra guria pra conseguir a bolsa. E ela nem olhou na minha cara direito. Ela disse “depois eu te ligo” e aí ela deu a bolsa pra outra moça. E essa outra moça é loira. Só que isso não é o problema. Ela não precisava da bolsa, ela tinha dinheiro. E a minha amiga que trabalha lá ela disse que a guria tinha I-Phone e falava que viajava internacionalmente. Então, pela lógica, ela tinha que ter escolhido a mim, mas não escolheu. E depois eu parei pra pensar que lá só tem gente branca e a moça que me atendeu era loira. Daí eu pensei: “será que não é preconceito? Será que eu não tô sendo meio paranoica?”. Eu fico com isso na minha cabeça. Assim como pode ser, pode não ser. Mas eu fico com a impressão de que foi.

No Brasil a construção do branco e do não-branco se dá de forma muito subjetiva, sendo passível de muita variação. Nos Estados Unidos, por mais branco que seja em seu fenótipo, o indivíduo que tem ascendência negroide será considerado negro. Isso significa que enquanto aqui se discrimina em função do fenótipo, ou seja, da aparência, lá a discriminação pode ser desencadeada pura e simplesmente baseada na suposição do pertencimento racial (NOGUEIRA, 1985).

Relatos de discriminação motivados pela aparência são os mais comuns apresentados pelas integrantes da JuNF. Chama a atenção o relato de Vívian, estudante de Ciências Biológicas da UFSM, que evidencia como desde muito novas as pessoas negras são submetidas a situações de discriminação, ainda que não as percebam dessa forma.

¹⁹ Prae é a sigla utilizada pela comunidade da UFSM para se referir à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da universidade.

V: *Na JuNF eu comecei a perceber coisas que eu passava no fundamental e que eu não me dava conta que eram preconceito, como a questão do cabelo. Eu lembro que a uma das meninas falou: “quando a professora passa, ela sempre passa a mão no cabelo da menina que tem o cabelo liso e elogia e no teu ela nunca passou”. Daí eu comecei a lembrar que todas as minhas amigas eram brancas e todos os professores elogiavam os cabelos delas e nunca elogiaram o meu, daí eu comecei a perceber essas situações pelas quais eu passava e que eu não tinha notado até então. Não tinha notado por esse lado. Talvez na época eu sentisse alguma coisa, porque toda criança sente.*

O preconceito racial de marca pode ser definido como intelectual e estético. A intensidade do preconceito varia em relação direta com a intensidade dos traços negroides. Já o de origem caracteriza-se por ser mais emocional e integral, causando antagonismo e ódio entre diferentes grupos raciais (NOGUEIRA, 1985).

Os diferentes relatos das integrantes do coletivo deixam bastante claro que quanto mais crespo o cabelo, quanto mais largo o nariz, quanto mais escura a cor da pele, mais se intensificam as manifestações de racismo. Nina, Vívian e Valentina, que possuem fenótipos visivelmente mais miscigenados, ainda que já tenham notado expressões de racismo contra si, demonstram facilidade maior de inserção em grupos predominantemente brancos do que Alika, Silla e Preta, que possuem pele mais escura e cabelos mais crespos.

A discriminação racial também tem efeito sobre as relações interpessoais. Quando a discriminação é de marca as relações de intimidade cruzam facilmente a fronteira imposta pela diferença fenotípica. Quando ela é de origem, no entanto, essas relações são severamente restringidas pela diferença (NOGUEIRA, 1985).

Ainda que relatem dificuldades de socialização, todas as entrevistadas revelam estar inseridas em círculos sociais majoritariamente brancos. O fato de serem negras dificulta o contato inicial, mas não impede o estabelecimento de laços de amizade e lealdade com pessoas brancas.

A ideologia típica dos preconceitos de marca e de origem também é distinta. Enquanto no de marca existe uma expectativa de branqueamento e espera-se que índios e negros assimilem e reproduzam a cultura hegemônica imposta pelas elites brancas, no de origem a ideia é evitar por completo todo e qualquer tipo de relacionamento entre os grupos distintos.

Por definição, o primeiro é miscigenacionista e assimilacionista e o segundo racista e segregacionista (NOGUEIRA, 1985).

A expectativa de reprodução da cultura hegemônica, bem como a de branqueamento é corroborada quando Valentina relata a surpresa da família ao saber que seu primeiro namorado é seu colega de curso, porém negro. Por estar inserida em um ambiente elitista como a universidade, a família de Valentina não esperava que a filha viesse a se relacionar justamente com um jovem também negro.

V: *Quando eu mostrei a foto pra eles, eles disseram “ah! Ele é negro?”.*

A jovem não chega a mencionar um tom de desapontamento, mas a estranheza causada pelo acontecimento sugere que a expectativa era de que o companheiro de Valentina fosse ser branco. Esse mesmo episódio serve para a ilustrar a próxima peculiaridade do racismo à brasileira.

Nogueira (1985) indica que a discriminação racial faz distinção entre as diferentes minorias, o que implica no fato de onde se pratica o preconceito de marca a cultura do indivíduo assumir maior importância do que o seu pertencimento racial. Já onde o preconceito é de origem, a raça do indivíduo é mais determinante do que a sua cultura para a sua segregação.

O namorado de Valentina, assim, pode passar a ser melhor aceito pela família da jovem, ainda que seja negro. A sua inserção no ambiente acadêmico garante que o namorado esteja pelo menos no mesmo nível da filha – que já não é mais uma menina negra como a maioria das meninas negras pelo fato de ter acessado o ensino superior – e que existem para ele possibilidades efetivas de ascensão socioeconômica.

Quanto à etiqueta ou à vigília social em torno das manifestações de discriminação, no preconceito de origem há mais restrições em relação aos grupos discriminados do que aos discriminadores. Onde se pratica o preconceito de marca, contudo, há mais restrições em relação ao comportamento do discriminador do que do discriminado (NOGUEIRA, 1985).

O círculo de amigos de faculdade de Dandara, formado quase que exclusivamente por pessoas brancas ligadas a partidos de esquerda, se mostra quase na sua totalidade aberto a problematizações a respeito dos seus próprios casos de reprodução do racismo.

F: Por que tu acha que hoje a maioria dos teus amigos é branca?

D: Por causa dos espaços que eu tô inserida. Por causa da escola assim. Porque eles são meus amigos desde a pré-escola na verdade, e os novos amigos assim são da universidade né? Aí a U. é assim o lugar mais branco possível. Daí eu acho que é por isso.

F: Mas isso não é uma coisa que te incomoda?

D: Não, até porque eles estão abertos e dispostos a desconstruir assim. E eles são da militância também. Eles já desconstruíram bastante também e eu me sinto bem à vontade pra falar se eles falarem alguma coisa errada, racista, que me incomode, eu já falo.

A voz tranquila com que Dandara relata essa abordagem *desconstrutiva* com que precisa se aproximar dos amigos e colegas mais próximos quando considera necessário comprova que o comportamento de quem discrimina é alvo de maior atenção do que o comportamento de quem é discriminado no contexto brasileiro.

O efeito que essa postura gera nos discriminados pela sua marca acaba sendo uma consciência não-constante da segregação sofrida (NOGUEIRA, 1985). Silla afirma que sabe ter sofrido casos de racismo com uma frequência relevante ao longo da vida, mas em muitas oportunidades acaba não se recordando dessas ocasiões.

F: Tu te lembra de algum caso de racismo muito, assim, escrachado que tu tenha passado?

S: Eu não sei se a minha memória foi lá e sugou tudo isso, mas agora eu não lembro assim.

Tal percepção é posta em cheque, no entanto, quando, posteriormente a mesma entrevistada relata o incômodo sentido por um comentário feito pelo pai de seu namorado quando da primeira vez em que a jovem usou um turbante.

S: Um dia, uma das primeiras vezes que eu fiz turbante no meu cabelo, eu tava me achando o máximo, e ele disse: “ah, por acaso vai pra sessão hoje? Vai jogar búzios?”. Eu não sei se eu fiz uma cara muito feia, mas ele parou.

A reação a essas demonstrações de preconceito também varia. Quando tem natureza de origem, acaba gerando uma reação coletiva de hostilidade por parte dos discriminados ao grupo do qual faz parte o discriminador. Quando a natureza da discriminação tem a ver com marca carregada no fenótipo dos indivíduos, essa reação torna-se individual, causando pouca

ou nenhuma repercussão e tendo como alvo exclusivamente o indivíduo que a manifestou (NOGUEIRA, 1985).

Isso acaba resultando na inspiração de diferentes movimentos políticos. Enquanto no contexto estadunidense, a questão de classe fica em segundo plano, havendo, inclusive a possibilidade de se visualizar a formação de sociedades paralelas fundamentadas exclusivamente em critérios raciais, no contexto brasileiro passam a surgir movimentos que condensam discriminações raciais e de classe.

Como consequência, é comum que nos deparemos com depoimentos das jovens entrevistadas tratando a questão da pobreza como sendo totalmente indissociável da questão racial. O atrelamento imediato entre a imagem das periferias e a imagem da população negra é aparentemente natural para as jovens integrantes da JuNF.

Certamente o histórico que apresentamos até aqui a respeito das dificuldades enfrentadas pela população negra para ser aceita e integrada à sociedade de classes exerce influência sobre essa associação. Entretanto, é necessário que se reconheça que eventos ocorridos especialmente a partir da segunda metade do século XX colaboraram para a flexibilização das estruturas que asseguravam, em prejuízo da população negra, uma série de privilégios das elites e da população branca em geral.

A articulação e o fortalecimento de movimentos sociais organizados pela população negra, com uma visível abertura do Estado e de suas instituições para o diálogo, trouxeram à superfície debates importantes acerca de algumas de suas questões específicas. A criminalização do racismo, bem como a criação de uma mentalidade que condena social e moralmente demonstrações explícitas de discriminação racial e a implementação de ações afirmativas como a reserva de cotas para negros em processos seletivos em universidades, em concursos públicos e programas governamentais foram algumas das respostas do poder público para as reivindicações dos negros, agora conformados em um movimento social proposto e protagonizado por eles mesmos (SCHWARCZ, 2012).

A combinação dessa série de ações e reações, tanto por parte da sociedade civil – com ênfase das massas negras – quanto por parte dos governantes, abriu a possibilidade efetiva de introdução do negro na sociedade de classes e sua posterior ascensão. A seguir buscaremos compreender como essas transformações contextuais vêm atuando nas relações estabelecidas entre indivíduos dos diferentes grupos raciais, face ao acesso gradual e ascendente de negros a oportunidades no mercado de trabalho e de aprimoramento intelectual e profissional.

3.3.3 Integração e ascensão social: o progresso das famílias negras e as diferenças geracionais

Florestan Fernandes afirma que, na ocasião da abolição da escravidão, “fecharam-se todas as portas que poderiam colocar o negro e o mulato na área dos benefícios diretos do processo de democratização dos direitos e garantias sociais”, os acorrentando “aos grilhões invisíveis do seu passado, a uma condição sub-humana de existência e a uma disfarçada servidão eterna” (1965, p. 197). As oportunidades de acesso a esses benefícios direto foram cerceadas por meio da manutenção das já mencionadas relações raciais estáticas.

O que é importante que frisemos neste trabalho, contudo, é o fato de que essas relações raciais tinham, sim, implicações diretas nas relações interpessoais, mas exerciam influência definitiva também na possibilidade de acesso ao recente mercado de trabalho que passava a ser constituído no Brasil. Imigrantes europeus que vinham, em um regime de trabalho assalariado e livre, substituir a mão-de-obra escravizada foram contínua e rapidamente inseridos nas lavouras de café (FERNANDES, 1965).

Descendentes das elites e das camadas médias ocuparam progressivamente os postos de comando das empresas privadas e também das instituições públicas, restando aos libertos e seus descendentes a execução de tarefas com menor exigência de instrução com evidente provisão de baixo rendimento.

O espaço “cativo” dos brancos correspondia ao das ocupações de mando, que expressavam poder ou posse dos meios de produção. O “espaço negro” equivalia ao das atividades manuais ou de produção, que envolviam dispêndio de esforço físico. Nessa condição, para os pretos, a possibilidade de exercício de funções de chefia se concentrava nos escalões intermediários. No máximo, assumiam funções de supervisão. (SANTANA, 2014, p. 26)

Esse quadro foi sendo alterado muito lentamente ao longo das primeiras décadas do século XX. Apesar disso, essa alteração se deu em contraste com o que sugeriam alguns dos principais estudiosos do período a respeito da integração do negro na sociedade de classes. Diferentemente do que se propunha, o sistema competitivo não ofereceu, por si só, as condições para que os negros e os mulatos entrassem em igualdade de condições na disputa por um nível mais elevado de qualidade de vida (SANTANA, 2014).

Foram necessárias articulações coletivas – como a constituição de movimentos sociais, clubes negros e demais espaços que privilegiavam a convivência e a celebração da cultura compartilhada entre os descendentes dos libertos – e também estratégias individuais de ascensão. Giane Escobar afirma que “[...] os clubes sociais negros constituíam lugares de distinção de uma “raça”, dos negros empoderados pela mobilidade social proporcionada pelo trabalho remunerado” (ESCOBAR, 2010, P. 75), ratificando a tese levantada por Fernandes (1965) de que a assimilação e a reprodução de hábitos e costumes originários das elites brancas funcionaram como mecanismo de inserção desde os primeiros anos depois de abolida a escravatura.

É necessário, contudo atentar para o fato de que essa distinção não tinha efeitos sobre o todo social. Negros em seus espaços minimamente privilegiados constituíam “uma elite que somente se afirma na solidão, separada dos brancos por imposição destes, separadas dos demais negros por exigência do próprio projeto de afirmação da distinção” (GIACOMINI, 2006 *apud* ESCOBAR, 2010, p. 79)

Se a assunção desse comportamento inicialmente era encarada como petulância (FERNANDES, 1965), findadas as relações paternalistas elas se tornaram armas efetivas de inserção em espaços mais severamente restritos aos negros. Santana aponta “o casamento inter-racial, principalmente entre o homem negro e a mulher branca, o apadrinhamento de indivíduos negros por famílias brancas e o embranquecimento, referindo-se à adoção de valores e comportamentos ou relacionamentos identificados como brancos” (2014, p. 42) como as ferramentas mais acessíveis e mais comumente utilizadas para que os negros e mulatos ascendessem em conformidade com a mentalidade das elites.

Porém, estudos mais recentes, como os realizados por Ivo Santana (2014) “sinalizam para certo esgotamento da utilização dessas estratégias pelos negros em ascensão” (SANTANA, 2014, p. 42). A organização coletiva da população negra levou o estado brasileiro a reconhecer a democracia racial como um mito e a buscar efetivar ações que reparassem os danos causados à população negra pelos anos de segregação não declarada.

As chamadas ações afirmativas foram e seguem sendo alvo de grande controvérsia no espaço público pois a reserva de vagas em processos seletivos de instituições de ensino superior e no serviço público materializa o início de uma ação estatal voltada para a compensação dos prejuízos culturais, simbólicos e materiais sofridos pela população negra e

para o reconhecimento da validade das contribuições de tal grupo racial na composição social, econômica e cultural do país.

Se uma comunidade consolidada a partir de uma identidade de interesses não é contemplada pelo discurso jurídico, ela concluirá naturalmente que o Estado não lhe outorga existência. A lei, desta forma, se comporta como a instituição que reconhece e define o formato de cada uma das coletividades cuja vida pretende reger. Desta forma, a luta pelo direito é a luta por obter essa definição, e quem consegue acessá-la exibe essa capacidade, essa plenitude ontológica, esse estatuto de ser-entre-os-outros, por cima daqueles que não conseguem (SEGATO, 2010 *apud* JARDIM, 2013, p. 124)

Observa-se, assim, um movimento cíclico. O fortalecimento da identidade reforça o interesse em integrar espaços institucionais de participação social, bem como a participação nesses espaços colabora para o reforço da identidade étnica e para a criação de laços de solidariedades entre negros e negras no Brasil. É necessário formar profissionais negros que deem visibilidade às questões referentes à população negra e, tão fundamental quanto isso, é que esses profissionais possuam possibilidades evidentes de ocupar postos de trabalho que os permitam intervir de maneira ativa em questões relacionadas a ela.

Jardim (2013) explicita ordenadamente quais são os sinais que demonstram o racismo inato às instituições brasileiras. De acordo com a autora, essas instituições

1) [...] consideram os sujeitos como inadequados às lógicas institucionais; 2) [...] os retiram de suas posições de sujeitos no mundo, desqualificando seus registros e linguagens próprias; 3) [...] desqualificam os sujeitos que desafiam os limites do entendimento das políticas universalistas os relegando a condição de exceção (JARDIM, 2013, p. 127)

Santana (2014) indica que as trajetórias de negros que alcançam níveis elevados de ascensão social são, ainda hoje, incomuns e geram sentimentos de isolamento e deslocamento tanto no interior do grupo de pares socioeconômicos quanto no interior das relações de intimidade, entre amigos e familiares negros que permanecem ocupando os mesmos postos de trabalho e inseridos nos mesmos universos de consumo.

Na relação com as famílias de origem, conflitos e desconfortos ainda se fazem notar, especialmente pelo desnível social entre os sujeitos e seu entorno parental. O fato de serem os únicos que ascenderam no círculo familiar “incomoda, dá um sentimento que não diria que é de culpa, às vezes é vergonha mesmo, quando eu vejo que, enquanto eu avanço, está todo o resto lá... parado: irmãos, tias, primas”. Nessa fala denota-se um desconforto que só parece encontrar alívio ou compensação na solidariedade prestada aos parentes. (SANTANA, 2014, p. 37)

O fato de que negros podem vir a se sentir constrangidos por haver ascendido socialmente evidencia como está incorporada pela sociedade brasileira, mesmo depois do esforço do movimento negro de propor políticas públicas reparatórias, a ideia de que o negro estaria fadado à pobreza e ao conformismo. Para Jardim, a maneira mais enérgica de romper com essa lógica é a elaboração de um “conhecimento permeado pela perspectiva étnico-racial [...] presente na formação de quadros técnicos, nas diversas áreas de conhecimento e convertidas em prioridade na pauta dos agentes de Estado” (2013, p. 128). Ela é enfática ao afirmar que

as cotas garantem a necessária habilitação de mediadores que potencializem a capacidade de grupos de se inscreverem na “economia política da produção (da diferença) cultural” (RESTREPO, 2002, p. 35) e assim rompam com a invisibilidade a que foram relegados historicamente (JARDIM, 2013, p. 128).

A formação deste quadro de profissionais e intelectuais possibilitaria a formação de uma rede de negros e negras engajados na perpetuação da ascensão já alcançada por eles. Retirar-se-ia da ascensão social dos negros, dessa forma, o espectro individualista herdado da mentalidade das classes média brasileiras, que frequentemente atribuem apenas à força de vontade e ao interesse do sujeito a sua realização profissional (SCOTT, 2011).

Conforme mencionado por Santana, quando ele analisa a produção de Ângela Figueiredo (2002), para que se constitua essa rede, é importante que se observe como ela já existe em determinados grupos raciais:

[...] os projetos de ascensão dos imigrantes e seus descendentes são grandemente facilitados pela utilização de estratégias de socialização e de solidariedade étnica entre os membros de origem comum, ou seja, eles lançam mão de ajuda mútua. Já os negros não recorrem a essas formas tradicionais de solidariedade étnica. Pelo contrário, [...], a ascensão social destes tem sido historicamente orientada a partir do uso de estratégias individuais associado à assimilação dos códigos e valores da sociedade dominante. [...] As estratégias coletivas de solidariedade, quando se apresentam, nunca extrapolam o nível familiar e nessa condição, as dificuldades se ampliam, pois, além de não contarem com os recursos de que desfrutavam algumas minorias étnicas no país, os negros têm contra a sua ascensão o racismo, que os põe constantemente em situações de ter que provar a sua capacidade profissional. (2014, p. 27)

Em uma exploração detalhada a respeito das relações de solidariedade e de desigualdade em famílias brasileiras, o pesquisador Parry Scott revela que não é raro que exista algum tipo de “tensão entre projetos individuais e projetos familiares, que contribuem para conflitos entre parentes” (2011, p. 85), forçando, muitas vezes o rompimento de laços de lealdade do sujeito com seu grupo familiar.

Valentina, jovem integrante da JuNF, filha de uma costureira e de um operador de máquinas da prefeitura de Santa Maria, tem cinco irmãos. Ela conta que a falta de planejamento fez com que ela precisasse morar durante um período fora de casa quando de seu ingresso no curso de Desenho Industrial da UFSM.

F: *Tu sempre morou com teus pais?*

V: *Sim Às vezes eu passei umas temporadas na casa da minha avó por algumas dificuldades que meus pais tinham, não tinha internet em casa por um tempo e é mais perto da parada e tal, mas agora tô morando com eles de novo.*

F: *E essas temporadas aconteceram em que época da tua vida?*

V: *Depois do Ensino Médio, logo que eu entrei na faculdade.*

[...]

F: *Quando se tem cinco irmãos, se tem muitas privações por ter que dividir tudo?*

V: *Sim. Eu cresci também no mesmo quarto que eles e depois com 15 anos acho que meu pai fez um quarto pra mim só. Mas daí eu tive que ir morar com a vó igual por causa da internet. Enfim, eu digo pra eles: “vocês não se planejaram, fizeram cinco filhos e agora eu tô aqui”.*

Este relato não me causou muita estranheza. O nível de escolaridade de minha mãe é ensino fundamental incompleto e o de meu pai ensino médio incompleto. Atribuo a essa diferença de escolaridade entre nós a dificuldade que os mesmos – assim como meus dois irmãos (os dois homens e com ensino médio incompleto) – possuem de entender o tempo e a energia que preciso dedicar às tarefas acadêmicas.

Meu pai, apesar de demonstrar orgulho de minha trajetória profissional e acadêmica – especialmente pelos relatos constantes aos amigos sobre fatos relacionados a ela –, frequentemente menciona uma suposta facilidade na execução de minhas atividades, o que me causa um incômodo profundo. Diante disso, recordo-me ainda de uma reunião realizada apenas entre as meninas que integravam o Afronta – o coletivo de estudantes afro da UFSM – ao qual estive integrada durante a graduação.

Uma das meninas, estudante de Fisioterapia, era filha de uma empregada doméstica e não contava com apoio emocional nem financeiro do pai para manter suas despesas em dia. A jovem, chorando, relatou diversas vezes ter se desentendido com tias e primas que consideravam um capricho o fato de ela querer estudar Fisioterapia em uma universidade pública no turno diurno, já que era filha de uma doméstica. Alguns de seus familiares consideravam que a mãe estava sendo explorada e que aos 23 anos a jovem deveria não

apenas responsabilizar-se plenamente pelo próprio sustento, mas assumir as despesas da mãe que a havia sustentado ao longo de toda a vida. Afastar-se desses familiares acabou se tornando inevitável para que o seu projeto se executasse. Algumas semanas antes da entrega desse trabalho a jovem recebeu seu diploma de fisioterapeuta.

Em diversos momentos ao longo de suas trajetórias, as jovens integrantes da JuNF oriundas de famílias mais pauperizadas e chefiadas por homens e mulheres menos escolarizados também precisaram negociar pertencimentos e fazer escolhas. Seja se afastando de familiares ou amigos de longa data ou se inserindo de maneira incompleta na dinâmica de relações de suas instituições de ensino, elas, em algum momento foram pressionadas e precisaram dar conta de suas atividades sobrecarregadas emocional e fisicamente, ou ainda abrir mão de executá-las, conforme Silla – também estudante de Desenho Industrial e filha de um bombeiro militar aposentado e uma faxineira – expõe por meio do depoimento abaixo:

F: *Tu passou durante o teu curso algum tipo de privação pela questão financeira mesmo?*

S: *Eu já larguei disciplinas porque a gente gasta muito. Tem que ir lá pegar alguma coisa, tem que fazer teste. Então eu já tive que largar uma disciplina porque tinha que imprimir tal coisa, daí eu não conseguia. Era na época que eu não tinha bolsa e eu não me sentia à vontade de ficar pedindo dinheiro toda hora pros meus pais, eles pagaram todo o material e em um semestre tu gasta tipo mil reais brincando com material. É muito dinheiro que se vai. Daí eu gastava muito, pagava passagem, mais o almoço no RU.*

F: *E o curso não oferece nenhum tipo de suporte?*

S: *Não, isso que a gente compra num lugar mais barato que tem, mas assim mesmo é folha, é régua, aos poucos quando tu vai ver é um gasto enorme.*

Fica evidente, através da compilação dos dados obtidos em todas as entrevistas, que apesar da criação das políticas públicas voltadas à população negra, bem como de uma nova mentalidade – criada pela mídia e pelo acesso a mais informações sobre a história do povo negro no Brasil – em torno das questões étnicas (FIGUEIREDO, 2002), a escolaridade e o histórico funcional dos pais de cada uma das jovens entrevistadas exercem influência, se não determinante, pelo menos relevante na trajetória e no projeto das mesmas. Na sequência deste trabalho observamos como essas “heranças” operam na vida de quem as recebe, dando origem a uma série de diferenças nas posturas assumidas e nas ideias propagadas especialmente entre pais e filhos.

O sociólogo italiano Livio Sansone realizou um estudo minucioso a fim de identificar diferenças geracionais na integração ao mercado de trabalho entre gerações distintas e imediatamente sequentes de famílias negras baianas. A principal constatação do autor foi o avanço da escolaridade entre as gerações que compunham a juventude no início da década de 2000 em relação aos seus pais (SANSONE, 2004).

Todavia, essa ampliação não trouxe a esperada e aparentemente óbvia ascensão socioeconômica. Além das questões diretamente relacionadas ao contexto local, outros elementos, de cunho mais universal, atuam sobre esse episódio. Inicialmente Sansone destaca que os jovens abordados por ele não vinculam indissociavelmente o aprimoramento profissional e intelectual e a elevação do padrão de vida, demonstrando uma evidente “falta de confiança na instrução” (2004, p. 54); posteriormente ele relata como muitos deles aparentam constrangimento em assumir a informalidade de suas ocupações, preferindo serem considerados desempregados.

Seus pais, no entanto, referiam-se com orgulho ao ofício cumprido, ainda que ele fosse de baixo rendimento e/ou prestígio social. Para os jovens assumir estar em um emprego informal ou pouco prestigiado equivalia a assumir estar em um emprego inadequado (SANSONE, 2004). “Os jovens tinham aprendido a acreditar na mobilidade social, no “progresso”, mas sentiam-se excluído dele” (SANSONE, 2004, p. 55).

Pelo maior grau de instrução, pelo maior acesso à informação – principalmente por meio da televisão – e por circularem mais pela cidade, os jovens dos anos 2000 estavam em maior contato com os novos padrões de consumo ostentados pelas classes médias e, também em função disso, criavam expectativas cada vez maiores de ascensão social. Desta forma, especialmente aqueles com menos de 25 anos, não se sentiam incomodados em esperar pelo emprego ideal, embora não possuíssem a experiência profissional de seus pais nem a formação especializada necessária para ocupar os postos de trabalho com maior remuneração (SANSONE, 2004).

Enquanto os pais, que eram menos escolarizados, contavam com mais oportunidades de trabalho e dispunham de menos tempo livre, os filhos, mais instruídos, contavam com mais tempo livre, mas com menos dinheiro para satisfazerem seus anseios de consumo. Consumo este que se tornou uma obsessão para as juventudes do início da década de 2000 (SANSONE, 2004).

À medida que a principal fonte de *status* dos pais – sua situação no mercado de trabalho – foi-se tornando cada vez mais precária, os jovens abaixo de 25 anos, em particular, passaram a depositar mais ênfase no poder aquisitivo: num padrão de consumo novo e mais agressivo, que seria impossível de satisfazer com qualquer dos empregos convencionais que esses jovens de classe baixa poderiam ter a esperança de obter. [...] O *status* criado pelo consumo ostensivo era especialmente exibido na parte do tempo de lazer passada em público. Isso dava uma importância especial ao lazer público até mesmo dos desempregados ou subempregados. Comparada aos pais, a nova geração investia menos na família e confiava mais numa melhora vertical e individual da posição social (SANSONE, 2004, p. 58-59)

Havia uma clara disparidade entre as percepções de ambas as gerações a respeito do que significava qualidade de vida. Enquanto “os pais julgavam ter uma situação melhor, em comparação à de seus próprios pais” (SANSONE, 2004, p. 55), por se alimentarem melhor, possuírem residências mais confortáveis e terem uma expectativa de vida maior, os filhos demonstravam insatisfação com o padrão de vida que lhes era proporcionado e desânimo diante das poucas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho que estavam ao seu alcance. Fixados na ideia de ascender socialmente e se integrar aos padrões das camadas médias de consumo – ainda que pouco dispostos a “se dedicarem a estudos mais prolongados e mais difíceis” (SANSONE, 2004, p. 53) –, eles apresentavam comportamentos que evidenciavam o fato de estarem tornando-se progressivamente mais exigentes.

Para os pais essa postura indicava a assunção de um tom prepotente, que colaborava para o acirramento dos processos que resultavam no isolamento social dos filhos. Sansone (2004) propõe que as duas gerações optaram por estratégias diferentes para manterem-se no trabalho. Os pais afirmavam possuir um “respeito” muito grande por pessoas brancas e/ou ricas, mantendo uma atitude inspirada na ideia de humildade. Era como se, reproduzindo o comportamento vigente nas primeiras décadas do século XX, eles reconhecessem qual era seu lugar na sociedade.

Os filhos, respectivamente, mostravam-se poucos dispostos a reproduzir tal conduta. Para eles, que se ofendiam mais facilmente com tratamentos que consideravam autoritários ou desrespeitosos – não importando se esses tratamentos vinham de pessoas brancas e/ou ricas –, acatar ordens sem a possibilidade de questionamento correspondia a aceitar ser humilhado (SANSONE, 2004). O relato da jovem Alika confirma esse novo modo de relacionar-se:

A: *Eu trabalhei como garçonzete aqui em Santa Maria quando eu cheguei, trabalhava ali no Zeppelin. Consegui trabalhar bastante tempo, foi bacana e eu recebia 50 reais por noite. Era legal porque se eu trabalhasse três dias na semana era 150 reais, então ajudou muito a gente a se manter. Só que depois eu saí de lá porque eu sofri uma situação racista. Foi bastante*

incômodo, me pareceu de certa forma um descuido, um hábito. As pessoas têm o hábito de ser racistas, daí quando elas são racistas com uma pessoa negra, militante, consciente aí é diferente. Daí a reação da pessoa que teve a ação racista e a reação da pessoa que sofreu a ação racista são dois choques né? Foi uma situação incômoda que teve uma infestação de baratas e eu fui a primeira a ver a infestação e saí correndo avisando as pessoas na cozinha e tal pra dar um jeito naquilo. Depois que o problema já tinha acabado, e foi meia hora antes de abrir, a dona do restaurante me fez uma piadinha: “a Andressa ficou branca de susto”. Aquilo me causou incômodo e ela se deu conta do que ela fez só que não houve uma retratação, um pedido de desculpas e aquilo foi gerando incômodo porque eu não tive uma reação momentânea de dizer tipo “não faz isso, tá errado” e também não teve uma reação dela de retratação e isso causa incômodo e eu acabei não indo mais.

Essa nova postura pode ser considerada uma consequência deste processo de ampliação da escolaridade ao qual já nos referimos. Se entre os jovens negros em geral esse fenômeno exerceu profundas alterações em seu modo de perscrutar os diversos espaços em que estavam inseridos, para as jovens mulheres negras esse processo se deu de maneira ainda mais intenso, resultando, em muitas oportunidades, em um sentimento de inadequação tanto em ambientes formados predominantemente por brancos quanto naqueles formados predominantemente por negros.

Sansone aponta para o fato de que

como em muitos outros países do Terceiro Mundo, a revolução do ensino no Brasil, nas últimas décadas, foi mais eficiente entre as mulheres do que entre os homens. Muitas mulheres de classe baixa têm agora dificuldade de encontrar o parceiro certo em seu estrito meio social, e a cesta dos parceiros (como os demógrafos chamam o conjunto de homens casáveis) fica ainda mais reduzida, em decorrência do alto índice de criminalidade e das mortes violentas, que afetam sobretudo os adolescentes e jovens do sexo masculino com baixo nível de instrução (2004, p. 52)

Notamos, por meio desta constatação que, ainda que a juventude negra esteja, em sua totalidade, exposta a dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais similares, há eventos e vivências observadas em suas trajetórias determinados pelo seu gênero. É necessário que reconheçamos que o fato de elas serem mulheres interfere no projeto das jovens que entrevistamos.

3.4 Interseccionalidade: quando o gênero interfere na vivência dos projetos

Quando da realização das entrevistas que compõem este trabalho, identificamos o estabelecimento de um padrão: praticamente a totalidade das jovens integrantes da JuNF contaram, ao longo de suas trajetórias, com a presença de pelo menos uma mulher que lhes serviu de exemplo para que definissem sua trajetória profissional, intelectual e também afetiva. Mães, avós, tias e irmãs desempenham papéis de destaque na vida destas meninas²⁰. Verifica-se tal fato nos depoimentos reproduzidos abaixo:

Valentina: *A minha vó é um exemplo pra mim de mulher negra. Ela criou onze filhos, ela que trabalhava e ela diz que nunca precisou bater em nenhum deles e ela é uma pessoa que impõe respeito e eu vejo muita força nela.*

Silla: *Eu sempre achei a minha avó paterna muito guerreira, por meu avô ser militar. Que antes eles tinham um monte de filhos né? Então dela ser guerreira, cuidar de todas as crianças e elas terem crescido, serem umas pessoas bem-sucedidas e por ela ser de religião, sei lá, meio que minha heroína. Eu me espelho muito nela. Eu comecei a deixar as unhas crescer porque eu lembro que ela tinha umas unhas compridas e pintadas de marrom e vermelho, é uma grande referência que eu tenho dela. É uma grande referência de mulher forte pra mim. A gente todo domingo, querendo ou não, tinha que ir pra casa da minha avó, era costumeiro, todo mundo se reunia na casa dela.*

Lélia: *Eu, na verdade, considero duas pessoas bem importantes na minha vida as minhas duas irmãs, porque elas têm uma influência muito grande em quem eu sou. Principalmente porque quando a gente era criança o pai e a mãe trabalhavam fora por muito tempo e isso meio que nos obrigou a ficar mais juntas, mais próximas. Até hoje se alguma precisa de alguma coisa, uma socorre a outra. Então a gente meio que cresceu com personalidades muito parecidas.*

²⁰ Observamos ao longo deste trabalho que, embora familiares mulheres tenham se destacado predominantemente na formação da personalidade das jovens entrevistadas, não consideramos que aqui, pode ser identificado o fenômeno da matrifocalidade proposto por Smith (1956). Todas as integrantes do coletivo são oriundas de grupos familiares tradicionais, exceto Alike, que foi criada pelos avós maternos, mas também sempre contou com a estrutura de um casal heterossexual na chefia da família.

Relações de companheirismo, bem como de admiração, com outras mulheres negras parecem ser o gatilho que despertou muitas das entrevistadas para a importância de uma formação intelectual e profissional sólida. Ao longo das entrevistas, especialmente quando falam de seus planos, é comum que as jovens utilizem expressões como “força de vontade”, “mudança” e “independência”, sempre utilizando como fontes de inspiração as histórias e trajetórias de suas familiares.

Tanto como provedoras, responsáveis exclusivas pela criação dos filhos, quanto como profissionais bem-sucedidas, essas mulheres negras, especialmente as da geração imediatamente anterior à das entrevistadas, ditam modelos de ascensão e aceitação social. O já mencionado avanço mais visível do nível de escolaridade entre as mulheres do que entre os homens das camadas mais baixas da sociedade, se reproduziu também entre os negros, resultando no fato de que os homens das famílias das jovens mais pobres da JuNF tenham permanecido excluídos dos processos de ascensão nos quais suas primas e irmãs já estão inseridas.

Estudos realizados pelo pesquisador Adriano Senkevics (2012) a respeito da frequência, defasagem e longevidade da vida escolar entre diferentes grupamentos raciais e de gênero confirmam essa tese. Por meio da análise de dados obtidos na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad) de 2009, o autor nos informa que quando se avalia a longevidade escolar do ponto de vista das diferenças entre os mais ricos e os mais pobres, aqueles que pertencem às camadas mais abastadas possuem, em média, 10,7 anos de estudo contra uma média de 5,5 anos de estudo dos menos abastados. Quando essa avaliação tem como fator de diferenciação o pertencimento racial, brancos apresentam uma taxa média de 8,4 anos de estudo ao longo de suas vidas, em face dos 6,7 anos de estudo dos negros (SENKEVICS, 2012a).

Outro dado revelador, sobre a frequência escolar, indica que entre jovens negros com idades variando entre 18 e 24 anos, 24% dos homens estão matriculados em algum nível de ensino, contra uma taxa de 28% entre as mulheres (SENKEVICS, 2012b). Quando se analisa a defasagem, ou seja, a relação de inadequação entre a idade do sujeito e a sua série escolar, percebe-se que, em todas as etapas de ensino os homens negros apresentam taxas mais negativas que as mulheres negras (SENKEVICS, 2012c). Destacamos, contudo, o fato de que,

quando desconsideradas as diferenças de gênero, há praticamente o dobro de jovens negros com idades entre 18 e 24 anos matriculados no ensino médio do que no ensino superior²¹.

Essa diferença de escolaridade entre jovens mulheres e jovens homens negros se confirma quando voltamos nosso olhar para a realidade dos depoimentos fornecidos pelas entrevistadas Dandara e Valentina. Dandara tem três irmãos – dois homens e uma mulher. Enquanto ela está matriculada no quinto semestre do curso de Psicologia e a irmã é graduada em Ciências Contábeis, os dois irmãos homens concluíram o ensino médio, mas não acessaram ou concluíram o ensino superior.

Já no caso de Valentina, que tem cinco irmãos – uma mulher e quatro homens –, esse fenômeno fica ainda mais explícito. A jovem integrante da JuNF frequenta o curso de Desenho Industrial da UFSM e sua irmã é formada em Tecnologia dos Alimentos, enquanto os dois irmãos mais velhos – de 24 e 26 anos – concluíram apenas o ensino fundamental e os dois mais jovens estão matriculados no ensino médio.

O relato quase unânime das jovens indica uma cobrança sempre mais ávida sobre o desempenho escolar das filhas mulheres do que dos filhos homens. A entrevista de Valentina reforça essa visão.

F: *Por que que tu acha que tua conseguiu fazer o Ensino Superior?*

V: *Porque as mulheres sempre estudam mais que os homens, parece. Eu tenho essa impressão, sabe. E eles dizem “ai, porque vocês ficaram lá na vó e tal”, mas não tem nada a ver. É questão de ter vontade e eles não tiveram e a gente teve.*

F: *Tu acha que é simplesmente porque as mulheres têm mais vontade?*

V: *É, parece que os meus irmãos são desmotivados por alguma coisa e eu noto isso no bairro, que a maioria das gurias é que estuda e tal...*

[...]

F: *Tu sente que teve mais cobrança em relação a ti e a tua irmã em relação aos estudos do que aos teus irmãos homens?*

V: *Sim.*

F: *E por que tu acha que essa cobrança é maior com as meninas?*

V: *Eu não sei se é um excesso de machismo, sei lá, tipo pra minha mãe desde pequena eu que tinha que fazer as coisas da casa, eu era obrigada a arrumar as camas dos meus irmãos, por*

²¹ Senkevics (2013) destaca que essa disparidade se dá entre aqueles jovens negros que se autodeclararam pretos, excluindo da computação dos dados as informações fornecidas pelos jovens que se autodeclararam pardos.

exemplo, de manhã e isso, sei lá, parece que sempre foi voltado pra gente, a gente que tinha que ser esforçada.

F: *E tu acha que isso era bom ou ruim no fim?*

V: *Eu achava ruim. Eu não sei se é bom na real. Eu acho que tinha que ser com todos eles o mesmo jeito, o mesmo tratamento, esperar a mesma coisa. Se a gente foi capaz, eles também são, foram criados na mesma casa, do mesmo jeito.*

Os dados analisados por Senkevics demonstram que o que se passa com os irmãos de Valentina, mais do que o que se verifica entre os irmãos de Dandara, é um fenômeno de larga escala. Mesmo quando excluído o fator racial, autor afirma que “os meninos se concentram nas séries iniciais do EF²², enquanto as meninas predominam do 7º ano em diante, permanecendo na frente até o ensino superior e pós-graduação” (SENKEVICS, 2012d).

Contudo, se nas etapas mais avançadas de ensino as mulheres têm predominância sobre os homens de forma indistinta, é neste período que as diferenças raciais entre elas vêm à tona. As formas de apropriação e ocupação do espaço acadêmico socialmente consideradas possíveis e adequadas às mulheres negras no nível de graduação indicam que condições alheias à sua vontade, empenho e disponibilidade interferem no seu processo de formação intelectual e profissional (GÓIS, 2008). Estudo realizado na Universidade Federal Fluminense no ano de 2008 dedicou-se a examinar as diferenças existentes entre as mulheres negras e as mulheres brancas no ensino superior no Brasil. Por meio da análise da área de concentração dos cursos em que essas mulheres estão majoritariamente matriculadas, do tipo de escola frequentada, do histórico de trabalho durante o ensino fundamental e médio, da renda familiar, da escolaridade dos pais e das mães, do local de residência, da trajetória de ingresso no ensino superior e das condições de permanência na universidade, Góis concluiu que o “avanço da escolarização feminina, em particular o crescente ingresso e permanência das mulheres no sistema de ensino superior, tem se dado de modo distinto entre os indivíduos de diferentes grupos raciais” (2008, p. 764).

O autor afirma que as estudantes negras ingressam com idades mais elevadas do que as estudantes brancas no ensino superior. De acordo com ele, essa diferença possivelmente se justifica pelo histórico de trabalho durante o ensino fundamental e o ensino médio, mais comum às estudantes negras do que às brancas. A necessidade de trabalhar – em função da

²² Sigla para Ensino Fundamental.

renda familiar comprovadamente mais baixa – acidenta a trajetória acadêmica – já prejudicada pela baixa qualidade da maioria das escolas públicas da periferia (local em que residem a maioria das estudantes negras) (GÓIS, 2008).

Durante o ensino superior a maioria das alunas negras precisa continuar trabalhando, o que faz com que optem por cursos com notas de corte mais baixas e reduzida exigência de investimentos financeiros. Assim, é mais comum o seu ingresso em cursos noturnos, de "menor valorização social e previsão de remuneração mais baixa" (GÓIS, 2008, p. 764).

Durante o ensino superior, essas alunas desfrutam de condições de permanência mais precárias, pois "se beneficiam menos de bolsas que poderiam contribuir para uma trajetória educacional de melhor qualidade" (GÓIS, 2008, p. 765). Daí vem a previsão de uma remuneração mais baixa, em função da formação profissional mais fragilizada. Essas informações indicam que, mesmo com a implementação da política de cotas, a inserção das jovens negras no ensino superior não equivale necessariamente à ascensão social nem à elevação da qualidade de vida das mesmas e suas respectivas famílias.

Esse entrecruzamento nítido da questão de gênero com a questão racial e a questão de classe social materializa a discussão realizada por feministas negras do mundo inteiro a respeito da sobreposição de opressões e as dificuldades que ela gera na vida das mulheres negras e pobres.

3.4.1 Por quê integrar-se à JuNF? Interseccionalidades, feminismo negro e solidariedades

Além da presença determinante de mulheres negras inspiradoras nas trajetórias individuais, observamos que condições de inserção no ambiente acadêmico assemelhadas a essas reveladas por Góis (2008) também constituíram um padrão para as jovens integrantes da JuNF: foram, para a totalidade das entrevistadas, sentimentos de deslocamento ou isolamento percebidos no ambiente escolar, com ênfase para o ambiente acadêmico, que evidenciaram a necessidade buscar um espaço de socialização em que os demais membros fossem o mais parecidos possíveis consigo mesmas, ou seja, mulheres e negras.

Dandara, Nina, Alike, Silla, Lélia, Vívian, Valentina e Preta foram, ao longo de sua trajetória, submetidas a tratamentos de desprezo por serem mulheres e por serem negras. Esses relatos estão presentes nas entrevistas de todas as jovens, mesmo quando elas não realizam uma associação direta entre as ofensas sofridas e sua condição racial, social e de gênero. Mesmo para essas jovens, que tem à sua disposição algum capital cultural e capitais

econômicos minimamente suficientes para lhes garantir o acesso à informação, foi inicialmente difícil compreender como essas condições se entrelaçam, tornando a execução de seus projetos pessoais e intelectuais mais complexa.

A ativista e pesquisadora estadunidense Kimberlé Crenshaw é a intelectual responsável pela proposição do conceito que se propõe a debater esse encontro de opressões. Ela dá início a essa problematização afirmando que “as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero” (CRENSHAW, 2012, p. 8).

Para a autora, uma das maiores dificuldades encontradas nesse processo de compreensão da fusão das questões de classe, gênero e raça

é que mesmo dentro dos movimentos feministas e antirracistas, raça e gênero são vistos como problemas mutuamente exclusivos. Se pegarmos duas fotografias recentes de uma marcha, nos Estados Unidos, em defesa dos direitos das mulheres ao aborto, notaremos que as líderes são basicamente monorraciais, no caso, brancas. Já em uma fotografia de uma marcha pelos direitos civis veremos líderes negros, homens.

Em parte, o problema é que pensamos esses movimentos separadamente e acreditamos que as intervenções devam priorizar uma questão de cada vez. É difícil demais fazer mais de uma coisa ao mesmo tempo. Os líderes argumentam que isso acontece porque as mobilizações se baseiam nos interesses das pessoas racialmente dominantes nos movimentos de mulheres, as brancas. E nas dominantes quanto ao gênero, nos movimentos contra o racismo, os homens negros.

Ora, essa situação torna as mulheres negras invisíveis. Em primeiro lugar, seus problemas, às vezes, ficam subincluídos. É como se, embora se possa falar sobre todos os problemas enfrentados pelas mulheres, suas especificidades não devessem ser discutidas. Muitas das questões não incluídas na agenda das feministas afetam especificamente mulheres negras. As análises nem sempre consideram como a raça ou a classe social contribuem para gerar as desigualdades. (CRENSHAW, 2012, p.14).

A pesquisadora brasileira Sueli Carneiro identifica nessa problemática o surgimento do movimento de mulheres negras no Brasil.

[...] Grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras, assertiva já enfatizada por Lélia Gonzalez, “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial” (CARNEIRO, 2003, p. 119).

As integrantes da JuNF que já se identificavam com ideais feministas anteriormente à sua entrada neste coletivo contam que em outros grupos, mesmo aqueles que se declaram interseccionais, sentiam muitas de suas necessidades ignoradas. Preta diz:

P: *Eu demorei a participar de reuniões da JuNF. Daí eu tava me incluindo em movimentos tipo Marcha das Vadias ou construção de alguma outra coisa. E eu nunca tinha noção do que era aquilo ali. E quando eu comecei a conhecer a JuNF, as gurias que me apresentaram o feminismo negro, daí eu vi que o lance de eu tá me incluindo nos outros coletivos – que hoje eu não sinto falta –, que eu tava lutando por um monte de mina branca por coisas que interessavam a elas, que excluía muitas vezes as meninas pretas e isso me incomodou um pouco. Quando eu conheci a JuNF isso foi muito bom pra mim, foi bem esclarecedor.*

Tal posicionamento é reforçado por Dandara:

D: *Eu percebi que aquele feminismo que eu tava lutando não me contemplava, que não me englobava e meio que militava pra meninas brancas assim. Que na verdade, elas não escutavam a gente, não escutavam as nossas demandas assim. Porque a gente tem pautas bem específicas e eu acho que a partir da construção dessa minha consciência negra eu entendi realmente qual eram essas pautas. E eu pude ver, analisar bem que, mesmo dentro dos movimentos políticos ainda tem essa discrepância muito grande. Mesmo que se esteja ali em busca de algo, mesmo que o gênero ele ali acaba nos unindo, tem certas coisas que acabam nos separando também. E eu acabei de ver que esses espaços eles não eram tão seguros assim quanto eu imaginava que fosse.*

As jovens que ainda não haviam se inserido em nenhum tipo de movimento social revelaram que foi a experiência na universidade, com ênfase nos casos de racismo sofridos ou testemunhados, que desencadearam o interesse em participar desses espaços de discussão da sua identidade étnica. Silla revela ter se identificado enquanto mulher negra e parado para refletir sobre como isso refletiria em sua trajetória somente a partir da entrada no coletivo.

S: *Quando eu entrei na JuNF eu vi que tipo eu era mulher e era uma mulher negra, a importância de militar e dizer “eu estou aqui e vou permanecer aqui até quando eu quiser”. Antes era tipo uma coisa “sou uma pessoa normal”, sabe? E parecia que não fazia a menor diferença pra ninguém. Quando eu entrei na JuNF eu passei a pensar: “não, tem que fazer diferença pra alguém. Pras mulheres negras que estão vindo aí tem que fazer diferença”. É*

tipo a minha afilhada, que segundo a minha prima ela é parda, mas pra mim ela é negra. Daí a minha prima tá sempre molhando o cabelo dela e eu vou lá e faço hidratação e ela tá com o cabelo cacheado, ela vê que o cabelo dela cacheado é bonito. Porque senão minha prima tava sempre prendendo, ia querer alisar, ia querer passar alguma coisa. E daí eu tô sempre lá dizendo: “ah, teu cabelo tá super bonito hoje”, eu tô sempre incentivando ela.

Essa preocupação com o que o seu engajamento poderá a vir significar para as gerações de mulheres negras seguintes permeia o discurso de praticamente todas as jovens integrantes do coletivo. Angela Davis, feminista negra também norte-americana, aponta que “o povo negro que recebeu instrução acadêmica inevitavelmente associou o seu conhecimento à batalha coletiva do seu povo pela liberdade” (DAVIS, 2013, p. 79).

Na atividade política destas jovens haveria uma solidariedade deliberada que tem como objetivo a formação de uma identidade comum e a criação de laços de lealdade entre mulheres negras. Para Bell Hooks (1995), a formação profissional e intelectual destas mulheres é constante e profundamente atravessada por uma preocupação em não atrelar à sua ascensão um caráter individualista.

Nas conversas com acadêmicas e não acadêmicas negras sobre nossas relações com o mundo das ideias em busca de conhecimento e produção intelectual, um dos temas constantes que vinha à baila era o receio de parecer egoísta, de não fazer um trabalho tão diretamente visto como transcendendo o ego e servindo outros. Muitas negras, entre elas eu, descreviam experiências de infância em que o anseio por ler, contemplar e falar sobre uma mais ampla gama de ideias era desestimulado considerado uma atividade frívola ou que, nos absorvendo com tanta intensidade, nos tornaria egoístas, frias, destituídas de sentimentos e alienadas da comunidade (HOOKS, 1995, p. 470)

A previsão de um futuro em que as mulheres negras continuariam servindo aos desejos e às necessidades de seus maridos e filhos no ambiente doméstico e das mulheres brancas das elites no ambiente de trabalho que lhes era compulsório, retirou delas, durante muitas gerações, o impulso de buscar a sonhada ascensão para si.

Presas a estereótipos e papéis difundidos e fortalecidos especialmente nos dois últimos séculos, as mulheres negras brasileiras encontram, atualmente, em sua articulação coletiva ferramentas eficazes de superação do imaginário social que historicamente as vinculou a imagens hipersexualizadas, que colocavam em cheque suas capacidades mentais, intelectuais e profissionais.

O efervescente protagonismo das mulheres negras, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas (CARNEIRO, 2003, p. 122).

Essa nova forma de organização sugere o curso gradual – amparado na abertura do poder público em negociar e efetivar políticas de promoção da dignidade, da diversidade e da igualdade – de uma revolução nas relações raciais, de gênero e de classe social estabelecidas no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar às considerações finais talvez tenha sido a etapa mais difícil deste trabalho. A todo o momento surgiam novas reflexões, novas perspectivas, novas inseguranças teóricas e metodológicas. Dar conta de um objeto de estudo complexo e ao mesmo tempo tão próximo de quem o analisa não é uma tarefa simples.

O desejo era dar amplitude a todos os fatos relatados por todas as entrevistadas. Não pude identificar quaisquer informações fornecidas como irrelevantes. Optei, no entanto, por utilizar das narrativas os trechos que me ajudaram a constituir um estudo dotado de lógica e de continuidade. Não me propus a interpretar o que as integrantes da JuNF disseram, mas embuti em seus depoimentos o sentido sociológico e antropológico que, totalmente espontâneas, suas falas não poderiam expressar (CALDEIRA, 1988).

Os temores relatados a respeito de minha proximidade com o coletivo e com suas integrantes e de minha afinidade com os ideais propagados por ele – considero que minha atuação política tem sim uma fundamentação feminista dotada de uma consciência negra –, foram sendo abrandados conforme eu executava as entrevistas. Ao conhecer mais intimamente cada uma das jovens, pude perceber que nossas diferentes estruturas familiares, trajetórias escolares, inserções em espaços de vivência da cultura negra, condições socioeconômicas e personalidades nos tornavam tão diversas que o simples fato de acreditarmos na importância de discussões relacionadas à vida das mulheres negras e pobres não nos convertia necessariamente em indivíduos parecidos. Estranhar o familiar, assim, não foi um processo tão doloroso quanto supus desde o princípio que seria, tornando-se, em certa medida, uma atividade automática (DA MATTA, 1978). A própria diversidade observada entre as entrevistadas serviu como evidência dessa alteridade entre mim e elas.

Contudo, se observei muitas dessemelhanças entre nós, não posso negar que aspectos ligados à militância – especialmente a do movimento negro – nos aproximam de maneira ímpar. Primeiramente salta aos olhos a conformidade com que definimos nosso pertencimento racial e a energia que estamos dispostas a empregar em prol da igualdade social e da diversidade racial e de gênero. Observamos que para as jovens entrevistadas afirmar-se enquanto negras significa, antes de qualquer outra coisa, assumir uma posição política e uma forma de estar no mundo (MUNANGA, 2004).

Ao mesmo tempo, dizer-se jovem, não tem ligação específica com a faixa etária a que pertence o indivíduo. A juventude das integrantes do coletivo tem como fundamento sua vontade e sua ação em prol de transformações em suas próprias vidas e dos espaços que ocupam.

Essas transformações podem ocorrer tanto por meio de ações concretas quanto por meio de ações simbólicas efetivadas, entre outras possibilidades, pela utilização de ferramentas virtuais para propagar suas ideias e publicizar suas ações. A ambientação da Juventude Negra Feminina de Santa Maria no *Facebook* no formato de página aberta ao público serve como instrumento de ampliação das mensagens que o coletivo e suas integrantes pretendem disseminar e de legitimação da sua existência e de sua importância. Simultaneamente, o grupo secreto – restrito às integrantes da JuNF – serve como órgão institucionalizador das ações efetivadas (publicação de atas de reuniões, de cronogramas de atividades, de distribuição de tarefas) e também de mecanismo de estabelecimento e fortalecimento de identidades e de laços de amizade e lealdade (compartilhamento de opiniões, histórias, fofocas, de fotos, músicas, notícias, textos acadêmicos, produções artísticas e culturais negras, entre outros conteúdos) (AGUILAR, 2012).

A integração ao coletivo efetiva aquilo que chamamos neste trabalho de *hibridização da coletividade e da individualidade* das jovens pesquisadas. Ao decidirem fazer parte de um grupo que tem como finalidade pautar a proposição e a implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade racial e de gênero, as entrevistadas revelaram fazê-lo motivadas por experiências individuais, mas por compreenderem que essas experiências estão ancoradas em uma trajetória histórica de exclusão coletiva dos grupos racial e de gênero aos quais pertencem.

Em um movimento constante de olhar para dentro e para fora, as jovens realizam escolhas. Para que aqui não tomássemos nenhuma dessas escolhas como ações totalmente induzidas pela coletividade nem pela individualidade, dispendemos um esforço significativo em prol da relativização proposta por Roberto Cardoso de Oliveira (2000) como elemento essencial aos estudos antropológicos.

As trajetórias escolares das entrevistadas, assim, ganharam destaque na busca por nossa compreensão a respeito de seu projeto. A escola, enquanto instituição primordial da reprodução de padrões (BOURDIEU e PASSERON, 1975), atua decisivamente para a manutenção dos privilégios possuídos pelas elites e camadas médias.

A lógica da escola menosprezaria os conhecimentos tradicionais, enfatizando suas ações pedagógicas no conhecimento acessível aos filhos das elites (BOURDIEU e PASSERON, 1975). Inseridos neste ambiente, os filhos das camadas mais baixas da população estariam fadados ao fracasso ou então a buscar diferenciar-se dos demais, por meio da adequação ao *status quo* das camadas mais altas.

Essa tentativa de adequação é tratada como o processo de distinção apresentado por Pierre Bourdieu (2007). Para as jovens que abordamos, a posse de um capital material e cultural distinto daquele plenamente acessível à massa das famílias negras se constituiu como o mecanismo de distinção mais eficiente, especialmente nos casos de Dandara, Nina e Lélia.

Esses capitais, no entanto, não se mostraram suficientes para livrá-las dos sentimentos de isolamento e deslocamento surgidos em ambientes predominante brancos e de classe média – como as instituições de ensino frequentadas por essas jovens. A cor de sua pele, bem como a consistência de seus cabelos ou a força de seus traços negroides as fazia serem submetidas a processos de exclusão e menosprezo (BOURDIEU, 2007).

Sua autodeclaração como negras, nesse sentido, torna-se um instrumento libertador. A partir das sensações negativas experimentadas ao longo da infância e da adolescência – normalmente pouco abordadas pelos familiares mais próximos –, essas jovens tomam seu fenótipo negro como instrumento de delineamento de uma identidade étnica que tem como fronteiras estabelecidas muito menos questões biológicas e muito mais questões culturais (JARDIM, 2013).

O evidente orgulho que a assunção dessa identidade revela faz com que se observe uma espécie de rompimento de relações de terceirização e de dependência direta dos padrões das elites como demarcadores de ascensão social. As jovens integrantes da JuNF demonstram estarem criando novos parâmetros de crescimento socioeconômico, cultural e político para si e para o grupo social que formam.

Chegamos, através dessas reflexões iniciais, o mais próximo possível da resposta para o questionamento que apresentamos como problema de pesquisa deste estudo. Nos perguntamos: “quais são e como se articulam os aspectos da vida de jovens negras moradoras da cidade de Santa Maria/RS levados em consideração na construção de seus projetos de vida”?

Concluimos ser possível afirmar que são cinco os eixos que norteiam os projetos das jovens entrevistadas:

1º) o pertencimento de classe social e a organização socioeconômica das famílias das mesmas;

2º) a organização e a atmosfera de convivência no ambiente doméstico;

3º) a formação da personalidade e o padrão de comportamentos assumidos por cada uma delas;

4º) a relevância conferida à identidade e à vivência étnica e cultural da população negra por cada uma das jovens; e

5º) a consciência da inserção em um grupo social demarcado por uma série de fatores em comum que atravessa a individualidade de suas escolhas.

Em relação ao pertencimento de classe social e à organização socioeconômica das famílias das jovens entrevistadas, concluimos que quanto mais clara for a cor da pele da jovem e quanto maior for a sua posse de bens materiais e capital cultural, menos dificilmente se dará a sua aceitação em ambientes brancos e elitizados. Os fatos de Dandara ser vegana – conduta alimentar estritamente vinculada às elites pelo alto custo de sua manutenção –, de Nina ter a pele clara e de Lélia ter estudado em escolas privadas ao longo do ensino fundamental são elementos facilitadores do estabelecimento de relações entre essas jovens e seus pares. Para Alike, Silla e Valentina, provavelmente essa inserção seria mais complicada, pois elas não compartilham de valores, costumes e códigos de significação aos quais as três primeiras tiveram acesso em algum período de suas vidas.

Ainda nesse eixo, salientamos que, diferentemente do mencionado por Sansone (2004) a respeito de os jovens integrantes das camadas populares no início dos anos 2000 apresentarem um comportamento fixado na demonstração de ascensão social por meio da adaptação aos padrões de consumo das elites e das classes médias, as jovens que abordamos revelam um aguçado senso de planejamento econômico.

Chama-nos a atenção, especialmente, o fato de as duas jovens oriundas de famílias mais pauperizadas serem as duas únicas que apresentam projetos profissionais voltados para o empreendedorismo e a abertura de negócios próprios. A falta de planejamento de suas famílias – que em determinados momentos prejudicou a sua vivência da experiência do ensino superior (confirmando o que Góis (2008) já indicava a respeito de as jovens mais pobres terem suas trajetórias escolares e acadêmicas mais acidentadas) – pode ter estabelecido como objetivo para as mesmas não passar pelas mesmas situações que seus pais têm passado ou oferecer a seus descendentes melhores condições de vida do que aquelas que lhes foram e/ou lhes têm sido oferecidas

As jovens com padrões de vida mais confortáveis normalmente apresentam projetos mais coletivos e falam mais insistentemente em questões relacionadas à coletividade das mulheres negras. O fato de terem sofrido mais com exclusões geradas por escassez de capital simbólico do que de capital material faz com que elas não demonstrem grande preocupação em ascender socialmente do ponto de vista econômico.

O segundo eixo, que trata da organização e da atmosfera de convivência no ambiente doméstico revelam que aquelas que têm irmãos homens são submetidas à sobrecarga de atividades domésticas – independentemente das idades dos mesmos, em prejuízo do desempenho de suas atividades profissionais ou acadêmicas. Novamente, esse é um fenômeno com maior repercussão entre as famílias mais pobres.

Silla e Valentina apresentam relatos de oportunidades em que precisaram abrir mão de executar suas próprias atividades para dar conta de atividades que poderiam ou deveriam ser realizadas pelos irmãos homens, confirmando a ideia de que “gênero, geração e parentesco são os eixos organizativos das hierarquias domésticas (SCOTT, 2011, p. 85).

Ainda dentro dessa perspectiva sobre como as relações estabelecidas com os familiares no interior de suas residências opera sobre a vivência de seus projetos, identificamos o fato de que as diferenças geracionais se manifestam mais fortemente entre filhas e pais do que entre filhas e mães. O fato de as genitoras já serem beneficiárias da ampliação da escolaridade facilita o compartilhamento de ideias e opiniões, ao passo em que os pais – por permanecerem, em sua maioria, mais distanciados dessa experiência – possuem menos referências em comum, resultando em mais desentendimentos com os progenitores.

Lélia, que é filha de um militar e de uma professora, bem como Vívian, filha de um eletricista e de uma estudante de Biologia, revelam ter mais conflitos ideológicos com os pais do que com as mães, especialmente em função da reprodução constante de expressões constituintes de uma mentalidade machista e patriarcal.

Quando analisamos a influência da formação da personalidade e o padrão de comportamentos assumidos sobre os projetos das jovens da JuNF, observamos, primeiramente, como a realização afetiva não transparece ser uma condição básica para a felicidade de nenhuma delas.

Mesmo aquelas que possuem relacionamentos estáveis com seus parceiros ou parceiras afirmam que a realização profissional – por meio da conquista da independência – é o foco de suas vidas.

Ao mesmo tempo, percebemos na questão da elevação da autoestima uma demanda importante das jovens integrantes da JuNF. Embora poucas admitam ser vaidosas, durante as entrevistas notei a utilização de sinais elementares de um pertencimento étnico muito guiado pela estética.

Além do uso bastante comum de batons coloridos e turbantes, os cabelos naturais – muitos deles ainda em processo de transição do tratamento químico para o uso no estado natural – são a marca mais expressiva do quanto a questão estética se apresenta para essas jovens como um importante instrumento de empoderamento. Essa observação reforça o que Tolentino (2015) coloca quando afirma que “para a mulher negra, sobretudo desde o início do século XX até os dias atuais, o cabelo mostra uma luta por um lado contra o preconceito e por outro contra a imposição de como este deve ser utilizado” (p. 144). Ela relata ainda que questões geracionais interferem diretamente também nesse processo de aceitação e de exaltação dos cabelos afro, argumentando que “para, a geração mais jovem do Movimento Negro, o cabelo afro sem química deve ser considerado belo, assim como [o mesmo] considera que a valorização da estética negra seja uma das melhores maneiras de lutar contra o racismo e a desigualdade racial” (TOLENTINO, 2015, p.147).

Ao observar a relevância conferida à identidade e à vivência étnica e cultural da população negra por cada uma das jovens, compreendemos que a ausência de espaços notadamente negros, assim como a falta de convivência com outras meninas negras durante a infância e a adolescência, foram eventos determinantes na constituição de seus projetos. Aquelas que frequentaram escolas de samba, terreiros de umbanda ou que tinham contatos

mais estreitos com suas famílias negras afirmam que a integração à JuNF, por exemplo, significou a continuidade de uma consciência negra construída ao longo de toda a sua vida.

Ao tratarmos a consciência da participação em um grupo social demarcado por uma série de fatores em comum que atravessa a individualidade de suas escolhas, percebemos que as integrantes de JuNF vivenciam seus projetos conscientes de que muitas delas provêm de famílias que, em alguma medida, ascenderam socialmente por meio do avanço da escolarização das camadas mais baixas da população, bem como desfrutam dos benefícios da implantação de políticas de ação afirmativa.

Temos por certo que a vivência dos projetos das integrantes da JuNF é fortemente atravessada pela ideia de romper com o mito da democracia racial brasileira. Ao romper com o silêncio e com as estratégias de acomodação da população negra nos setores sociais mais desprestigiados, essas jovens se propõe a acabar com a fantasia da vivência harmônica e pacífica entre brancos e negros. Elas tentam dar fim ao mito, que

“[...] é precisamente isso: uma forma sutil de esconder uma sociedade que ainda não se sabe hierarquizada e dividida entre múltiplas possibilidades de classificação. Assim, o “racismo à brasileira”, paradoxalmente, torna a injustiça algo tolerável, e a diferença, uma questão de tempo e amor. (DA MATTA, 1984, p. 46)

Ao inserir a questão de gênero à série de padrões quebrados pelo movimento de mulheres negras no Brasil, as jovens que pesquisamos também buscam desfazer as imagens negativas que permeiam o imaginário brasileiro a respeito da vida das mulheres negras. Não mais dispostas a servir exaustivamente à sua família, tampouco às famílias brancas, elas buscam agora inserir-se no mercado de trabalho e no campo intelectual almejando postos de trabalho menos degradantes, remunerações não mais defasadas, direitos sobre seu próprio corpo e sobre sua dignidade. Elas sonham e parecem conquistar um pouco a cada dia a construção de uma mentalidade verdadeiramente feminista e negra.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Alejandra. **Identidade/diversidade cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidade indígenas no Brasil**. In Revista Inf. & Soc: Est., João Pessoa, v.22, n.1, p. 121-128. 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/4808/7369>>. Acesso em: jan 2016.
- BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras In **Teorias da Etnicidade**. POUTIGNAT, Philippe et al. São Paulo: UNESP, 1998.
- BOAS, Franz. **A formação da Antropologia americana – 1983-1911 - Antologia**. Rio de Janeiro: Contraponto – Editora UFRJ, 2004.
- BOSCO, Renato. **Dumont: A Sociedade Moderna e o Nascimento do Individualismo**. s/ ano de publicação, disponível em <<http://renatobosco.galeon.com/dumont.html>>
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas mais uma palavra In BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas: Papius, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre et. al. **A Miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2011. (a)
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2011. (b)
- CALDEIRA, Teresa. "A presença do autor e a pós-modernidade". **Novos Estudos Cebrap**, n. 21, julho de 1988. p. 116-132
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Revista Estudos Avançados, ano 17, nº 49. P. 117-132, 2003.
- CAVEDON, Neusa Rolita. **Antropologia para administradores**. Porto Alegre: UFRGS, 2003
- CRENSHAW, Kimberlé. **A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. 2012. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: dez 2015.
- DAMATTA, Roberto. **O ofício do etnólogo, ou como ter "Anthropological Blues"**. In NUNES, Edson. **A aventura sociológica. Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978
- DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Plataforma Gueto, 2013. Disponível em: <<http://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/angela-davis.pdf>>. Acesso em: set 2015.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN Yvonna S (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUMONT, Louis. **O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural)– Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

FEATHERSTONE, MIKE; **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus - USP, 1965.

FIGUEIREDO, Ângela. **Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador**. São Paulo: Annablume, 2002.

FONSECA, Claudia. "**Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação**". In Revista Brasileira de Educação, No 10, Jan 1999, p. 58-78

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em Antropologia interpretativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: TLC, 2008.

GÓIS, João Bôsko Hora. **Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior** In Revista Estudos Feministas, v. 7, n. 1-2, p. 743-768, 1999.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras** In Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

JARDIM, Denise. **As ações afirmativas e as políticas de Estado abarcando minorias e direitos humanos do ponto de vista antropológico** In JARDIM, Denise; LÓPEZ, Laura. Políticas da Diversidade – (In) visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2013.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MACHADO, Maximiliano Lopes. **A relação entre indivíduo e sociedade em Louis Dumont e Norbert Elias.** 2008. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2014%20-%20Maximiano%20Lopes%20Machado%20TC.PDF>. Acesso em: dez 2015.

MAGNANI, José. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 17, jul. 2002. 11-29.

MAGNANI, José. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 15, n. 32, jul./dez. 2009. 129-156.

MATTOS, Patrícia. **Resenha de “A Distinção de Pierre Bourdieu”** In Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 8, pp. 303-306, 2011. Disponível em <<http://docslide.com.br/documents/resenha-bourdieu.html>>. Acesso em: nov 2015,

MUNANGA, Kabengele. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil** In Revista Estudos Avançados, ano 18, nº 50, p. 51-56, 2004.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco.** São Paulo: TA Queiroz, 1985.

NOVAES, Regina. **Juventude e sociedade: jogos de espelhos - Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas.** 2007. Disponível em: <<http://Antropologia.com.br/arti/colab/a38-rnovaes.pdf>>. Acesso em: jan 2016 .

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Amurabi. **Por que etnografia no sentido estrito e não estudos do tipo etnográfico em educação?**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 69-81, 2013.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **PontoUrbe**, 2, fevereiro 2008.

PEREIRA, João Baptista Borges. **Cor, profissão e mobilidade social.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade.** Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

SANTANA, Ivo de. Negros em colarinhos brancos: estilo de vida, identidade e ascensão social no serviço público. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v.29, n. 1, p. 21-56, 2014. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/download/41/1241&gws_rd=cr&ei=CKHfVujaGIqSwgSfgbroCQ>. Acesso em: jan 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCOTT, Parry. **Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

SEGATO, Rita Laura. **Raça é signo**. Brasília: UnB, 2005 (Série Antropológica 372).

SENKEVICS, Adriano. **Longevidade escolar, gênero e raça no Brasil: por quantos anos cada um estuda**. 2012 (a). Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/08/18/media-dos-anos-de-estudo-genero-e-raca-no-brasil/>>. Acesso em: out 2015.

SENKEVICS, Adriano. **Frequência escolar, gênero e raça no Brasil: quem está dentro e quem está fora da escola?**. 2012 (b). Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/09/19/frequencia-escolar-genero-e-raca-no-brasil-quem-esta-dentro-e-quem-esta-fora-da-escola/>> Acesso em: out 2015.

SENKEVICS, Adriano. **Defasagem escolar, gênero e raça no Brasil: quem atrasa e quem conclui os estudos**. 2012 (c). Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/09/24/defasagem-escolar-genero-e-raca-no-brasil-quem-atrasa-e-quem-conclui-os-estudos/>> Acesso em: out 2015.

SENKEVICS, Adriano. **Desigualdades de gênero e cor/raça na Educação Básica no Brasil**. 2012 (d). Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/09/30/desigualdades-de-genero-e-corraca-na-educacao-basica-no-brasil/>> Acesso em: out 2015.

SENKEVICS, Adriano. **Alguns desafios para a redução das desigualdades raciais na Educação**. 2013. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2013/09/17/alguns-desafios-para-a-reducao-das-desigualdades-raciais-na-educacao/>> Acesso em: out 2015.

SETTON, Maria da Graça J.. **Uma introdução a Pierre Bourdieu**. 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/uma-introducao-a-pierre-bourdieu/>>. Acesso em: dez 2015.

SEYFERTH, Giralda. **A noção de raça no Brasil: ambiguidades e preceitos classificatórios** In ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Por que “raça”? Breves reflexões sobre a “questão racial” no cinema e na Antropologia. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.

STIVAL, Maria Cristina Elias Esper; FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira. **Dominação e reprodução na escola: visão de Pierre Bourdieu**. 2007. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/676_924.pdf>. Acesso em: set 2015

TOLENTINO, Karen. **“Crespa ou alisada”: os diferentes significados da manipulação do cabelo afro entre mulheres negras da cidade de Santa Maria-RS**. 2015. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose, Antropologia das Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

VÍCTORA, Ceres et. al (org.). **Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

WACQUANT, Loïc. **Notas para Esclarecer a Noção de Habitus**, 2001. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/WacquantArt.pdf>> Acesso em: <16 nov 2014>

WEBER, Max. **Relações comunitárias étnicas**. In **Economia e sociedade**. Brasília: Edunb, 1994.

XAVIER, Regina Célia Lima **A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos** In SILVA, G. F.; SANTOS J. A. D.; CARNEIRO, L. C. C. RS Negro. Porto Alegre: EdiPUC, 2010.

ANEXOS

Anexo A – Roteiro de entrevista

1. Identificação da colaboradora
1.1 Nome Completo 1.2 Data de Nascimento 1.3 Local de Nascimento 1.4 Endereço 1.5 Ocupação 1.6 Instituição 1.7 Histórico Escolar – Educação Básica (instituições de ensino, aproveitamento, disciplinas favoritas, relações com os colegas)
2. Sobre a vida familiar
2.1 Nomes, idades e informações sobre os pais 2.2 Nomes, idades e informações sobre irmãos 2.3 Informações complementares sobre a estrutura familiar
2.1 Sobre a residência
2.1.1 Como é a sua casa? (número de cômodos, alvenaria ou madeira?) 2.1.2 Você possui os seguintes itens em sua residência? () <i>Televisão LCD</i> () <i>Computador (desktop ou notebook)</i> () <i>acesso à internet</i> () <i>TV à cabo</i> () <i>Assinatura de revista ou jornal</i> () <i>Ar-Condicionado</i> 2.1.3 Qual você considera o nível de consumo de sua família?
3. Sobre a vida social
3.1 Tipo de música que gosta 3.2 Informações sobre festas, baladas e afins 3.3 Influência da família nesses gostos 3.4 Hobbys 3.5 Ambientes que frequenta para se divertir 3.6 Considera-se vaidosa? Tem muitos cuidados com a aparência e com a estética?
4. Sobre a atividade política
4.1 Identificação político-ideológica 4.2 Sobre o início do interesse por política 4.3 Áreas de ativismo 4.4 Sobre a descoberta de identidade enquanto mulher negra 4.5 Aproximação/inserção na JuNF 4.6 Como a inserção no coletivo influenciou sua vida?
5. Sobre o projeto de vida
5.1 Como você imagina sua vida daqui a dez anos? Qual é o seu plano? (familiar, profissional, afetivo) 5.2 Você considera esse plano plenamente viável? 5.3 Quais você considera as condições que tornam mínimas necessárias para efetivar esse plano? 5.4 Como você acha que o histórico escolar e funcional de seus pais ou responsáveis durante a infância e a adolescência influenciou no seu projeto de vida? 5.5 Você acredita que a sua individualidade (motivação, força de vontade) tem sido determinante na sua trajetória de vida?

Anexo B – Ata de reunião da JuNF

Ata reunião 25/10/2015

Presentes: [REDACTED], [REDACTED] e [REDACTED].

- Semana Acadêmica do Serviço Social – programada para o dia 10/11/2015

Fizeram o convite para a [REDACTED], a ideia é que nós façamos uma intervenção.

Discutir em grupo (comentários no post) se participaremos

Pensar numa intervenção para fazer.

- Exposição Empodera Negra – exposição ficará para o dia 25/07/2016.

Orçamento da impressão e ver se podemos plastificar as fotografias

Exposição Itinerante nas Escolas *

Tentar arrecadar dinheiro por esses sites de vaquinha

O que discutimos hoje, foi a possibilidade de levarmos essa exposição na escola e expor as fotografias em varais. As exposições ficariam durante nossas falas na escola.

- Atividade DCE da Unifra – filme “Branco sai, preto fica” dia 12/11/2015

Ver a disponibilidade de mudança da data

Se formos participar, quem poderia?

A ideia é escolhermos um dia para assistirmos juntas o filme e debatermos sobre ele, para iniciar a discussão no dia.

- Escola Dom Antônio Reis – atividade marcada para o dia 17/11/2015

Quem teria disponibilidade de ir?

Conversar com a professora para conseguir:

- Vale-transporte

- Certificado de palestrante (4h)

- Possibilidade de trocar o dia **

- Kizomba – dia 20/11/2015

Possíveis atrações:

- [REDACTED]
- Capoeira Barra Vento
- Coral Cecuni (Porto Alegre)
- Euwá Dandaras
- Jana Dornelles
- Jordana Henriques
- Negra Jack (Porto Alegre)
- Sopapo Poético (Porto Alegre)
- Teatro no Buraco (intervenção Gelton Quadros)

A ideia é que a gente se divida em pequenas comissões para conseguir patrocínio (\$\$) com o Museu Treze de Maio e falar com o prof. Getúlio para ver se conseguimos alguma coisa (alimentação e diárias) da UFSM. Além disso, temos que montar o cerimonial, convidar os artistas, ver a questão do som (esse ano seria por fora).

OBS.: Teve a tradicional pizza maravilhosa da menina [REDACTED] e cházinhos, quem não foi, perdeu, beijos!

Anexo C – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: eventos acadêmicos

Gurias, vocês viram isso? Achei interessante 😊

<https://www.facebook.com/dcedaufsm/photos/gm.1512371815730094/956447414425348/?type=3&theater>



DCE - UFSM adicionou uma nova foto à linha do tempo de CUMBA - I Encontro de Estudantes Negras e Negros da UFSM — com Jordana H de Oliveira e outras 47 pessoas.

24 de novembro às 11:09

 Curtir Página

Vamos se ligar na programação do CUMBA, galera!

Nosso Primeiro Encontro de Estudantes Negras e Negros da UFSM começa nessa semana e queremos a presença de todas...

[Ver mais](#)

Anexo D – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: material de formação acadêmica

9 de agosto



Neusa Santos Souza
Tornar-se Negro

A Representação Social do Negro no Livro Didático: o que mudou? Por que mudou?

Situação social da população negra por estado

No País do Racismo Institucional

ANTOLOGIA DE MULHERES POETAS AFROCOLOMBIANAS +63

Shaira Leiza adicionou 67 novas fotos ao álbum: **LIVROS (GRÁTIS) - RESGATE IDENTITÁRIO**.
19 de janeiro

É notória a necessidade e dificuldade de acessibilidade a livros que atendam a área étnico-racial, sejam para estudo pessoal (descolonização dos pensamentos), t
....
[Ver mais](#)

 Curtir  Comentar

Anexo E – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: discussões sobre racismo

20 de novembro - Santa Maria



Existe Racismo?
Relatos, através de fotografia, expõem o verdadeiro cotidiano de quem sofre na pele, as dores do...
PROJETOEXISTERACISMO.TUMBLR.COM

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

curtiu isso. ✔ Visualizado por todos

 Escreva um comentário...  

Anexo F – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: feminismo negro

via **2015 - Marcha das Mulheres**

Negras
24 de outubro



Feminismo negro para garotas (e garotos) do Ensino Médio

Garotas, Imagino que a maioria de vcs já ouviu falar de feminismo alguma vez na vida, e ainda arrisco dizer que a maioria de vcs ouve e pensa coisas muito ruins...

BLOGUEIRASNEGRAS.ORG | POR ZAIRA PIRES

 Curtir  Comentar  Compartilhar

 e  curtiram isso.  Visualizado por todos

 Escreva um comentário...  

Anexo G – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: empoderamento

26 de outubro



EMPODERAMENTO: Não é sobre o tamanho do seu black power - Geledés

Ela não precisa vestir as roupas mais "estilosas", não precisa ter um black power gigante, "cachos..."

GELEDES.ORG.BR

 Curtir  Comentar  Compartilhar


 e outras 2 pessoas  Visualizado por todos

curtiram isso.

Anexo H – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: oportunidades profissionais/acadêmicas

Florzinhas!! Compartilhamento importante! Esse Curso EAD GRATUITO - UFRGS para nós enquanto integrantes do Coletivo JuNF, agentes culturais que somos e também para nossa capacitação pessoal é extremamente interessante e necessário! Esse curso passará inúmeros materiais para compreensão de leis de cultura, inclusão cultural e ensinará como participar de Editais Públicos!!! > O Curso de Administração Pública da Cultura será ministrado através do Sistema de Ensino a Distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, usando a plataforma Moodle. Carga horária= 63 horas
A aprovação no curso dá direito à certificado de extensão pela UFRGS. Bóra se inscrever gurias!! As vagas são limitadas! Todo o Brasil tá se inscrevendo, um curso desses é super caro e a UFRGS tá ofertando gratuitamente!!!!!!!!!!!!!! Eu e a Dessa vamos nos inscrever! Esperamos vocês! Beijooos!!!!



Curso de em Adm Pública

Estrutura Curricular | Curso de Extensão em
Administração Pública da Cultura

O que é ensino à distância. Como orientar o estudo individual no ensino à distância. Ferramentas disponíveis para o ensino à distância.

Anexo I – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: relações pessoais

19 de novembro

Minas queria dizer que eu adoro esses espaços em que estamos juntas pra um lanche pra conversar, etc. E queria dizer que seria muito massa organizarmos uma festa black como sugeriu a _____, e dependendo poderíamos até ter um caixa vendendo umas laricas e fazer camisetas da junf ou nossos bottons. E por mais espaços só nossos também, podemos até fazer em outras casas que fiquem disponíveis e sempre fazermos umas jantinhas com risos 🍷

👍 Curtir 💬 Comentar

_____ e ✓ Visualizado por todos

outras 3 pessoas curtiram isso.

Ver mais 3 comentários

_____ ahh quanto amor, adoro receber vcs aqui em casa, a casa é de vcs tbm suas lindas



Curtir · Responder · 👍 4 · 19 de novembro às 23:35

_____ também adoro passar um tempo com vocês 🍷 eu super topo ir em outras casas e disponibilizo a minha também, hah

Curtir · Responder · 👍 4 · 19 de novembro às 23:52

_____ Realmente foi muito bom, risadas, comidinhas, coisas de mães!!! Temos que fazer cada vez mais!!!

Curtir · Responder · 👍 4 · 20 de novembro às 00:03

Anexo J – Compartilhamento de conteúdo no grupo secreto da JuNF: entretenimento

29 de outubro



👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

curtiram isso.

Visualizado por todos



Curtir · Responder · 29 de outubro às 21:58